



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

ALEX BATISTA LINS

**OS USOS DOS ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS
NOS SÉCULOS XIII, XIV E XVII: UM ESTUDO NA
PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Salvador
2009

ALEX BATISTA LINS

**OS USOS DOS ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS
NOS SÉCULOS XIII, XIV E XVII: UM ESTUDO NA
PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. EMÍLIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA

Salvador
2009

Biblioteca Reitor Macedo Costa - UFBA

Lins, Alex Batista.

Os usos dos artigos definidos e indefinidos nos séculos XIII, XIV e XVII : um estudo na perspectiva funcionalista / Alex Batista Lins. - 2009.
172 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Emília Helena Portella Monteiro de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

1. Língua portuguesa - Artigo. 2. Funcionalismo (Linguística). 3. Referência (Linguística).
4. Língua portuguesa - Português arcaico - Até 1500. 5. Língua portuguesa - Período moderno, 1500 - 1700. I. Souza, Emília Helena Portella Monteiro de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.5
CDU - 81'36=134.3

TERMO DE APROVAÇÃO**ALEX BATISTA LINS****OS USOS DOS ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS
NOS SÉCULOS XIII, XIV E XVII:
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras, Universidade Federal da Bahia, pela
seguinte banca examinadora:

Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Doutora em Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Doutora em Letras, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Doutora em Letras, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 16 de fevereiro de 2009.

A Deus, o Divino Pai Eterno, pelo dom da vida, pelas bênçãos e graças constantes, pelo amor e carinho com que sempre me acolhe, renovando minha fé, meu otimismo, minha segurança, minha paciência, minha perseverança e serenidade.

A Nossa Senhora, Maria Santíssima, pela ternura e interseção constantes em minha vida, por se doar continuamente como nossa Mãe, pondo em ordem e fazendo mais delineados os laços que nos unem ao Senhor.

A São Francisco de Assis e a padre Pio de Pietrelcina, sinais vivos do amor e da compaixão de Cristo pela humanidade, modelos do fervor, da santa obediência, da humildade e disposição em servir como instrumentos da paz do Deus Altíssimo.

A meus pais e aos meus irmãos, pelo apoio, incentivo, carinho, dedicação e por me conduzirem, em sintonia com Jesus e o Espírito Santo, por veredas seguras, ajudando-me a caminhar calmo e resolutivo diante de todas as situações da vida, abrindo-me e preparando-me para os desafios que o Senhor me apresenta.

AGRADECIMENTO

À Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza, minha querida orientadora e amiga, sempre atenciosa e receptiva, pelas sábias e ternas lições, pela exímia inteligência, pelo gosto à pesquisa, pela orientação firme e segura, pelo estímulo e dedicação constantes, pela disponibilidade com que acompanhou cada uma das etapas deste trabalho.

Aos Profs. Drs. Maria Luíza Braga e Antônio Marcos, pelas significativas sugestões fornecidas por ocasião do Exame de Qualificação.

À Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva pelo apoio e incentivo sempre pontuais, pelo carinho, pela amizade e pela presteza no fornecimento de importante material bibliográfico, sobretudo nas indicações no âmbito do latim tardio, do português arcaico e moderno.

À Profa. Therezinha Maria Mello Barreto, verdadeira ternura de Deus, pela sabedoria, pelo exemplo de sabedoria, de fé e de humildade,

À Profa. Dra. Célia Marques Telles, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, pela competência e empenho com que tem conduzido as atividades do Programa; pelo carinho, incentivo e simpatia com que sempre me acolheu.

À Profa. Dra. Alícia Duhá Lose pelo carinho, incentivo e pontuações metodológicas imprescindíveis.

Ao Prof. Dr. Américo Venâncio Lopes Machado Filho, pelo afeto, pela amizade e pelo estímulo constante à arte da pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, pela generosidade em compartilharem seus conhecimentos e suas experiências em sala de aula, pela sabedoria e entusiasmo com que nos brindaram ao longo desses dois anos de Mestrado na linha da Constituição Histórica do Português.

Aos colegas do Mestrado em Letras e Lingüística, pela afeição, pela parceria fraterna e pelo compartilhamento de bibliografias.

Aos colegas e amigos do PROHPOR/ILUFBA, pelo acolhimento cordial, pelo auxílio e presteza constantes.

Aos jovens amigos bolsistas do PROHPOR, pela força, amizade, respeito e entusiasmo que sempre demonstraram para comigo.

Aos amigos Wilson e Cristiane, da Secretaria do PPGLL da UFBA, pela amizade, pelas informações sempre precisas, pela excelência no atendimento e na execução de suas atividades.

Aos funcionários do Instituto de Letras, sempre alegres, cordiais e disponíveis para ajudar e orientar da melhor maneira possível quando requisitados.

Aos funcionários da Biblioteca de Letras, prestimosos colaboradores na localização e realização dos empréstimos dos livros requisitados.

À Dona Adália e família, pela ternura, pelo apoio incondicional, pela amizade, pelos direcionamentos e pelo rico acervo bibliográfico com que me presentearam.

Aos amigos do serviço de fotocópias do ILUFBA, pela cordialidade, pela presteza e pela excelência na reprodução autorizada dos muitos textos que serviram de apoio à realização desta pesquisa.

Aos amigos e irmãos da Província Franciscana da Bahia, pelas orações, pelo espírito de fraternidade e pelo auxílio no discernimento e na observância do Santo Evangelho.

À Dona Dulce, um querido e terno anjo de Deus na minha vida, pelas palavras de ânimo e de luz.

Aos amigos do Grupo de Oração Emanuel, pelo amor, força e intercessão constantes.

À amiga Clara Crepaldi, pela confecção do abstract.

Tudo é do Pai!
Toda honra e toda a glória,
É dele a vitória alcançada
em minha vida.
Tudo é do Pai!

Frederico Cruz

RESUMO

O presente trabalho aborda a constituição e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos nas fases arcaica e moderna da Língua Portuguesa, tomando como *corpus*, sob um enfoque funcionalista, o *Foro Real, de Afonso X*, século XIII, o *Flos Sanctorum*, século XIV, e o *Sermão da Sexagésima*, século XVII. O objetivo é de identificar os usos e os aspectos constitutivos e funcionais dos artigos nos referidos estágios do português. A análise dos dados fundamenta-se nos processos de referenciação e foricidade textuais, nas disposições teóricas de estudiosos da perspectiva funcional, a exemplo de Castilho (1993, 2006, 2007), Neves (2000, 2006, 2007), Marcuschi (1998, 2003), Apothéloz e Chanet (2003), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Koch (1990, 2004, 2005) e Halliday e Hasan (1978). Tendo em vista o caráter retórico-político e teológico de parte dos textos que compõem o *corpus*, enquanto suporte para melhor caracterização dos dados, foram utilizados conhecimentos do que dispõe a retórica, em Aristóteles, sobretudo a partir das reflexões de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), com ênfase nas práticas retoricistas em textos religiosos. Procurou-se, metodologicamente, verificar a existência ou não de um processo de gramaticalização dos artigos no português. Para tanto, realizou-se um levantamento das formas dos artigos em cada texto; analisou-se o valor semântico-funcional dos artigos nos SNs por eles encetados; e confrontou-se, a partir dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, a utilização e o funcionamento desses itens no período arcaico e moderno do português. Os artigos foram classificados segundo a posição e a função que ocupam e exercem nos enunciados dos textos sob análise. Os resultados permitem indicar que no português arcaico e no moderno, além de encontrarem-se gramaticalizados, os artigos desempenham não apenas as funções conhecidas e apreçadas pela gramática normativa, mas também o papel de elementos referenciadores e fóricos, com destacado potencial endofórico.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Artigos. Funcionalismo. Referenciação. Foricidade. Português Arcaico e Moderno.

ABSTRACT

The current work deals with the constitution and functioning of the definite and indefinite articles in Old and Modern Portuguese, within a functionalist approach, by taking as *corpora*, the *Foro Real*, by Afonso X, 13th century, the *Flos Sanctorum*, 14th century, and the *Sermão da Sexagésima*, 17th century. The aim is to identify the constituent and functional uses and aspects of the articles in the above-mentioned stages of Portuguese. The analysis of data is based on processes of textual referentiation and phoricity in the path of functionalist authors such as Castilho (1993, 2006, 2007), Neves (2000, 2006, 2007), Marcuschi (1998, 2003), Apothéloz & Chanet (2003), Heine, Claudi & Hünemeyer (1991), Koch (1990, 2004, 2005) and Halliday & Hasan (1978). Taking into consideration the rhetoric-political and theological nature of some texts composing the corpus, for better supporting the characterization of the data, knowledge of aristotelic rhetoric was applied, mainly from the considerations of Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), with emphasis on the rhetoricist usages in religious texts. It was attempted to verify methodologically if there is a grammaticalization process of articles in Portuguese. With this purpose, a survey of forms of the articles in each text was done, the semantic-functional value of the articles in the NPs was analyzed, and the use and functioning of these items was compared in the medieval and modern stages of Portuguese. The articles were classified according to the taken place and performed function in the propositions of the studied texts. The results allow to propose that in Old and Modern Portuguese, besides being already grammaticalized, the articles perform not only the well-known functions proclaimed by prescriptive grammar, but also the role of referrer and phoric elements, with prominent endophoric potential.

KEY-WORDS: Portuguese language. Articles. Functionalism. Referentiation. Phoricity. Old and Modern Portuguese.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Ocorrências de <i>el</i> encontradas no <i>corpus</i> .	138
Tabela 2: Ocorrências das formas de artigos no <i>corpus</i> .	139
Tabela 3: Funções referenciativas das formas de artigos identificadas no <i>corpus</i> .	150
Tabela 4: Funções sintáticas das formas de artigos identificadas no <i>corpus</i> .	151
Tabela 5: Fator número das formas de artigos presentes nos SNs no <i>corpus</i> .	152
Tabela 6: Animacidade dos substantivos precedidos por artigos no <i>corpus</i> .	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Do percentual de artigos no <i>corpus</i> .	141
Gráfico 2: Perspectiva de usos dos artigos no <i>corpus</i> em plano dispersional gráfico-parabólico.	143
Gráfico 3: Distribuição referenciativa dos artigos.	150
Gráfico 4: Preferência histórica dos substantivos precedidos por artigos.	154
Gráfico 5: Perspectiva radial histórica dos substantivos precedidos por artigos.	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Desenvolvimento do demonstrativo latino <i>ille</i> .	43
Quadro 2:	Proposta de classificação elaborada por Perini.	52
Quadro 3:	Escala das formas de artigos presentes nos SNs do <i>corpus</i> .	157

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	METODOLOGIA	18
1.1	A ESCOLHA DO <i>CORPUS</i>	18
1.2	O TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i>	21
1.3	OS PRINCÍPIOS ADOTADOS	22
2	CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	24
2.1	PORTUGUÊS ARCAICO	24
2.1.1	Texto não-literário	25
	<i>Foro Real, de Afonso X</i>	25
2.1.2	Texto literário	27
	<i>Flos Sanctorum</i>	27
2.2	PORTUGUÊS MODERNO	28
2.2.1	Texto de oratória sacra	29
	<i>Sermão da Sexagésima</i>	29
3	OS ARTIGOS: UMA DAS CLASSES DE PALAVRAS	32
3.1	O MODELO GREGO DAS PARTES DO DISCURSO E DAS GRAMÁTICAS	32
3.1.1	Os artigos na abordagem grega	34
3.1.2	Dos procedimentos de classificação	37
3.1.2.1	<u>Plano filosófico</u>	38
3.1.2.2	<u>Plano gramatical</u>	38
3.2	A VERTENTE LATINA DOS ARTIGOS	39
3.2.1	Do clássico ao tardio: um pouco da história do latim	39
3.2.2	O latim e os artigos	41
3.2.2.1	<u>Os artigos definidos</u>	43
3.2.2.2	<u>Os artigos indefinidos</u>	46
3.3	PARTES DO DISCURSO E PRIMEIRAS GRAMÁTICAS: O MODELO LATINO	46
3.3.1	Uma discussão das partes do discurso na perspectiva latina e primeiras gramáticas: a questão dos artigos	46
3.3.2	Algumas discussões teóricas nos séculos XIX, XX e XXI	49
3.4.	DAS GRAMÁTICAS E DOS MANUAIS GRAMATICAIIS E REDACIONAIS: POR UMA DISCUSSÃO DOS ARTIGOS	54

3.4.1	Os artigos em gramáticas e manuais gramaticais: do século XX ao século XXI	54
3.4.2	Os artigos e os manuais redacionais jornalísticos	62
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	65
4.1	O FUNCIONALISMO E A LINGUAGEM: CONCEITO DE “FUNÇÃO”	65
4.1.1	Formalismo <i>versus</i> Funcionalismo	68
4.1.2	Da origem e do conceito do Funcionalismo	72
4.1.3	Modelos funcionalistas: uma discussão	75
4.1.3.1	<u>As perspectivas funcionalistas de Michael A. K. Halliday</u>	76
4.1.3.2	<u>As perspectivas funcionalistas de Simon Dik</u>	78
4.1.3.3	<u>As perspectivas funcionalistas de Talmy Givón</u>	81
4.1.4	Perspectivas principais da Gramática Funcional	83
4.1.4.1	<u>Estatuto informacional: tema e rema, o dado e o novo na sentença</u>	86
4.1.4.2	<u>Dos contributos da Sintaxe Funcional à Lingüística Textual</u>	88
4.1.4.2.1	<i>Definitude e indefinitude numa visão funcionalista</i>	90
4.1.4.2.2	<i>A progressão no texto, a coerência e a coesão</i>	91
4.2	FORICIDADE, DÊIXIS E REFERENCIAÇÃO	94
4.2.1	A foricidade e a dêixis	94
4.2.2	A referenciação e suas considerações	97
4.2.2.1	<u>A progressão referencial</u>	100
4.2.2.2	<u>A Lingüística Textual, a referência e os artigos</u>	104
4.2.2.3	<u>Por uma ampliação das discussões teóricas sobre o papel dos artigos: uma abordagem funcional e referencial</u>	107
4.3	PRESSUPOSTOS SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO	112
4.3.1	Do quadro conceitual e histórico da gramaticalização	112
4.3.2	Estatuto, critérios e parâmetros da gramaticalização	115
4.4	A RETÓRICA	121
4.4.1	Dos estudos retóricos: breve histórico	121
4.4.2	A retórica e a defesa dos valores cristãos	128
4.4.3	Os artigos à luz da Retórica	133
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	136
5.1	POR UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS	136
5.1.1	Ocorrências percentuais do artigo <i>el</i> em <i>el rey</i>	136
5.1.2	Ocorrências percentuais das demais formas dos artigos	137

5.1.3	Os artigos enquanto elementos referenciadores	144
5.1.4	Fator número do artigo no SN	151
5.1.5	Animacidade dos nomes antecidos por artigos	152
5.1.6	Quanto à questão da gramaticalização dos artigos	156
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos de elementos das classes gramaticais e de fenômenos da língua portuguesa têm sido imensamente beneficiados pelos contributos advindos das mais diversas correntes teóricas, quer pertençam à Lingüística propriamente dita, quer apenas a ela se coadunem num dado momento, em função do objeto a ser analisado. Nesse sentido, a Lingüística Histórica, o Funcionalismo, na vertente da Gramaticalização e nos aportes sobre a foricidade, e ainda a Lingüística Textual, notadamente no terreno da Referenciação, e os princípios e procedimentos da Retórica – enquanto arte da persuasão – muito têm contribuído, ao fornecerem instrumentos metodológicos essenciais ao pesquisador que deseja uma interpretação mais delineada do objeto ou fato a ser perscrutado.

Valer-se desse arcabouço teórico e ainda de “conhecimentos retórico-político-teológicos” (HANSEN, 1994), para auxiliar na investigação do processo constitutivo, dos usos e do funcionamento de um dado item ou expressão em *corpus* do português arcaico e do moderno, numa seleção que contemple os textos marcados por tradições discursivas comuns ou afins (KABATEK, 2006), sobretudo, tomando-se por parâmetro, como no caso da presente pesquisa, princípios religiosos, significa não apenas investigar o fenômeno, mas pôr em tela o contexto em que ele se encontra inserido/imerso, trazendo à cena elementos outros que propiciarão uma abordagem mais plena dos eventos lingüísticos.

Sob esse enfoque, por acreditar que os artigos, contrariando a idéia apregoada/disseminada pelas gramáticas normativas, possuem valor semântico que transcende a conhecida classificação em termos definidores e indefinidores de substantivos, funcionando desde o período arcaico do português como itens referenciadores, importantes unidades coesivas que atuam na compreensão mais apurada de enunciados e seqüências textuais e discursivas, não se encaixando, dessa forma, por inteiro, no grupo dos termos acessórios da oração, é que se realizou este trabalho.

Procurou-se, para tanto, analisar a constituição, os usos e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos em textos dos séculos XIII, XIV e XVII, sob a perspectiva cardinal do funcionalismo, com vistas também a verificar a existência ou não de um processo de gramaticalização desses elementos na fase arcaica do português; fazer um levantamento das formas dos artigos em cada texto; de analisar o valor semântico-funcional dos artigos nos SNs por eles encetados; e confrontar, a partir dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, a utilização e funcionamento desses itens no período arcaico e moderno do dessa língua.

Pontue-se que a orientação funcionalista que se procurou dar ao trabalho em questão, como bem lembra Barreto (1999, p. 19), leva em conta, sobretudo, o reconhecimento da existência de normas que regem a própria constituição e configuração “das expressões lingüísticas”. Os aportes da gramaticalização fundamentam-se nas disposições de Hopper (1993), de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), entre outros teóricos; partem de dados reais com a intenção de interpretar as estruturas gramaticais e buscam identificar uma possível trajetória de gramaticalização dos artigos no português, numa tentativa de mostrar a origem desses itens, suas possíveis mudanças acompanhando-os através dos textos do *corpus* nos séculos XIII, XIV e XVII.

Fatores semânticos, discursivos e pragmáticos foram tomados como norteadores, haja vista que os princípios sintáticos não conseguem abarcar as análises pretendidas.

A presente pesquisa encontra-se organizada em cinco capítulos: o primeiro, intitulado **Metodologia** apresenta os fatores que preponderaram na escolha do *corpus*, o tratamento dado ao *corpus* e os princípios adotados para uma organização e melhor apresentação do trabalho; o segundo, da **Caracterização do corpus**, disponibiliza um quadro completo com as informações necessárias sobre cada um dos textos que compõem o *corpus*; o terceiro, **Os artigos: uma das classes de palavras**, situa os artigos desde sua discussão enquanto parte do discurso, no modelo grego e em seus planos gramatical e filosófico, e ainda na vertente latina, com ênfase nos aspectos etimológicos e num exaustivo levantamento do percurso dos artigos desde a abordagem encetada pelos primeiros gramáticos da língua portuguesa, passando pelas discussões teóricas nos séculos XIX, XX e XXI, até desembocar no tratamento dado aos artigos pelas gramáticas, manuais gramaticais e jornalísticos dos séculos XX e XXI; o quarto capítulo, **Fundamentação teórica**, compreende o tratamento de alguns pressupostos do Funcionalismo Lingüístico, da Referenciação, da Foricidade, da Gramaticalização e da Retórica, disposições essenciais para empreender o estudo dos artigos; o quinto capítulo, **Análise e discussão dos resultados**, apresenta as análises quantitativas e qualitativas dos dados extraídos do *corpus*, evidenciando os usos e o funcionamento dos artigos.

Fecha-se o trabalho com as **Considerações finais**, uma síntese geral em que se retomam as considerações a que as análises conduziram, com os resultados advindos das observações sobre a utilização e a funcionalidade dos artigos definidos e indefinidos, a partir do *corpus* da pesquisa.

1 METODOLOGIA

1.1 A ESCOLHA DO *CORPUS*

Os documentos que constituíram o *corpus* desta pesquisa e que mais adiante serão caracterizados pertencem a duas sincronias: (a) português arcaico, nos séculos XIII e XIV; e (b) português moderno, no que concerne apenas ao século XVII¹.

Inicialmente, a pesquisa se centrou no período arcaico da língua portuguesa, época em que havia a “ausência de um controle gramatical normativo [...] que faz com que a variação seja constante” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 39), portanto compreende um estágio da língua sem as prescrições de regras estabelecidas gramaticalmente, e na segunda metade do período moderno, em que já se têm as bases para uma escrita normativizada do português, permitindo, desse modo, flagrar melhor o uso e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos.

Para o português arcaico foram analisados dois textos: o *Livro I do Foro Real, de Afonso X*, século XIII, editado por Ferreira (1983), e o Códice A², de um *Flos Sanctorum*, século XIV, editado por Machado Filho (2003). O primeiro, de caráter jurídico, foi indicado como texto não-literário. O segundo foi caracterizado como texto religioso-hagiográfico, pelo fato de pertencer à hagiografia católica medieval.

O texto selecionado do português moderno para integrar as análises foi o *Sermão da Sexagésima*, de Padre Antonio Vieira, século XVII, editado por Alcir Pécora (2000), identificado pela caracterização de texto de oratória sacra, pertencente ao sermônario católico moderno. Resolveu-se considerá-lo dessa forma, pelo caráter político-retórico-teológico que o marca distintamente no campo da Literatura como um dos exemplares de maior expressão da arte retórica coadunada aos princípios religiosos, uma das obras mais bem elaboradas de todo o sermônario de Vieira.

Somados, esses textos perfizeram um total de 2173 linhas, sendo 1297 dos textos dos séculos XIII e XIV – 782 linhas pertencentes ao *Livro I do Foro Real* e 515 linhas do *Flos Sanctorum* –, e 876 linhas do texto do século XVII – o *Sermão da Sexagésima*. No primeiro

¹ Para Mattos e Silva (2001, p. 15), o estágio denominado de português arcaico compreende “o período que se situa entre os séculos XIII e XV”, embora ressalte que “qualquer classificatória ou taxonomia é arbitrária e está necessariamente condicionada pelos princípios que estão na base da classificação”. Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra, conforme quadro de Castro (1988, p. 12), consideram que dos séculos XVI ao XVIII se compreenderia o português clássico, denominado por outros autores também de português moderno, enquanto que do século XIX até os dias atuais, corresponderia ao português contemporâneo.

² Machado Filho (2003, p. xxxv) prefere a designação Caderno, reservando o termo códice para o documento como um todo.

texto foram encontradas 366 ocorrências de artigos entre definidos e indefinidos, no segundo 278 e no terceiro texto 924.

As preocupações que nortearam a pesquisa foram: (i) a de esclarecer a partir de que momento os artigos começaram a fazer parte na língua portuguesa, por isso mesmo foi realizada uma análise criteriosa dos textos do período arcaico e do moderno; (ii) a de identificar as formas de registro ortográfico desses itens encontrados no *corpus*; e (iii) de verificar o emprego quantitativo e qualitativo que tais formas tiveram nas referidas fases do português, bem como sua distribuição e comportamento funcional no SN cujo núcleo for precedido de artigo, verificando enfim, além dos usos e funcionamentos desses elementos, se o processo de gramaticalização que culminou no desenvolvimento dos artigos no português tinha ocorrido na fase arcaica dessa língua ou se, em verdade, seria anterior a ela.

Ressalte-se que o *Livro I do Foro Real* compõe-se de doze títulos, todos analisados integralmente: I – *Titulo da Sancta Trijdade e da fe catholica*; II – *Titulo da guarda del rey*; III – *Titulo da guarda dos filhos del rey*; IV – *Titulo dos que nõ obedecẽ ao mandamento del rey*; V – *Titulo da guarda das cousas de Sancta Ygreia*; VI – *Titulo das leys e dos seus stabelicimẽtos*; VII – *Titulo do officio dos alcaldes*; VIII – *Titulo dos scriuães publicos*; IX – *Titulo dos vozeyros*; X – *Titulo dos possõeyros*; XI – *Titulo dos preytos que deuẽ a ualer ou nõ. VIII. lex*; e XII - *Titulo do officio das cousas que son en contenda*.

Quanto ao *Códice A*, do *Flos Sanctorum*, no que diz respeito à edição interpretativa desenvolvida por Machado Filho (2003), compreende quinze títulos, a saber³: I – {F13rC1}, II – *Do moesteiro de sancto Isidro*; III – *Vida de sam Serapiom monge*; IV – *Vida de sancto Apollonio monge*; V – *Vida de sam Dyoscoro*; VI – *Dos moesteyros de Nitrea*; VII – *Vida de sã Macario do Egipto*; VIII – *Miragre*; IX – *Miragre*; X – *Outro Miragre*; XI – *Miragre*; XII – *Como sam Fruytoso moveu de Servilha por ir a Cadiz*; XIII – *Como sancta Beenta Virgem foy juygada com seu esposo*; XIV – *Da morte de sancta Bêẽta*; XV – *Aqui se começa a vida de sancta Paava*.

O *Sermão da Sexagésima* apresenta-se organizado em dez partes, indicadas pelo padre Antonio Vieira pelos números romanos de I a X. Não há além desses numerais nenhum título que sirva para marcar o início de cada parte. Ao contrário do *Foro Real* e do *Flos Sanctorum*,

³ Todos os títulos presentes na edição interpretativa do *Flos Sanctorum* foram propostos por Machado Filho (2003. v. 2). A edição paleográfica deste mesmo documento, realizada por esse estudioso, não consta de títulos. Registre-se que, na edição interpretativa, o *códice A* inicia-se em texto corrente, provavelmente no meio da narração de fatos da vida de *sam Panuço*, o que fez com que Machado Filho não propusesse título para esta parte inicial do documento. O *Códice A*, também, segundo acredita Machado Filho, era formado por doze fólhos, dos quais seis estão faltantes. O símbolo de que esse estudioso se valeu para marcar o fólho treze – {F13rC1} (leia-se: fólho 13, reto, coluna 1) – foi aqui utilizado como indicador dessa primeira parte, embora não constitua título.

dos quais foram selecionados partes para análise – *Livro I*, no caso do primeiro, e o *Códice A*, no que se refere ao segundo –, por motivo de se pretender aqui maior rigor interpretativo dos dados, o texto do *Sermão da Sexagésima* foi trabalhado em sua totalidade. Há que se lembrar que entre as obras que integram o *corpus* existe um distanciamento temporal significativo, tomando-se o *Foro Real* e o *Flos Sanctorum* (século XIII e XIV) em relação ao *Sermão da Sexagésima*. Isso permitiu uma melhor avaliação interpretativa dos usos dos artigos ao longo desses períodos.

Importante dizer que a escolha do *Livro I, do Foro Real*, deve-se ao fato de este primeiro livro apresentar dois títulos, dentre os doze aqui já especificados, dedicados à Igreja Católica. O I, *Titulo da Sancta Trijdade e da fé catholica*, de aspecto doutrinário, verdadeira paráfrase ampliada do Credo dos apóstolos de Cristo, profissão de fé proclamada pelos cristãos católicos; e o V, *Titulo da guarda das cousas de Sancta Ygreia*, que dispõe sobre os bens da Igreja, a doação de propriedades, o registro, a manutenção e a guarda do direito de todo o patrimônio concedido à Igreja no território governado pelo rei Afonso X.

Sob esse prisma, o texto do livro I do *Foro Real*, aproxima-se do texto do *Flos Sanctorum* e, de certa forma, do texto do *Sermão da Sexagésima* pelo caráter da nuance discursiva religiosa. Isso não significa afirmar que todos pertençam ao mesmo gênero discursivo, mas apenas que conservam características de uma mesma tradição discursiva (KABATEK, 2006), como o aspecto doutrinário e retórico.

À luz da perspectiva literária da retórica, os textos articulam princípios reconhecidamente teológicos e políticos bastante sugestivos e, portanto, persuasivos. Enquanto no *Foro Real* prevalece o discurso da religiosidade e da fé em Cristo como uma imposição da lei real, no *Flos Sanctorum* o convite à crença no Filho de Deus se dá pela força do exemplo da vida austera e ilibada dos santos católicos. No *Sermão da Sexagésima*, por sua vez, tem-se uma verdadeira aula destinada aos pregadores – sacerdotes da Igreja Católica – sobre a falta de eficácia dos sermões. Em verdade, o *Sermão da Sexagésima* cumpre dupla função: serve aos fiéis católicos insensíveis aos apelos de uma vida voltada para os ensinamentos de Deus; e aos pregadores no sentido de refletirem sobre suas próprias práticas na liturgia católica, notadamente nas homilias, momento na celebração das missas destinado à exposição dos sermões.

Diante desse quadro, a fim de uma melhor caracterização dos dados, justifica-se o fato, de se ter, além do suporte funcionalista, buscado na prática retórica, enquanto arte de persuasão, elementos para deslindar os recursos e estratégias discursivas, que atuam na

configuração do processo referencial nesses três textos, levando-se em conta, notadamente, a presença do artigo no SN.

1.2 O TRATAMENTO DO *CORPUS*

Após terem sido detectados os artigos definidos e indefinidos que se apresentam em cada texto, procedeu-se a um estudo analítico desses itens. Inicialmente, foi realizado um levantamento quantitativo e qualitativo das ocorrências dos artigos em cada obra. Em seguida, os artigos foram reunidos em quadros e gráficos representativos do período arcaico e do período moderno da língua portuguesa, situando as formas em que se apresentavam no *corpus* ao longo dos séculos XIII, XIV e XVII.

A análise dos gráficos e dos quadros possibilitou, de imediato, não apenas a distinção entre as formas encontradas dos artigos, mas o período – dentro do *corpus*, obviamente – em que tiveram presença registrada na língua, em que caíram em desuso e em que determinadas formas – de cada item – se firmaram ou sofreram modificação – quer na forma quer em seu valor funcional.

A partir daí, é que se pôde adentrar numa pesquisa sobre a etimologia dos artigos definidos e indefinidos, tanto em dicionários etimológicos, em gramáticas do português arcaico e em estudos de diversos autores que abordam ou fornecem um panorama histórico do que muitos acreditam ter sido uma “evolução” (COUTINHO, 1977) ou uma “especialização” (CÂMARA JR., 1985) que os demonstrativos latinos *illu* e *illa* e os numerais cardinais *uno* e *una*, sofreram, de tal modo que possibilitaram o “desenvolvimento dos artigos no português”.

Procedeu-se, nesse mesmo sentido, a uma classificação sintática desses elementos, obedecendo-se à posição que ocupam nos enunciados dos textos sob análise e o papel que neles exercem, com vistas à identificação do valor e da função que desempenham, e de sua participação no estabelecimento da coesão e/ou na manutenção da coerência referencial em cada texto do *corpus*. Além do fator percentual das ocorrências de artigos, fatores como número e animacidade dos nomes antecidos por eles, foram levados em consideração, a fim de um melhor delineamento interpretativo dos fenômenos observados.

Tomando a perspectiva preconizada por Castilho (1997, p. 32), procurou-se verificar também se houve realmente um processo de gramaticalização dos artigos no período arcaico da língua portuguesa, na tentativa de interpretá-lo à luz do Funcionalismo, na vertente da gramaticalização, estudando o funcionamento desses itens no português arcaico e no

moderno, nas perspectivas dessas mesmas teorias e também do que preconiza a Lingüística Textual no campo da referência.

Para tanto, partiu-se da hipótese segundo a qual o uso dos artigos no português seria conseqüente de uma trajetória de mudança por gramaticalização, obedecendo-se ao seguinte plano: demonstrativo > identificador > identificador/referenciador⁴.

1.3 OS PRINCÍPIOS ADOTADOS

Com a intenção de melhor conduzir e organizar todo o desenvolvimento da pesquisa, com vistas a interpretar melhor os dados e a apresentar as análises e as considerações tecidas, de modo mais nítido e eficiente, alguns critérios ou princípios foram adotados, é o que se observará a seguir.

2.3.1 Foram considerados quantitativa e qualitativamente para a análise, os artigos definidos e indefinidos nas formas que se apresentam no *corpus*;

2.3.2 Não foram considerados ou analisados os artigos que atuam na composição de preposições acidentais – como *no(s)*, *na(s)*, *pelo(s)*, *pela(s)*, *do(s)* e *da(s)*. Tal medida foi adotada para centralizar as análises nos artigos propriamente ditos;

2.3.3 Mantiveram-se nas citações e nos exemplos as grafias originais dos artigos e das demais palavras que compõem as frases, tal qual se encontram no *corpus* – quer no português arcaico, quer no moderno – ou nas referências que fundamentam as argumentações e as análises apresentadas nesta pesquisa;

2.3.4 A pontuação adotada pelos editores dos textos que compõem o *corpus* foi rigorosamente mantida;

2.3.5 As obras consultadas, que compõem o *corpus*, foram indicadas pelas iniciais em maiúscula. Dessa forma, tem-se para o *Foro Real* a abreviatura *FR*, já que apenas o livro I foi analisado; para o *Flos Sanctorum*, tem-se *FS*, e para o *Sermão da Sexagésima*, *SS*;

2.3.6 Os exemplos extraídos das obras que compõem o *corpus* foram localizados precedidos por um parêntese contendo o século e a abreviatura/iniciais do nome da obra, o(s) número(s) da(s) linha(s) seguidos do(s) número(s) da(s) página(s) em que se encontram na obra consultada;

⁴ Johannes Kabatek, em seu artigo intitulado “*Existe-t-il un cycle de grammaticalisation de l'article dans les langues romanes?*”, abrangendo um trabalho que publicou em alemão no *Romanistisches Jahrbuch* (2002), afirma que a gramaticalização do artigo na língua francesa obedece a um ciclo em que o determinante atravessa quatro graus – que vai do grau zero ao grau três – num contínuo: *demonstratif* > “*identificateur*” > *identificateur avec d'autres fonctions* > *marque nominale obligatoire sans fonction d'actualisateur*.

2.3.7 Algumas das classificações dos tipos de relações referenciais desencadeadas por SNs encetados por artigos, adotadas, tomam por base as proposições, sobretudo, de Liberato (2001), Milner (2003), Apothéloz e Chanet (2003) e Neves (2007);

2.3.8 Machado Filho (2003) usa o termo “caderno” para designar cada uma das oito partes em que postula ter sido estruturado originalmente o *Flos Sanctorum*. Neste pesquisa, tendo em vista a utilização para análise apenas do Caderno A, preferiu-se a identificação deste pela forma “Códice A”.

2 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Conforme especificado anteriormente, para esta pesquisa, analisaram-se os usos e o funcionamento dos artigos definidos e indefinidos em fases distintas:

- 1) Período Arcaico da Língua Portuguesa – com textos dos séculos XIII e XIV.
- 2) Período Moderno – com textos do século XVII.

2.1 PORTUGUÊS ARCAICO

Os dois textos do português arcaico consultados, o *FR* e o *FS* consistem em documentação remanescente em prosa dos primeiros séculos da língua portuguesa. O primeiro, um texto traduzido para o português, compreende um documento não-literário que, pelo seu caráter legalista, é considerado uma importante fonte de conhecimento do dialeto jurídico. O segundo, escrito em português, corresponde a um documento pertencente à prosa literária, a qual abarca, por sua vez, entre outros, textos destinados à transmissão do conhecimento de ordem religiosa e moral.

Como bem lembra Mattos e Silva (2001), os primeiros documentos escritos em português aparecem, sobretudo os de caráter não-literário, nas décadas iniciais do século XIII, a exemplo do *Testamento de Afonso II* e da *Notícia do Torto*, estes “escritos na segunda década do século XIII”. (p. 16)⁵.

Nesse sentido, buscar observar o passado da língua portuguesa é essencial para se compreender o presente dessa língua. Uma oportunidade de refletir sistematicamente sobre a própria língua em seu efetivo uso, alargando horizontes para um conhecimento mais apurado de seus mecanismos. Nas palavras de Mattos e Silva, a documentação remanescente do período arcaico configura-se num “importante subsídio para o conhecimento da língua de uso de então, apesar das restrições necessariamente impostas na transferência do oral para o escrito”. (p. 14).

Tal afirmação encontra assento nas proposições de Faraco (1991, p. 75), que numa das três vias que propunha para o estudo histórico das línguas, postulou ser “a volta ao passado

⁵ Martins (2001, p. 27), a partir de uma observação sistemática de documentação “de alguns fundos conventuais” guardados no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), encontrou um documento em português, anterior a 1255, uma *Notícia de Fiadores*. Um documento original, datado de 1175, em que se discriminam as dívidas de Paio Soares Romeu, um dos senhores de Paiva, membro de uma família nobre com assento nos livros de linhagem. Até o momento, este é o documento mais antigo da língua portuguesa.

para nele se concentrar [e] iluminar o presente”, o melhor caminho que o pesquisador deve procurar seguir. Mattos e Silva (2006, p. 225) retoma novamente a questão e veicula a compreensão da língua portuguesa à “interpretação de fatores históricos do passado para interpretar o presente”.

Por tudo isso, olhar para o passado, para as documentações não-literárias e para as literárias, remanescentes do período arcaico, é muito importante no sentido de construir uma visão mais plena do primeiro período histórico, devidamente documentado, da língua portuguesa.

Desse modo, foram consultados para o português arcaico:

2.1.1 Texto não-literário

FORO REAL, DE AFONSO X

O *Fuero Real* trata-se de um dos primeiros documentos não-literários escritos em português, pertencente à obra legislativa de Afonso X, o Sábio, um conjunto de leis aplicadas sob o reino espanhol, a fim de obter sua unidade político-administrativa, na verdade, um dos maiores sonhos acalentados pelo rei D. Fernando III, mas somente concretizado no reinado de seu filho, Afonso X.

Segundo as informações disponibilizadas pelo professor Jerry Craddock (apud FERREIRA 1987, p. 98), o texto do *Fuero Real* foi concluído a 25 de Agosto de 1255, portanto, três anos após Afonso X ter subido ao trono.

Como boa parte das cidades do reino tinham leis locais, muitas destas comuns entre si, o plano real foi de, inicialmente, aplicar o *Fuero* sobre regiões do reino espanhol onde não havia foros e somente depois passar a substituir os foros já existentes, portanto, havia uma finalidade realmente unificacional. Apesar dos resultados nada animadores no início de sua implantação, o *Fuero Real* só conseguiu vigorar, em plenitude, como código geral da nação espanhola em 1340. “Os juristas e os reis continuam, depois de Afonso X, a considerar o *Fuero Real* como instrumento jurídico maior do povo espanhol” (FERREIRA, 1987, p. 100).

Na versão espanhola, esse documento está dividido em quatro livros, cada livro, por sua vez, em títulos – num total de setenta e dois títulos – e cada título em leis – numa soma de quinhentas e cinquenta e uma leis. Conforme Ferreira, as leis se encontram distribuídas na seguinte proporção ao longo dos livros: “71 no livro I, 97 no livro II, 190 no livro III e 193 no livro IV”. (p.98).

Nesta pesquisa, como já relatado, apenas o *Livro I* foi alvo de análise concentrada. É nele onde predomina o direito público ao lado de campos bem díspares, como o direito eclesiástico, o político e o civil. Como especifica Ferreira, o conteúdo deste livro traz as “normas respeitantes à fé católica, fidelidade ao rei e ao seu sucessor, organização judiciária (*alcaldes, escrivães, vozeiros e pessoeiros*)”. (p. 99). Diferentemente das *Partidas*, o *Fuero Real* “recolhe o direito tradicional e costumeiro”, cuja intenção era de fazer com que os povos soubessem como deveriam viver e conceder o foro às pessoas que não o possuísem. Nas próprias palavras do rei Afonso X:

Vnde conven a todo rey que ha de teer os poobos en justiça e en deryto que faça l[e]s per que os poobos sabyã como an de viver, e as desauenças e os preytos que nasçerẽ antr'elles seyã departidos de guisa que aquelles que mal fazẽ receba pãa e os boos uiuam seguramente en paz. (*Livro I do Foro Real*, l. 20-25, p. 126).

É bem verdade a existência de uma lacuna em relação ao manuscrito português, pois até hoje ignora-se por completo sua história. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontra-se o códice nº 4, do maço 6º dos *Forais Antigos*, único manuscrito da versão portuguesa.

Segundo Josef Cornide (apud FERREIRA 1987, p. 11), tal manuscrito se encontrava já em 1799, no reinado de D. José, na Torre do Tombo. O códice é constituído por um núcleo central que abrange as *Flores de Direito*, o *Foral e os costumes da Guarda*, as leis gerais, os *Tempos dos preitos e o Foro Real*, como Ferreira (1988, p. 19) argumenta, esse núcleo “forma um todo homogêneo”.

A tradução portuguesa dos fólhos 70v até o 149r⁶ apresenta-os divididos em quatro livros, cada livro em títulos e em leis, mas sem numeração, ao contrário da versão espanhola. Essa tradução parece ter sido realizada no século XIV imediatamente após a sua elaboração em castelhano, embora Alexandre Herculano conteste tal afirmação – fundamentado na inserção ocorrida a esse documento em 24 de agosto de 1282, de uma lei de D. Dinis de Portugal –, ao declarar que o códice parece remontar ao século XIII – entre 1273 e 1282.

De acordo com os aspectos paleográficos e lingüísticos, Ferreira (p. 43) pontua que o *FR* “pertença aos finais do século XIII, embora não seja, o original, mas provavelmente uma cópia caligráfica mais tardia [...] em que foram mantidas as características lingüísticas”.

A tradução portuguesa do *Fuero Real*, ao que parece, foi elaborada no reinado do rei português, D. Afonso III, genro de Afonso X, com a possível função de ser aplicado ao

⁶ 70v, corresponde ao verso de fólho setenta; 149r, o reto do fólho cento e quarenta e nove.

território português, sobretudo pela qualidade do texto e pela substancial consonância deste com o direito canônico-romano.

Chama a atenção o fato de que o *FR* não despertou nos cronistas, historiadores e até nos juristas portugueses o mínimo interesse, haja vista não o tomarem como referência em suas obras (BARRETO, 1999, p. 29).

A edição crítica do *Livro I do FR* utilizada para estudo foi a de José de Azevedo Ferreira, publicada em 1987 em Lisboa, sob o aval do Instituto Nacional de Investigação Científica.

2.1.2 Texto literário

FLOS SANCTORUM

O *Flos Sanctorum* é um documento fragmentário, de caráter hagiográfico, escrito em pergaminho em língua portuguesa, paleograficamente datável do século XIV. Desde o ano de 1964, este documento trecentista faz parte do acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Segundo Machado Filho (2003, p. xxiii), ele foi trazido ao Brasil por Serafim da Silva Neto, nos anos 50, juntamente com outros dois documentos: a versão mais antiga em português dos *Diálogos de São Gregório* e o *Livro das Aves*.

Silva Neto (1956, p. 105-106) resume a história da aquisição desses documentos:

A história desses códices é simples. Alguns anos antes de 1925 o Dr. Jorge de Farias, ilustre intelectual português adquiriu em Vila do Conde, pouco mais de duzentas folhas soltas de pergaminho, oriundas certamente do desbarato dalgum mosteiro ou casa religiosa, ou por causa da extinção das Ordens, em 1834 ou por causa dos atos violentos que se seguiram aos acontecimentos de 1910. Daí passaram às mãos do atual proprietário [ou seja, o próprio Serafim da Silva Neto].

Apenas cento e sessenta e oito (168) folhas, das duzentas (200) relatadas por Silva Neto, foram encontradas, sendo: oitenta e uma (81) pertencentes ao *Flos Sanctorum*, setenta e nove (79) aos *Diálogos de São Gregório* e oito (8) ao *Livro das Aves*. É bem verdade que tanto a origem quanto sua história remota são desconhecidas. Há indícios, em algumas referências de catálogos da biblioteca medieval do Oratório de São Clemente das Penhas, em Leça da Palmeira, norte de Portugal, e em catálogos posteriores, conforme investigação de Silva Neto (1960, p. 298-299 apud MACHADO FILHO, 2003, p. xxv) de que esses manuscritos “tivessem pertencido originariamente a alguma igreja ou mosteiro de Braga ou

arredores”, portanto no norte de Portugal, haja vista tais catálogos fazerem menção a “um livro sobre a vida dos padres santos escrito em linguagem”.

Independente de se poder precisar categoricamente a respeito de sua origem e história, parece mais relevante, levantar indícios que apontem “para origem de produção do manuscrito, que, conseqüentemente permitam revelar aspectos da dialectologia [e da sintaxe] histórica da língua portuguesa”. (MACHADO FILHO, 2003, p. xxvii).

Machado Filho acredita que esses manuscritos, levando-se em conta indícios paleográficos que julga pertinentes, consistem numa “cópia de outra versão desaparecida já anteriormente em *linguagem* e não de uma cópia direta de um original latino” (p. xxiii), embora não se saiba onde essa cópia se encontra até o presente.

Numa comparação rápida com o *código alcobacense CCLXVI*, sobretudo a partir dos textos relativos à *Vida de Tarsis* (ou *Tassis*), da *Vida de Santo Aleixo*, dos inícios do século XV e da própria versão dos *Diálogos de São Gregório*, Machado Filho observou que pela linguagem extremamente arcaizante, o *FS* distancia-se em muito desses documentos.

Quanto à sua produção, o *FS* realmente parece ter sido escrito no final do século XIV e início do XV, “pois tem semelhança com outros códices desse tempo e cuja data alguns nos dão a conhecer” (SILVA NETO, 1956, p. 106).

O conjunto pergamináceo de oitenta e uma folhas (81), escritas em reto e verso, de que é formado o *FS*, tendo por base mais uma vez as evidências paleográficas, conforme interpreta/propõe Machado Filho (2003, p. xxxv), compõe-se de oito cadernos, identificados por esse editor, cada um, pelas oito letras iniciais do alfabeto latino em maiúsculas. À exceção dos Cadernos A, E e H, os demais encontram-se completos.

Para esta pesquisa, apenas o Caderno A foi analisado. Ele abarca os fólhos [13r/v], [14r/v], [15r/v], [16r/v], [17r/v] e [18r/v]. Suas narrativas, pela incompletude, receberam títulos apresentados em negrito sublinhado na edição interpretativa. Destacam-se além do registro da fundação de alguns mosteiros e de milagres, a narração da vida de alguns santos católicos até hoje popularmente venerados, a exemplo de *sanctus Serapiom monge*, *sanctus Isidro* e *sanctus Apollonio monge* e de outros não tão conhecidos do grande público de fiéis, a exemplo de *sanctus Dyoscoro*, *sã Macario do Egipto monge*, *sanctus Fruytoso*, *sancta Paava* e *sancta Beenta Virgem*.

2.2 PORTUGUÊS MODERNO

Na tentativa de promover uma melhor equiparação quantitativa entre o conjunto textual do português arcaico com o do moderno, observando-se o somatório de linhas e de parágrafos pertencentes a cada obra selecionada para integrar o *corpus* desta pesquisa, escolheu-se apenas um texto, de vertente religiosa – característica que também marca discursivamente os textos selecionados para representar o português arcaico –, da fase moderna da língua portuguesa, escrito no século XVII.

2.2.1 Texto de oratória sacra

*SERMÃO DA SEXAGÉSIMA*⁷

Corresponde ao sermão-sacro que abre o conjunto de todo sermão de Pe. Antonio Vieira. Foi pregado na Capela Real, em 1655, em Lisboa, quando o autor retornava da campanha missionária da qual participou no Maranhão. Uma missão repleta de dificuldades que Vieira faz questão de pontuar nesse sermão. É preciso lembrar que ele retorna a essa mesma missão logo após sua estadia em Portugal, tendo exposto ao rei as intempéries enfrentadas e deste recebido novas ordens a serem executadas.

⁷ Segundo La Brosse, Henry e Houillard (1989, p. 714), Sexagésima, “do latim *sexagésima*, nome dado antigamente ao segundo dos três domingos que preparavam a Quaresma. Deveu o seu nome ao fato de ser o sexagésimo dia antes do *Médium Paschae* (Quarta-feira depois da Páscoa). A extensão litúrgica do tempo de preparação para a Páscoa até 60 dias data, em Roma, de cerca do ano 594. Esta prática já existia em Cápuia, em 546, e parece que nessa época, nas duas cidades, a organização da semana Pascoal terminava na quarta-feira”. Para Rower (1928, p. 180), o “*Sacramentario gelasiano* é o primeiro documento que faz menção dos domingos de Septuagesima, Sexagesima e da Quinquagesima. Parece que o uso veio do Oriente. Ahi, conforme dizem as *Constituições Apostólicas*, começava, como hoje, a preparação, sem jejum, com o decimo domingo antes da Ressurreição, de modo que esse domingo era na verdade o *dies septuagésima*. Em Roma, adoptou-se o uso do Oriente, respeitou-se a denominação Septuagesima, e, para poderem-se chamar os dois domingos antes da Quaresma, Sexagesima e Quinquagesima, foi abreviada a preparação em uma semana. Dahi vem que na realidade o domingo de Septuagesima é o sexagésimo terceiro dia antes da Pascoa. Os dias do tempo septuagesimal não são de jejum. A Igreja suprime, porém, tudo o que diz festa e jubilo. Assim, em todas as Missas todos os Offícios substitui-se o *Alleluia*, naqueles do Tractus, nestes pelo *Laus tibi Domine*, etc., no início das horas. Nas Missas do tempo, além disso é suprimido o *Gloria in excelsis Deo* em lugar do *It Missa est* se diz *Benedicamus Domino*. No Offício do tempo não ha *Te Deum* e o primeiro psalmo das Laudes é substituído pelo psalmo penitencial *Miserere*. As Missas do tempo são celebradas em côr roxa. Os dias da semana não são ferias maiores como os da Quaresma, e os tres domingos admittem, na occurrência, a celebração de uma festa de 1ª. classe.”

Conforme Sivinski (2002, p. 12-13), no sentido histórico-teológico-litúrgico, o Domingo da Sexagésima era, na Igreja da Idade Média, mais uma momento nas disposições do Ano Litúrgico – calendário de festas e celebrações anuais da Igreja Católica, com todas as indicações previstas para serem realizadas durante um ano inteiro – que servia à preparação do cristão para um período mais consciente de penitência a ser vivenciado durante toda a Quaresma, e para a celebração do sagrado Tríduo Pascal da Paixão e Ressurreição do Senhor Jesus Cristo. Há hoje, na Igreja Católica, no entanto, uma “falta de maior consciência sobre as celebrações” o que acaba, muitas vezes, “esvaziando os domingos do Tempo Comum [em que se insere a Sexagésima – segundo domingo antes do primeiro domingo da Quaresma] do seu sentido pascal ou se sobrepondo outras celebrações particulares ao Mistério de Cristo. [...] Importa, na verdade que o Ano Litúrgico seja símbolo de unidade e comunhão com o Ministério do Senhor, até que Cristo seja tudo para todos”.

No Maranhão, uma grande instabilidade havia se estabelecido pelos confrontos constantes entre o modelo jesuítico – de educar, catequizar os índios, introduzindo-os nos modelos agrícolas e artesanais – e a ação dos colonos – interessados na mão-de-obra indígena via escravidão. Pe. Antonio Vieira, conforme Wehling (1999, p. 142), era o “superior das missões jesuíticas no Estado” e desempenhou papel fundamental, por ser “tão influente como controvertido, no Brasil e em Portugal”, na tentativa de firmação de pactos “entre os colonos e os jesuítas”. Atitude que não logrou, no todo, grandes resultados, segundo Bosi (1996, p. 137), haja vista “a precariedade, e o enfrentamento [que] se dá no interior de um esquema assimétrico de poderes” entre as partes.

É nesse cenário que Vieira constrói seu *Sermão da Sexagésima*⁸. Como lembra Pécora (2000, p. 28), esse texto sacro “volta-se para sua própria composição e examina os 3 ‘concursos’ essenciais que há nele (Graça, pregador e ouvinte), para saber qual deles pode ser causa da falta de eficácia dos sermões contemporâneos na reforma dos cristãos”. Nele examinam-se ainda as circunstâncias que tornam o pregador responsável pela ineficácia sermonária: a pessoa, o estilo, a ciência, a matéria e a voz. Apesar da análise que traça de cada circunstância destas, reconhece que nenhuma delas é causa principal do fracasso de um sermão, depositando tal responsabilidade no “falso testemunho do pregador”, vez que não toma a palavra de Deus “em seu sentido original, mas distorce-as segundo seus interesses e o propósito de agradar ao auditório”. (ibid.).

Por esse motivo, a pergunta que norteia toda a argumentação no *SS* é “por que não vemos hoje nenhum fruto da palavra de Deus?”⁹ Valendo-se de todo um arcabouço retórico-político-teológico, Vieira – que entre outras atividades, também foi professor de retórica, faz do *SS* verdadeira aula aos pregadores para que sejam, numa concepção sagrada, “vozes da voz de Deus. [Voz] de quem fala a terra e aos homens em nome do céu” (MENDES VIEIRA, 1998, p. 91).

As dez partes em que se encontra dividido o *SS* trilham no plano retórico-político-teológico um importante papel, junto ao pregador – todo o sacerdote à serviço da Igreja e do povo de Deus –, que é a de fornecer a este a construção do perfil do que vem a ser um verdadeiro pregador, um pregador eficiente. Para isso, tendo como pano de fundo a *Parábola do Semeador*¹⁰, reveste o pregador das armas fornecidas pelas estratégias retóricas que atreladas às teológicas, fazem com que nele se instalem: “o aumento de seu poder de ação, do

⁸ A edição consultada para a pesquisa foi a editada por Alcir Pécora, publicada em São Paulo, pela editora Hedra, em 2000.

⁹ Padre Antonio Vieira, *Sermão da Sexagésima*, l. 159-160.

¹⁰ Texto bíblico encontrado nos Evangelhos de: Mt 13,1-23; Mc 4, 3-20; Lc 8, 4-15.

seu poder de persuasão sobre os ouvintes, o aumento de seu poder para construir obras nas quais os fiéis ou aspirantes” (ORNELLAS, 2003, p. 3) as tomem como modelo a ser vivido.

Com isso, sem dúvida, Vieira acopla seu vasto conhecimento retórico, político¹¹ e teológico com as experiências adquiridas ao longo de sua vida, sobretudo as advindas da Missão do Maranhão e as compartilha num jogo retoricista com os demais “pregadores”, o que “permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2008, p. 171) da pregação sermonária.

Como o poder do pregador no serviço da palavra sagrada não vem dele, mas de Deus, “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...]. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder; é um de seus primeiros efeitos”. (p. 183). Daí a necessidade, afirmada por Vieira no SS, de que o pregador precisa tomar da palavra de Deus em seu “sentido original”, sem distorcê-las “segundo seus interesses de agradar ao auditório” (PÉCORA, 2000, p. 28).

¹¹ Vieira foi um jesuíta que também desempenhou suas funções num “universo mais largo” (BOSI, 1996, p. 119), exercendo os papéis de conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes européias, defensor de cristãos-novos e, com igual zelo, missionário no Maranhão e no Pará”. (ibid.).

3 OS ARTIGOS: UMA DAS CLASSES DE PALAVRAS

Antes de tecer considerações mais detalhadas a respeito dos usos e funções dos artigos definidos e indefinidos, quer no português arcaico quer no moderno, acredita-se ser de extrema importância a localização da classe desses elementos no quadro das demais classes de palavras. Para tanto, verificar-se-á inicialmente, partindo de um panorama sintetizado dos modelos gramaticais gregos, as disposições da tradição gramatical grega no que compreende os artigos. Em seguida, centrar-se-á na abordagem latina dos primórdios desses itens, suas origens. Por fim, o foco se firmará na concepção de diversos gramáticos, lingüistas e demais autores a respeito dessa classe, no tratamento que esta recebeu em algumas correntes teóricas da Lingüística e na forma como se apresenta nos manuais de redação e estilo jornalísticos.

Dessa maneira, configurar-se-á, de início, um breve painel retrospectivo sob a discussão em torno da origem das classes gramaticais na tradição grega e na latina, situando a dos artigos, as classificações e as normas de uso desses itens e as caracterizações ou pontuações de diversos autores que se preocuparam com a abordagem desse tema.

3.1 O MODELO GREGO DAS PARTES DO DISCURSO E DAS GRAMÁTICAS

A gramática surge como parte do estudo literário característico da época helenística. Seu objetivo inicial era o de facilitar a leitura dos textos dos primeiros poetas gregos, por isso os gramáticos formulavam e traziam ao conhecimento do público diversos comentários e tratados. Em geral, cumpriam duas tarefas basilares, ou duas funções essenciais à época: a de pesquisa e a de docência.

A primeira correspondia ao estabelecimento e explicação desses primeiros poetas gregos. A segunda tinha por intenção proteger a língua da corrupção de seus usuários/falantes, uma vez que a língua falada cotidianamente nos centros do helenismo era já tida como corrompida. Portanto, a língua coloquial ou a de quaisquer outros povos não interessava no período helenístico. Os helenísticos focavam seus estudos na língua escrita, “especificamente à língua literária, e exclusivamente à grega” (NEVES, 2005, p. 13) como tentativa de preservá-la.

No período helenístico, a gramática constitui-se numa disciplina independente que expõe sistemática e metodicamente os fatos da língua que se depreendem das obras literárias. É uma época caracterizada pela preocupação maior com a preservação, com o zelo pela memória do passado, com o ensino e a aprendizagem do que com a criação.

Portanto, na cultura helenística, a gramática (*grammatiké*) “é instrumento de cultivo e preservação de valores” (p.115). A partir da herança dos textos filosóficos da época helênica, a cultura helenística elabora a sistematização que configura a gramática grega. O nascimento dos estudos gramaticais é presidido pela analogia e anomalia. Vale destacar que a analogia compreende a base naturalista da linguagem, a relação perfeita entre “palavra” e “objeto”, conforme se apregoava na filosofia estóica. Quanto à anomalia, refere-se aos desvios nessa relação acrescidos da ausência de uma regularidade universal entre o objeto e sua expressão. Anomalia e analogia caracterizam os dois centros da cultura helenística, Alexandria e Pérgamo.

Enquanto a escola de Pérgamo – de influência estóica – preocupava-se com a análise e explicação do texto de Homero, a de Alexandria “buscava expurgá-lo, em nome de princípios rigorosos” (p. 117). Os estudiosos da escola de Pérgamo ocupavam-se do exame dos relatos históricos em sua relação com a verdade, interpretavam os mitos e os nomes divinos, debruçavam-se ainda sobre a retórica e a poética. Os estudiosos da escola de Alexandria, por sua vez, prendiam-se à explicação das palavras, aos sinais gráficos e à flexão, apoiavam-se na analogia das formas externas. Dessa forma, os de Pérgamo adentravam nas considerações sobre a linguagem na perspectiva filosófica, enquanto os alexandrinos, mais práticos, trilhavam o terreno da fenomenologia.

[Foram os alexandrinos] que codificaram a gramática grega e lançaram o que seria o modelo da gramática ocidental tradicional. Eles também exerciam a crítica, interpretavam os poetas e os mitos, mas consideravam, ainda, o lado estético das obras poéticas. Dedicavam-se especialmente às formas sonoras, buscando nelas as analogias que permitiam o estabelecimento de paradigmas. (p.118).

Entre os primeiros gramáticos alexandrinos, citam-se Zenódoto de Éfeso (325-234 a.C.), Aristófanes de Bizâncio (257-180 a.C.) e Aristarco da Samotrácia (215-145 a.C.). Desses, Aristarco é apresentado como um dos primeiros gramáticos que reconheceu o discurso como entidade composta de oito partes: nome, verbo, particípio, pronome, artigo, advérbio, preposição e conjunção.

Um aluno da escola de Aristarco, Dionísio o Trácio, considerado como o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antigüidade (a forma que deu à gramática pode ser reconhecida ainda hoje nas gramáticas ocidentais), nasceu em Alexandria, viveu entre 170 e 90 a.C., aproximadamente, escreveu um tratado breve e metódico de doutrina gramatical, uma *téchne grammatiké*, a primeira gramática do Ocidente.

Sua obra não abriga a sintaxe, apenas a fonética e a morfologia, sempre com vistas à língua grega. [...]. Na verdade, a obra traz uma delimitação de campo para a gramática, o que é muito importante. (p.127).

3.1.1 Os artigos na abordagem grega

Entre os vinte parágrafos que compõem a obra de Dionísio o Trácio, o dezesseis aborda sobre o artigo, conceituando-o e apontando o lugar que deve ocupar na estrutura do discurso, tomando-o em relação aos nomes. Também já considera o verbo, o particípio, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção (no que concerne às classes gramaticais). Mas é com Apolônio Díscolo, que nasceu em Alexandria e viveu na primeira metade do século II d. C. – gramático de reconhecida projeção com seu filho Herodiano, na época dos imperadores romanos – que o trabalho com o artigo ganha consistência.

Apolônio Díscolo, em sua obra “Da sintaxe”, conjunto de quatro livros, verifica no primeiro livro o número e a seqüência das partes do discurso, realça a primazia do nome e do verbo sobre as demais partes do discurso e aborda a sintaxe do artigo; no segundo, trata da sintaxe do pronome; no terceiro, da congruência e incongruência da linguagem e da sintaxe geral do verbo; no último livro é tratada a sintaxe da preposição, do advérbio e da conjunção.

A vasta obra de Apolônio foi praticamente perdida. Dela, apenas quatro livros das partes do discurso conservaram-se: Do pronome, Das conjunções, Dos advérbios e Da sintaxe, o que torna difícil, conforme Neves (2005, p.129), reconstituir sua doutrina, mas essa tarefa é facilitada pelo fato de Apolônio ser muito repetitivo. Além disso, suas considerações são confirmadas por gramáticos como Prisciano, que o tomaram por guia em seus estudos.

Quanto ao artigo, é certo que Apolônio tenha estudado sua sintaxe sob as bases do tratamento gramatical, considera que há palavras como os verbos, os nomes, os pronomes e os advérbios qualificativos, que podem ser empregadas a sós e há as que só se empregam como acréscimo à significação de outras palavras, como as preposições, as conjunções e os artigos.

Conford (1997) lembra que os artigos, assim como as conjunções e as preposições não consistiriam partes do *lógos*, uma proposição seria apenas de nomes e verbos. Os artigos estariam fora do *lógos* por não trazer a idéia de pessoa ou coisa. O nome tem “significação convencional”, enquanto “o verbo se define como o que acrescenta à sua própria significação a do tempo” (p. 145).

Há uma polêmica quanto ao fato de que Aristóteles teria distinguido um grupo dos artigos, dividindo-o em dois outros grupos de palavras sem significação própria.

O trecho da Poética em que vem definido o artigo é duvidoso. Testemunhando contra a inclusão do artigo no rol das partes do discurso isoladas por Aristóteles, está Dionísio de Halicarnasso que afirma duas vezes que Aristóteles estabeleceu três partes do discurso: nomes, verbos e conjunções. Na Retórica a Alexandre, se fala dos artigos, discorre sobre a clareza do discurso. Recomenda-se que os artigos devem ser acrescentados quando necessários (1435a).

Como exemplos, ilustra-se a inserção dos artigos nos lugares devidos (1456b). Para a Retórica a Alexandre não é confirmada, porém, a autoria de Aristóteles. Entretanto, mesmo que seu autor seja Anaxímenes, conforme Quintiliano (*Institutio oratória, III, IV, 9*), a verdade é que já na época de Aristóteles os artigos poderiam constituir um grupo separado do das conjunções. (p.149).

O artigo seria, dessa forma, uma palavra destituída de significação que apenas serviria para indicar o início, a finalização ou a divisão de uma proposição, não colaborando, portanto, no plano do sentido. Outro ponto a ser considerado é o de ordem conceitual. O conceito de artigo choca-se com o conceito que Aristóteles faz de conjunção. Ora, artigos e conjunções podem ocorrer no início, no meio ou no fim de uma proposição. A diferença entre eles se encontra no fato de uma conjunção não poder figurar por si no início de uma proposição, enquanto a um artigo, isso seria permitido. Em algumas das edições traduzidas para o português da *Poética* de Aristóteles, não se faz menção ao artigo e atribui-se às conjunções a definição que em outras versões dessa obra aristotélica refere-se ao artigo.

Apesar das supostas referências de Aristóteles, Quintiliano e Dionísio de Halicarnasso afirmam serem os estóicos, os primeiros a separar os artigos da conjunção, de modo a reconhecê-los e incluí-los como uma parte do discurso. Passo importante na especificação que prosseguiria até o momento em que todas as classes gramaticais se firmassem, tivessem um rótulo próprio que as definissem.

Do ponto de vista semântico, conjunções (*syndesmoi*) fazem unidade, estabelecem ligação (*syndesmos*) e os artigos fazem a articulação (*arthron*). Nota-se, portanto, uma diferença entre ambos, uma clara especificação funcional.

Deve-se aos estóicos a divisão do discurso em quatro partes: nome, verbo, conjunção e artigo. Segundo Neves (p.150), tais partes deveriam ter estreita ligação com as categorias de qualidade, estado, relação e substância, dentro do princípio estóico de estabelecer um paralelo entre a estrutura da linguagem e a estrutura do pensamento. No entanto, não existem elementos documentais que sirvam para confirmar essa afirmação.

Na gramática estóica, os pronomes pessoais e possessivos integravam o grupo dos artigos e eram classificados em artigos definidos (*horisména*). Os artigos indefinidos (*aoristóde*) abarcavam os que hoje são denominados artigos definidos e outros pronomes que não os possessivos ou pessoais.

O fato dos artigos terem sido classificados como definidos e indefinidos encontra em Neves (p.155) uma explicação. Para essa autora, seriam definidos uma vez que tomados em relação às pessoas gramaticais e indefinidos por não terem referência pessoal determinada.

O artigo é apresentado em Diógenes Laércio (VII, 58) como elemento do discurso que pode declinar e distinguir o gênero e o número dos nomes. Dionísio o Trácio, na sua *téchne grammatiké*, distingue, sob a perspectiva do tratamento gramatical, oito partes do discurso, tal como Aristarco e sua escola. São elas: o nome (*ónoma*), o verbo (*rhêma*), o particípio (*metoché*), o artigo (*árthron*), o pronome (*antonylíia*), a preposição (*próthesis*), o advérbio (*epírrhema*) e a conjunção (*syndesmos*). Partes definidas e analisadas separadamente.

Ele desdobra a classe das conjunções em conjunções e preposições, e a classe dos artigos em pronomes e artigos, mantém na classe dos artigos os pronomes relativos e o que hoje se denomina artigo definido. Sobre o artigo (*árthron*), Dionísio o Trácio o define como elemento declinável, com posição definida em relação à declinação dos nomes no discurso: antes (artigo protático) e depois (artigo hipotático) desses.

Neves aponta para a reflexão crítica desenvolvida por Egger (1854, p.11) em relação às disposições de Dionísio sobre o artigo. Para Egger, Dionísio colocava o artigo e o pronome na mesma classe, definindo o pronome como artigo demonstrativo (*árthron deiktikon*). Em sua obra, “Da sintaxe das partes do discurso”, Apolônio Díscolo dispõe numa ordem coerente, as partes do discurso de modo a configurar uma proposição completa. Inicialmente, viria o nome, seguido do verbo, em terceira posição, o particípio, em quarto o artigo, o pronome em quinto, as preposições em sexto, o advérbio em sétimo e a conjunção na última posição.

O artigo ocuparia a quarta posição por conectar-se ao nome e ao particípio e não admitir ligação com o pronome, mesmo porque o pronome pode ocupar o lugar do nome substituindo-o.

Ao dividir o discurso em oito partes, Díscolo reconhece, segundo a compreensão de Neves, a classificação dos termos da proposição em dois grupos: essenciais e acessórios.

Essa classificação distingue, pois, palavras essenciais e palavras acessórias, as primeiras indispensáveis à existência de uma proposição, as últimas correspondentes a idéias e relações secundárias. É uma classificação que revela, predominantemente, a atenção dada à análise das idéias e, portanto, a preocupação lógica. (NEVES, idem, p. 174).

Como o tratado sobre o artigo se perdeu, o “depoimento dos gramáticos latinos nada resolveria na elucidação da opinião de Apolônio sobre o assunto, já que em latim não havia artigo” (p.183). Em seu livro *Da sintaxe*, no entanto, é possível colher uma série de informações sobre o conceito, as características e a sintaxe do artigo.

Antes de Apolônio, um escólio sobre Dionísio o Trácio já havia apresentado o artigo enquanto elemento acessório do nome, marcador de gênero, de número e de caso, vez que se

ligaria “a palavras indeclináveis para marcar uma noção preexistente, uma relação (*anaphorá*)” podendo, dessa forma, vir antes ou depois do nome ao qual se referiria. A importância dada por Neves está no fato da “anáfora” constar como uma das propriedades exercidas pelo artigo, que funcionaria como elemento de referência, sendo como tal, utilizado pelos gregos em posição protática e hipotática. A diferença entre ambas estaria no fato de que na primeira, o artigo acompanharia o nome formando frase com o mesmo verbo e na segunda, ligar-se-ia ao nome pela anáfora, relacionando-se a outro verbo.

Essa qualidade anafórica do artigo teria por encargo referenciar pessoas determinadas. Isso se daria em certas condições, esboçadas por Apolônio e apresentadas por Neves com o objetivo de resumir a diferenciação elaborada por ele.

1. o nome é empregado por excelência; por exemplo: este é o gramático (isto é, o melhor no gênero);
2. o artigo exprime posse individual; assim se se disser escravo teu faz isto, entende-se que se trata de muitos escravos; se se puser artigo antes de escravo, entende-se que é um só;
3. o artigo exprime uma relação pura e simples com a noção preconcebida; por exemplo: o gramático procurava;
4. o artigo, mesmo que pareça indeterminado, liga-se por antecipação a uma certa pessoa; assim, quando dizemos que o assassino do tirano seja honrado, o artigo menciona uma certa pessoa, mas em vista do tempo futuro. (NEVES, idem, p. 184).

Outro aspecto de relevo é que o artigo em Apolônio, contrariando as disposições de Dionísio, não tem a função de estabelecer o gênero dos nomes que acompanha nem tão pouco desfazer anfibologias, além de não poder se ligar a pronomes.

Segundo Neves, todo o posicionamento de Apolônio Díscolo, no que concerne aos elementos da língua, atesta, apesar dele ser um gramático, uma indiscutível “base filosófica racional”, em que coloca “visivelmente a primeiro plano muitas das noções da filosofia sobre a linguagem. Assim, o significado é o critério que prevalece, e a influência estóica é bem visível” (p. 197).

3.1.2 Dos procedimentos de classificação

Os fatos lingüísticos são agrupados para permitir uma disposição ordenada de informações e configurar a disciplina gramatical. Isso se dá via classificação desses fatos. Toda classificação subentende seleção, agrupamento de diversos fatos, particularidades.

Para Neves, classificar fatos lingüísticos não apenas compõe uma disciplina gramatical autônoma e restrita, mas também “carrega uma herança filosófica que marca, em geral, as suas considerações” (idem).

Sob esse prisma, é possível apresentar o artigo em dois planos: filosófico e gramatical.

3.1.2.1 Plano filosófico

Os estóicos consideravam as partes do discurso enquanto entidades lógicas, mas apenas no domínio dos significantes. A dialética estóica não as incluía na dimensão dos significados que abarcava o próprio *logos*, colocando-as junto ao campo da voz, da música e do canto.

Cada parte do discurso era definida e caracterizada pelos estóicos sob uma ótica filosófica, que aborda a linguagem como reflexo do pensamento, partindo-se, para tanto, de princípios lógicos. Esses princípios é que determinavam quais os elementos portavam valor para atuar na composição das proposições.

Neves apresenta algumas das definições que identificavam os elementos ou entidades lógicas. Dentre essas definições está a do nome – ele só pode ser tomado conforme o significado que o distingue no discurso –, a do verbo – marcada pela expressividade da relação de uma coisa com outra, o predicado – e o artigo, cuja função era a de distinguir os gêneros e os números dos nomes.

Destaque-se que tanto o artigo quanto a conjunção, na perspectiva estóica, não constituem uma proposição, mas exercem relevante papel, enquanto elementos de “ligação e articulação dos eventos” (p.249).

3.1.2.2 Plano gramatical

As disposições presentes no manual de Dionísio o Trácio, embora, conforme Neves, não contemplem o que se poderia chamar de organização “global”, dão margem ao estabelecimento das classes de palavras e de suas conceituações, modelo sob o qual se centram as gramáticas ocidentais.

Dionísio o Trácio norteou-se por alguns pontos sob os quais, mais tarde, as gramáticas ocidentais acabaram seguindo.

a) nas definições prevalecem os critérios formais, interferindo flexões e posição; b) na própria definição prenunciam-se classificações; c) distinguem-se entre inventários abertos (em que há exemplos) e fechados (em que se apresenta lista exaustiva). (p.251).

Para Dionísio, o artigo constitui parte do discurso e se coloca antes ou depois dos nomes (posição protática e hipotática). Portanto, uma definição formal que se justifica pela flexão de caso e pela distribuição na proposição.

3.2 A VERTENTE LATINA DOS ARTIGOS

3.2.1 Do clássico ao tardio: um pouco da história do latim

Para se compreender a partir de que momento os artigos surgem na língua portuguesa é preciso conhecer um pouco da história e da periodização do latim. De início, vale afirmar que não existiam artigos na gramática do latim.

A língua latina corresponde a uma das línguas da família itálica do grupo indo-europeu. Esse grupo, por sua vez, compreende línguas já desaparecidas e que, portanto, não podem ter existência regularmente atestada. O próprio indo-europeu designa uma língua não-atestada. Todas as línguas românicas, não apenas o latim, mas ainda a língua portuguesa integram o bloco das línguas indo europeias.

O latim surge no século IX a.C. nos primórdios da fundação de Roma e alcança até meados de 450 d.C., período do declínio do Império Romano. Pode-se dizer que sua forma clássica chegou até a contemporaneidade, pela manutenção que sofreu através dos domínios científicos, sobretudo das áreas filosóficas, do direito e da medicina.

Outro fator que beneficiou a preservação do latim foi a Igreja Católica. Ela tem o latim como língua oficial, aplicando-o em seus documentos e na realização das cerimônias de maior monta do ano litúrgico pelo papa.

Conforme Lapesa (1986, p. 68-69), com a fixação da língua escrita pela literatura, houve uma clara separação entre o latim culto – apenas falado e empregado pelos eclesiásticos e pelas pessoas letradas – e o latim mais livre e cheio de irregularidades e vulgarismos, falado pelo povo. Têm-se, dessa forma, três fases distintas para o latim dito literário: o latim arcaico, o latim clássico e o latim imperial.

O primeiro se estende até o século I a.C., o segundo até o século II a.C. e o último nessa escala abarca os séculos III-IV d.C. ou do II ao V como expõe Castro (1991, p.85). O latim literário continuou – não se restringindo ao fim do Império Romano. Muito esvaecido, ele recebe uma denominação toda particular, segundo Castro.

[...] a partir do séc. V, essa língua [o latim literário] quase completamente encerrada em textos designa-se por latim tardio [ou, segundo Lapesa (1986), baixo latim]. Estas designações são preferíveis a uma outra, hoje em desuso, latim bárbaro, que parecia atribuir às invasões germânicas a responsabilidade pela evolução do latim após o século V. (p. 82)

O latim tardio, segundo Hall (1974), consiste na última fase da língua latina que se estende do século V até, aproximadamente, ao século XVIII. Esse latim funcionava como uma língua segunda, usado apenas na escrita, sua gramática era aprendida pelos rapazes na escola.

A antinomia entre romance e latim não implica, como costuma pensar-se, que este último tenha deixado de ser falado e sobreviva, unicamente como língua ‘morta’, usada exclusivamente na leitura e na escrita. A diferença entre os dois, nesse momento, foi antes a existente entre uma língua materna e uma não materna, sendo a materna raramente usada para escrever.[...] Dependendo do grau de escolaridade e da oportunidade de expor a língua de prestígio, cada indivíduo falava a língua vernácula intercalando mais ou menos empréstimos (palavras, sintagmas, mesmo frases completas) das fontes literárias que estudou. (p.106-107).

Castro (1991, p. 87) afirma a existência de um distanciamento significativo entre o latim aprendido na escola e a língua falada (latim vulgar) pelos utentes na Idade Média. As conseqüências desse distanciamento, para esse autor, deixaram marcas profundas que se refletiram na escrita.

A distância entre a língua falada e o latim aprendido nas gramáticas provoca na escrita (em latim) o aparecimento de números erros, que amiúde reflectem as tendências diferenciadoras da língua falada pela pessoa que escreve.

Para uma melhor compreensão, é preciso estabelecer uma diferença entre o latim tardio e o latim dito vulgar. O primeiro pode ser entendido como o registro escrito do latim literário, mesmo depois do fim do Império Romano. Quanto ao latim vulgar, também conhecido como “latim proto-romance”, nada mais significa do que a língua falada nos últimos séculos do Império de Roma.

Essa língua, para Joseph Herman (1975, p. 16) era a “falada pelas camadas pouco influenciadas ou não influenciadas pelo ensino escolar e pelos modelos literários”.

O latim vulgar e o latim literário eram bastante diferentes entre si, “quase duas línguas distintas” (CASTRO, 1991, p.88) marcadas notadamente pelo grau de instrução, de cultura e pela classe social da qual seus utentes faziam parte.

Tudo que se sabe sobre o latim vulgar hoje, sabe-se por dedução e até mesmo pelas elaboradas comparações realizadas “a partir das línguas românicas atuais, já que o latim escrito não era mais do que uma fachada que mascarava a língua popular viva” (idem).

Ainda em Castro, encontramos uma das reflexões, possivelmente das mais elucidativas para se compreender a relação entre latim vulgar e latim tardio.

Certamente, como acontece em todas as línguas, o latim falado e o escrito diferiam pela própria natureza da sua produção, mas, apesar da rigidez normativa da tradição escrita latina, esta registou (*sic*) constantemente – com maior ou menor intensidade, segundo o gênero e a cultura do autor – a influência da língua falada, influência ‘in crescendo’ de que é testemunha a presença dos números vulgarismos que aparecem nos textos tardios. (idem)

Toda a exposição traçada até aqui tem como objetivo fornecer subsídios para a tecitura de uma melhor compreensão do momento em que os artigos surgem na história da língua portuguesa – a partir da passagem do latim tardio para o português. A intenção primeira é de desvelar a origem desses determinantes (DET), já que não existiam no latim.

Ora, o latim não era obviamente, uma língua homogênea, como não é toda e qualquer língua existente. Ele estava sujeito a mudanças (SAPIR, 1954 [1921], p. 119) de diversas ordens: fonética, fonológica, morfossintática e semântica. Essas mudanças condicionadas a fatores outros de natureza social, histórica e cultural, por exemplo, seriam suficientes para fazer com que o latim se cindisse em outras línguas.

3.2.2 O latim e os artigos

A questão dos artigos definidos e indefinidos passa pela compreensão de aspectos da morfossintaxe latina. Mattoso Câmara Jr.(1985), Tarallo (1991), Mattos e Silva (1988, 1993) e Castro (1991) são alguns dos estudiosos que discorrem sobre o assunto. Antes desses, Iordan e Manoliu (1972) já se dedicavam ao tema, expondo-o largamente.

Mas é com W.v.Wartburg (1951), em seu livro *Problemas y metodos de la lingüística*, que é possível conhecer com maior precisão parte significativa do percurso histórico, no latim, dos pronomes demonstrativos, determinativos e de identidade, que confluíram – os primeiros, sobretudo, por questões de desgaste e de enfraquecimento semântico e fonético – para o surgimento dos artigos na língua latina tardia.

Toda mudança numa forma lingüística pode perturbar o equilíbrio do sistema, provocando em maior ou em menor grau, como no plano físico-químico, uma espécie de reação em cadeia. Foi o que ocorreu com os pronomes latinos, por exemplo.

O pronome *is*, dado seu esvaimento semântico e fonético, começa já no latim clássico a ser substituído por *hic*. Em Sêneca e em Cícero já se usava a forma *hic qui*, que chega ao francês como *celui-ci, qui*. É preciso ressaltar, que a forma *hic* era utilizada para a primeira pessoa – a que fala –, enquanto *iste (is + tu)* para a segunda – que escuta – e *ille* para a terceira pessoa – de quem se fala em relação a quem fala e a quem escuta.

Na verdade, *hic* também sofre enfraquecimento ao ser deslocado para ocupar o espaço do pronome anafórico *is*. *Iste* fica, por sua vez, no lugar de *hic*, o que se confirma, segundo Wartburg (p. 236) em textos de Horácio.

Refletindo sobre essas mudanças ocorridas, Poggio (1996) argumenta que

[...] restaram duas soluções para a língua: poder-se-ia manter a distinção com relação às três posições, como no latim clássico, ou renunciar-se àquelas diferenciação. A língua optou pela primeira possibilidade, tomando o pronome intensivo *ipse* para ocupar o lugar de *iste*, que se havia deslocado. O ibero-românico e parte da Itália permaneceram fiéis à distinção dos três pronomes demonstrativos. Outras regiões, como a do galo-românico, renunciaram a essa distinção, apresentando apenas a distinção: próximo e distante. (p.59)

Somente depois, *ille* substituiu *is* na função de pronome pessoal de terceira pessoa, absorvendo parte da carga semântica desse pronome anafórico. No século V, *ille* é colocado em paridade com *ego* e *tu*.

Aparte de los desplazamientos exigidos por estos cambios, surgió en el latín de fines del Imperio otra necesidad, la de presentar en cada caso la persona u objeto de que se trata. Así surgió el artículo. Este procede también del pronombre, a saber, de *ille* e *ipse*. (WARTBURG, 1951, p.237)

Retomando as reflexões de Wartburg, Poggio (1996, p. 59) expõe um dos resultados do enfraquecimento semântico em relação a alguns dos pronomes demonstrativos latinos: “os pronomes *ipse* e *ille* passaram a artigos, no latim do Baixo Império. Ex.: *ipsa casa* = a mesma cabana > essa cabana > a cabana; *illa cabana* = aquela cabana > a cabana”.

O enfraquecimento dos pronomes demonstrativos não apenas beneficiou a língua com o surgimento de uma nova classe gramatical, a dos artigos, como ainda reforçou de diversas maneiras muitos dos pronomes latinos. Assim, da combinação de *iste ipse*, tem-se *ista ipsa lege* (por esta mesma lei) e ainda *ipset, egomet, illemet ipse* e o superlativo *ipsimus*. Com as partículas *ecce* e *eccum*, outros tipos de reforço foram praticados pela língua, daí as formas *eccille, ecciste, eccuille*.

Iordan e Manoliu (1972, p.247) comentam que

Al desarrollo y transformación de *ille* en artículo definido ayudaron construcciones como ésta: *Gaius ille barbarus* (con el demostrativo colocado entre el sustantivo y el adjetivo determinado por él). He aquí unos ejemplos latinos (siglos III y IV) en los que el demostrativo se aproxima semánticamente al artículo definido: *cito proferte nihi stolam illam primam; virum hunc cuius est zona haec; in ipse multitudine; ipsa aqua; montis illius*, etc. Opinión semejante a la de Löfstedt tiene Eugen Lerch, que estima que no puede hablarse de un artículo propiamente tal antes del año 700.

Enquanto *ille*, em certos contextos do latim arcaico, pudesse ter fraco valor de pronome demonstrativo, *unus* do numeral cardinal latino *unus, a, um*, utilizado para indicar um só elemento, como em *una litterae* ('uma carta'), *Unus Deus est* ('Existe apenas um Deus'), possuía, de certo, um fraco valor separativo (POGGIO, 1996, p. 35).

Vale retornar à questão da não existência de artigos no latim clássico.

Alguns lingüistas discordam desse fato. Eles acreditam que já nesse período do latim havia o artigo definido ou um início de gramaticalização do pronome demonstrativo *ille*, que estaria funcionando como artigo definido.

Así, F. Müller, en una amplia discusión del problema, llegó a la conclusión de que ya en Plauto (unos doscientos años antes de nuestra era) [era cristã], en las cartas de Cicerón, y más tarde en Petronio y en otros escritores popularizantes, se encuentran construcciones en que el valor del demostrativo se atenuaba mucho cuando iba junto a un sustantivo; adquiriría entonces el significado del artículo. Según la opinión de F. Müller, hasta el final de la época clásica latina la influencia de la lengua literaria sobre la hablada fue lo suficientemente grande como para que los escritores, que en ele habla coloquial usarían el artículo, evitaram hacer uso de él en sus obras escritas, que aparecían conformes con la tradición. Además de eso, también entró en juego el hecho de que el latín clásico fuera una lengua sintética, y la aparición del artículo, o más exactamente, su difusión implicaba procedimientos analíticos, que sólo se multiplicaron en los últimos siglos del imperio. (IORDAN E MANOLIU, 1974, p. 244-245).

A seguir, far-se-á o inventário dos artigos definidos e indefinidos, apresentando como se deu seu processo de constituição. Ressalte-se, desde já, que os primeiros estão inseridos no grupo dos determinantes (cf. MATTOS E SILVA, 1988, p. 142) e os últimos, no grupo dos quantificadores (idem, p.186; 1993, p.31).

Os artigos constituem uma categoria de seqüências morfemáticas que determinam os substantivos. Sozinhos, os artigos “no pueden formar un grupo nominal de dos miembros”, como no espanhol “un niño canta”, “el niño canta”, ou no francês “l’enfant, un enfant”. É por isso que alguns investigadores findam por considerar o artigo como uma “expresión de una categoría del nombre: la categoría de la determinación” (IORDAN E MANOLIU, 1972, p. 243-244).

3.2.2.1 Os artigos definidos

Tarallo (1990, p. 137) afirma haver uma certa unanimidade quanto ao fato da não existência dos artigos no latim clássico e desses elementos terem surgido “somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em uma fase pré-romanço”. Esse autor enfatiza o modo como os pronomes demonstrativos latinos *illu*, *illa*, *illos* e *illas* chegaram ao sistema moderno do português. Para tanto, fornece um esquema, especificamente do *ille* em sua forma acusativa, para expor o nascimento do artigo definido.

- Masculino singular:	<i>illu</i>	>	elo	>	lo	>	o
- Feminino singular:	<i>illa</i>	>	ela	>	la	>	a
- Masculino plural:	<i>illos</i>	>	elos	>	los	>	os
- Feminino plural:	<i>illas</i>	>	elas	>	las	>	as

Quadro 1: Desenvolvimento do demonstrativo latino *ille*.

Como se observa, o enfraquecimento dos pronomes demonstrativos latinos colaborou para o surgimento dos artigos definidos. De acordo com Castro (1991, p.124), esse enfraquecimento se deu na seguinte ordem: primeiro “o uso freqüente do elemento dêitico na língua falada ocasionou uma maior presença dos demonstrativos – *ille* e *ipse*”, que faziam referência a objetos ou seres já mencionados no discurso. A presença de *ille* ou *ipse* diante de substantivos, por sua vez, fez com que a potencialidade anafórica dos demonstrativos esvaísse. Assim, os demonstrativos perderam então “conteúdo anafórico, dando lugar ao aparecimento de um elemento desconhecido da gramática latina, o artigo definido” (idem).

Importante recordar que o demonstrativo indica relações de distância entre objetos no espaço ou ainda o tempo em que a comunicação se realiza.

Na maior parte das línguas românicas o artigo definido – tem esse nome, pois se refere a objeto ao menos conhecido pelo falante – vem de *ille*.

Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 104) afirma que os artigos definidos *o*, *a*, *os*, *as* do português, têm sua origem no acusativo do demonstrativo latino *ille* – que passou a ser usado diante de um nome substantivo “para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie” – em suas quatro formas: masculino, feminino, singular e plural (*illum*, *illam*, *illos*, *illas*). Daí, poder-se-ia apresentar, por exemplo, *illos* > *los* > *lo* > *o*. Segundo Mattos e Silva (1994, p. 23), a forma *lo*, *los*; *la*, *las* aparece em documentos galegos e, fortuitamente, no *Cancioneiro Medieval*, como nesta cantiga de amigo de Joam Soares Coelho:

Fui eu, madre, lavar meus cabelos
 A *la* fonte e paguei-m`eu d`elos
 E de mi, louçãã

E nos *Diálogos de São Gregório (DSG)*, século XIV, aparecem o alomorfe *-lo, -s; la, -s*, conforme se segue:

depola morte ~ depós a morte
ambalas candeas ~ ambas as partes
todos homens ~ todos os poboos
apolas cousas ~ após as cousas

Ressalte-se o fato de que os artigos constituíam uma forma que o latim clássico desconhecia, mas que se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar, ou como prefere Mattos e Silva, o *ille* se especializou “no latim corrente do Império Romano [...] como o determinante por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero”.

Essa autora sinaliza ainda para o fato do artigo já ser usado no texto dos *Diálogos de São Gregório (DSG)*, século XIV, de modo presente ou não, antes de pronomes possessivos. Um dos trechos dos DSG de que se serviu para afirmar tal fato, encontra-se reproduzido no livro de Mattos e Silva, *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (1989, p.181).

E maravilhando-se Julião, mandadeiro do papa, porque *o seu* homen tanto tardara, alçou os seus olhos e viu-o viir póla carreira con hũa carrega de feo sobre *seu* colo.

Ferreira (1987, p. 367) fazendo levantamento na versão galego-portuguesa do *Foro Real de Afonso X*, séculos XIII-XIV, conclui que os artigos “já começavam a ser empregados com os adjetivos possessivos, sendo muito freqüente quando o possessivo está em função substantiva”.

Mattos e Silva (1989) comprova tal afirmativa com trechos extraídos dos DSG (p.179)

- Os meus costumes non conviñhan con *os vossos*.
- [...] pelas fazendas dos outros senon *pela sua*.

O quadro esboçado por Castro (1991, p. 124) ajuda a percebermos melhor a passagem do demonstrativo latino para algumas das línguas românicas.

ILLU(M) > fr. *le*; cast. *el*; port. *o*.
 ILLOS > fr. *les*; cast. *los*; port. *os*.
 ILLA(M) > fr. *la*; cast. *la*; port. *a*.

Tarallo (1990, p. 138) argumenta que no caso “da aquisição dos artigos pelas línguas românicas”, tem-se a instanciação de “ganhos morfológicos não-encaixados”, ou seja, uma “antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma”. Isso ocasiona uma “perda não de função, mas de forma” (p. 132), portanto, o enriquecimento morfológico

na língua não é, sob o enfoque do não-encaixamento, provocado “por mudanças em curso em outras partes da gramática” (p. 142). Ao contrário dos artigos (ganhos não-encaixados), as preposições no português caracterizam-se por ganhos morfológicos encaixados, pois, com as perdas das declinações e dos casos latinos surgiram como uma espécie de compensação interna do próprio sistema “em substituição à gramática latina de casos, no estabelecimento das relações entre os constituintes das sentenças (e dos sintagmas)” (idem).

3.2.2.2 Os artigos indefinidos

Os artigos indefinidos têm sua origem no numeral latino *unus, una*. Estes passaram por um processo de formação parecido com o que ocorreu com os artigos definidos. *Unus* – tinha por significado inicial “algum, qualquer um, certo” – conforme Castro (1991, p. 124), “se diluiu, começando a ser usado diante de um substantivo não mencionado anteriormente”, introduzindo, portanto, novidade ou alguma conotação expressiva.

Mattoso Câmara Jr. (p. 95-96) diz que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença “do numeral *unus, una* em nova função”, certamente a de indeterminador de nomes, como em “*una lepida mulier* – uma bonita mulher”. Algo que já aparece em Plauto (séc. III a.C.), portanto, a referência indefinida seria usual já no latim clássico.

Iordan e Manoliu (1972, p. 249) asseveram, entretanto, que o artigo indefinido se desenvolveu mais tarde que o definido e conservou seu caráter primeiro, de origem numeral. Ele serviria para “introducir un elemento desconocido, frente a el, que sierve de repetidor”.

Também para Mattos e Silva (1994, p. 31), *unu, una*, continuou no português com o valor semântico de numeral, mas “se especializou como artigo indefinido, opositivo ao artigo definido”. Segundo essa autora, as formas *hũũ, hũa* (lat. *unu, una*) e seus compostos ocorrem com frequência no período arcaico. Conforme exemplifica a partir dos *DSG* (1989, p. 196):

- *hũũs poucos de miragres*
- *hũa pouca d’azeite.*

3.3 PARTES DO DISCURSO E PRIMEIRAS GRAMÁTICAS: O MODELO LATINO

3.3.1 Uma discussão das partes do discurso na perspectiva latina e primeiras gramáticas: a questão dos artigos

O primeiro dos gramáticos latinos noticiados pela história foi Varrão. É dele a obra *De lingua latina*, do século I a.C. composta de vinte e cinco volumes, dos quais apenas seis se conservaram completos. Varrão é considerado um dos escritores romanos de maior originalidade no que se refere às postulações lingüísticas.

Influenciado pela tradição gramatical grega, Varrão conservou o número de classes gramaticais existentes, oito, mas realizou uma importante alteração. Este autor idealizou a classe das interjeições, haja vista a não existência, no latim clássico dos artigos e colocou conjunções e preposições em classes separadas.

Donato e Prisciano, séculos IV e VI d.C., apesar de não terem a originalidade de Varrão, por se prenderem, e mesmo reproduzirem os modelos gregos, são, cada um, autores de gramáticas representativas. *De partibus orationibus ars minor*, de Donato, enfatiza a fonética e *Institutio grammaticale*, de Prisciano, apresenta os primeiros estudos sobre a sintaxe latina. Donato foi o mestre de São Jerônimo, “o tradutor da Bíblia em latim, adotada como versão vulgata no século VIII”. Segundo Auroux (1988, p. 42) basta ler a obra de Donato para se perceber o quanto de preparo é necessário para se adquirir os rudimentos do latim. Quanto a Prisciano, segundo Mattos e Silva (1996, p. 20), é nele que “se encontra a primeira sintaxe da língua latina” e a sua definição de sintaxe é também “a primeira no mundo ocidental, uma definição lógica: *a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita*”.

Nos séculos XII e XIII, com a Escolástica que tentava unir as bases filosóficas desenvolvidas por Aristóteles ao pensamento cristão, as gramáticas passam a refletir a idéias de língua enquanto instrumento de análise da realidade.

No Renascimento, o foco dado aos modelos gramaticais gregos e mesmo a atenção dada ao latim passam a incorporar a preocupação com o estudo de outras línguas. Surgem, então, no século XVI um número significativo de gramáticas na linha greco-romana. As primeiras gramáticas portuguesas encontram assento nesse período com Fernão de Oliveira, em 1536 e João de Barros, em 1540. Vale destacar também, os ortógrafos Pero de Magalhães Gândavo, em 1574 e Duarte Nunes de Leão, em 1576.

Fernão de Oliveira dá ênfase a descrição fonética do português, faz referência a algumas das classes gramaticais, mas não as distingue ou as conceitua de modo definido. Por sua vez, João de Barros elenca distintamente as nove partes do discurso, considera nove classes de palavras e as apresenta segundo dois níveis hierárquicos. O artigo ocupa o segundo nível, ao lado do particípio, da conjunção, da preposição e da interjeição.

Desse modo, conforme Buescu (1971, p. 294), postula as seguintes partes do discurso: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.

Mattos e Silva (1996, p. 37) afirma que a sintaxe de João de Barros se resume as considerações sobre “a concordância e a regência, elementos que até hoje são o cerne da gramática tradicional no que se refere à sintaxe”.

Pero de Magalhães Gândavo em *Regras que ensinam a maneira de escrever* e a *Ortografia da língua portuguesa* volta-se para os cuidados estritamente ortográficos. Duarte Nunes de Leão, em *Ortografia e origem da língua portuguesa*, embora também mantenha o zelo pela questão ortográfica, chama a atenção pelas reflexões a respeito do surgimento do português.

Em 1822, publica-se em Portugal a *Grammatica Philosophica da Lingua Portueza*, de Jeronymo Soares Barbosa, elaborada em 1803. Organizada em quatro livros, esta obra aborda nos dois primeiros as partes da oração nos aspectos físicos e material, nos dois últimos as mesmas partes são tratadas naquilo que as identifica metafísica e espiritualmente.

Esse autor postula a existência de seis classes de palavras – substantivo, adjetivo, verbo substantivo, preposição, conjunção e interjeição. Os artigos, por sua vez, são incluídos ao lado dos pronomes e dos participios, na classe dos adjetivos.

Na verdade, Jeronymo Soares Barbosa segue os pressupostos desenvolvidos na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Port-Royal. Esta gramática buscava o universal na linguagem e “contribuiu diretamente para o que viria a se tornar a versão dominante da gramática universal” (WEEDWOOD, 2005, p. 98). Além disso, foi um dos sistemas teóricos mais difundidos e reconhecidos, sobretudo até 1800 e é “precursora de uma longa série de gramáticas ‘gerais’, ‘filosófica’, ‘universais’ ou ‘especulativas’ cujos autores estavam preocupados em demonstrar a presença marcante dos princípios lógicos na linguagem, dissociados dos efeitos arbitrários de qualquer língua particular.” (p.100).

Jeronymo Soares Barbosa propõe uma classificação das palavras, dividindo-as de acordo com princípios lógicos, formais, funcionais e semânticos. Desse modo, têm-se o grupo das palavras interjectivas ou exclamativas e o das discursivas ou analíticas. Os artigos encontram-se no segundo grupo.

Deve-se a Jeronymo Soares Barbosa também algumas inovações no campo da “teoria e descrição da língua portuguesa”. Além disso, ele foi pioneiro em termos de uma preocupação pedagógica do ensino do português, como lembra Mattos e Silva (1996, p. 38). Ressalte-se que, de certa forma, essa preocupação não era, no entanto, tão recente. Conforme Auroux (1988, p. 42), a orientação prática da gramática, “massivamente empregada para fins de pedagogia lingüística” já se esboçava para os europeus do século IX, que viam “o latim, antes de tudo, como uma segunda língua que se deveria aprender. Por isso, a gramática latina

existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua”. E finaliza refletindo sobre o fenômeno da mutação pedagógica da gramática.

A mutação pedagógica da gramática aconteceu igualmente e de modo precoce, no universo bizantino, de onde o Ocidente recebe uma grande quantidade de técnicas elementares concernentes ao grego e latim. [...] O fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem” (ibid., p. 42)

3.3.2 Algumas discussões teóricas nos séculos XIX, XX e XXI

Os lingüistas do século XIX não seguiram as idéias de Jeronymo Soares Barbosa, haja vista terem concentrado as investigações científicas “em base mais sólida por meio do método comparativo” (p. 109). Segundo Faraco (2005, p. 119), esse método é “utilizado ainda hoje quando se trata de estabelecer o parentesco de línguas e reconstruir o passado”.

Em *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Câmara Jr. reflete sobre a precariedade com que o método comparativo foi utilizado para estabelecer as relações de parentesco entre línguas indígenas no Brasil. Esse autor ainda discute a aplicação mais rigorosa do método, sem dúvida imprescindível em qualquer estudo histórico de língua, haja vista o fato de se preocupar com a “reconstrução de uma língua mais antiga ou de estágios mais antigos de uma língua com base na comparação das palavras e expressões aparentadas em diferentes línguas ou dialetos derivados dela” (WEEDWOOD, 2005, p. 115-116).

No século XX os avanços foram significativos. De início, com a concepção teórica estruturalista, explicitamente com a dicotomia saussureana – *langue* e *parole*; significado e significante. Saussure (1970 [1916]) tinha uma visão atomista da mudança das línguas no tempo, sinalizando que esta apenas alterava o valor de elementos do sistema lingüístico compreendidos isoladamente, portanto, não reconhecia que “as mudanças se constituíam num sistema complexo de dependências recíprocas” (FARACO, 2005, p. 156).

Sem querer adentrar com maior detalhamento na questão, importante se faz saber, como bem lembra Barreto (1999, p. 152), que aos estruturalistas se deve a identificação “entre o nível das sentenças e o nível das palavras, [de] um nível dos sintagmas, mais abrangente que o das que engloba um núcleo, isolado ou acompanhado dos seus determinantes e modificadores”. Têm-se, dessa forma, num modelo sintagmático de análise, cinco classes de sintagmas: o sintagma nominal (SN), o sintagma adjetival (SA), o sintagma verbal (SV), o sintagma adverbial (SAdv) e o sintagma preposicional (SPrep).

Para Ilari (2005, p. 64) em ensaio intitulado *O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos*, Saussure vê a língua enquanto construção estrutural, isto é, “uma construção onde o sistema (o conjunto de relações entre os objetos), em termos lógicos, é mais fundamental que os próprios objetos”. Assim, valorizava Saussure na língua o que ela tinha de sistemático, “e declarava que a diacronia só se interessa por formas isoladas” (p. 67). Tais idéias deram ao estruturalismo, nos estudos sincrônicos, uma posição de destaque.

Com a análise estrutural, a atenção foi colocada no sistema, ou seja, nos constituintes da sentença e nos elementos que configuram esses constituintes, isto é, nos elementos que compõem os sintagmas das sentenças. Portanto, como preconiza Azevedo (1990, p. 23), epistemologicamente, o modelo estruturalista coloca a ordem dos elementos na estrutura sentencial como objeto de análise, considerando-se “as suas unidades e a inter-relação delas, ou seja, sua gramática”.

Nessa perspectiva, os artigos funcionam apenas como determinantes do núcleo do SN. Sua função sintática passa a ser interpretada como uma posição estrutural, independente de seu valor lógico-semântico-funcional. Isso também se aplica a todas as demais classes de sintagmas.

Na segunda metade do século XX, esse modelo de constituintes da lingüística estrutural é abandonado, cedendo espaço à gramática gerativo-transformacional, que tem em Avram Noam Chomsky, com o livro *Syntactic Structures*, 1980, verdadeiro “divisor de águas” na lingüística desse século, conforme Weedwood (2005, p. 132).

Além de ter lançado o conceito de gramática gerativa, Chomsky (1980), mostrou os pontos deficientes das análises sintáticas estabelecidas pelo modelo estruturalista, desenvolveu o estudo dos níveis superficial – corresponde à forma real dos enunciados – e profundo – reúne todas as informações suficientes para a interpretação semântica dos enunciados – da estrutura gramatical, introduziu a preocupação com a *competência* – conhecimento que o indivíduo tem das regras da língua – e com o *desempenho* – o uso que o indivíduo faz da língua.

A atenção maior – numa hipótese fortemente inatista – estava, então, em descrever as regras que governam a estrutura desta competência. Chomsky tinha por objetivo descobrir os mecanismos mentais de que as pessoas se valem na utilização da língua. Para isso, elaborou um grande aparato técnico, a fim de explicitar a noção de competência e de encontrar princípios gerais que discutissem as “linguagens formais e procurassem definir a natureza formal das línguas naturais em comparação com as linguagens dos lógicos e dos matemáticos” (NETO, 2005, p. 100). Ele cria, então, um conjunto de *regras*

transformacionais “com o fito de superar deficiências dos modelos do estruturalismo americano” (p. 106) e de tornar explícita a noção de competência, “sistema de regras e símbolos que oferece uma representação formal da estrutura sintática, semântica e fonológica dos enunciados” (WEEDWOOD, 2005, p. 135).

Nos anos 90, os estudos em sintaxe gerativa foram marcados pelo *Programa Minimalista*, desenvolvido por Chomsky (1995), explanado em seu livro *The minimalist program*, numa tentativa de “minimizar o número de operações necessárias dentro da gramática”, uma “teoria suficientemente parcimoniosa”, pois se preocupa “em encontrar o número mínimo de operações relevantes para analisar os fenômenos sintáticos”. (SILVA; COSTA, 2005, p. 133). Em síntese, uma tentativa de reduzir a Gramática a um conjunto mínimo operacional.

Na perspectiva gerativa, os artigos são considerados elementos especificadores (Spec), que se relacionam com o núcleo do DP – anteriormente denominado SN. Esses elementos têm sua representação e operacionalização regidas por algumas teorias auxiliares, entre outras, a teoria dos Casos, a teoria dos papéis temáticos (teoria Theta), a teoria X-barras – teorias criadas por Chomsky para possibilitar mecanismos que impeçam ou forcem o movimento dos elementos nas sentenças, evitando limitações advindas do *componente transformacional* e do próprio *programa mínimo* (PM).

Os artigos, ou melhor, os especificadores, no PM funcionam como importantes recursos na redução de operações redundantes de construção de determinadas sentenças, pois a simples “concordância especificar-núcleo [é] relevante para a ‘atribuição’ de caso” (idem).

Diante de todo o exposto, pode-se constatar que a organização das palavras em classes, ao longo da história, tem passado por mudanças, atendendo aos princípios e idéias de cada lingüista/autor, de modo que, muitas vezes, torna-se complexa a tarefa de determinar que as propriedades de uma palavra restringem-se ou podem ser agrupadas com perfeição sob o rótulo de uma única classe.

Inúmeros autores atualmente ainda continuam a discussão acerca dessa temática, embora sem muita concordância ou unicidade de argumentos. Morera (1994 apud BARRETO, 1999, p. 158) é um deles. Numa análise gramatical do artigo, após refletir sobre a divisão operada tradicionalmente pela gramática européia dos elementos da língua – substantivo, adjetivo, artigo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição – postula a exclusão dos artigos das categorias gramaticais apoiado no argumento de que a diferenciação percebível entre artigos e pronomes se manifesta no plano textual e não categorial.

Numa reflexão sobre as idéias de Morera (1994), Barreto (1999) enceta que para esse autor, “o aprofundamento dos estudos lingüísticos levou os estudiosos a observarem que muitas classes de palavras classificadas como categorias nada têm a ver, na realidade, com o que se pode chamar categoria gramatical, razão pela qual as eliminaram da supracitada lista”. (p. 158).

Perini (1995, p. 319), por sua vez, afirma que as classes de palavras na língua portuguesa merecem uma análise mais criteriosa, carecendo de estudos mais aprofundados sobre as atribuições e aspectos concernentes a cada uma. Esse teórico elabora uma proposta de reagrupamento das classes de palavras e de suas subdivisões, tomando-se um quadro de traços sintáticos, considerando o aspecto funcional dos elementos/palavras na sentença.

Em sua *Gramática descritiva do português*, Perini apresenta uma minuciosa descrição da estrutura sintática, semântica e léxica do português, e ainda uma discussão dos objetivos e princípios metodológicos concernentes ao estudo e ao ensino da gramática. Para tanto, também tece, num exame reflexivo, uma análise sobre os princípios de taxonomia do português, abordando a importância de se classificar as palavras de uma língua. Ele atribui à questão da economia descritiva, a primeira das vantagens de se organizar as palavras em classes. Embora elenque outras razões, como “a apreensão dos grandes traços da estrutura da língua, ou o estudo da organização da memória para elementos lingüísticos” (p. 309), Perini enfatiza no decorrer de sua gramática o aspecto da economia descritiva.

Ele compara a oração com o sintagma nominal, atesta ser este último de mais fácil descrição, por possuir “uma ordenação relativamente fixa” (p. 233), e ordenadamente relaciona as nove posições fixas do SN, a saber:

- 1ª. Determinante (Det);
- 2ª. Possessivo (Poss);
- 3ª. Reforço (Ref);
- 4ª. Quantificador (Qf);
- 5ª. Pré-núcleo externo (PNE);
- 6ª. Pré-núcleo interno (PNI);
- 7ª. Núcleo (NSN);
- 8ª. Modificador interno (ModI);
- 9ª. Modificador externo (ModE).

O numerador (Num) pode se colocar nos intervalos entre as cinco primeiras funções. Os artigos definidos e indefinidos correspondem à função Det e compartilham essa propriedade funcional com elementos, a exemplo de: *esse, aquele, algum, nenhum*. Como se pode ver, “um grupo pequeno e limitado de itens léxicos” (p. 137), daí Perini os ter classificado como elementos pertencentes à *classe fechada*. Na *classe aberta*, por outro lado, alocam-se as funções de pré-núcleo externo, núcleo do SN, modificador interno e modificador externo que abarcam um conjunto imenso de formas.

Tem-se, pois, no quadro a seguir – uma adaptação do quadro disponibilizado por Perini (p. 99) – um plano classificacional proposto de acordo com o que preconiza o autor.

CLASSE	FUNÇÃO	ELEMENTOS
Aberta	Pré-núcleo externo	mero, pretense, meio, suposto, reles, inesquecível, ilusório, simples, bom, velho, novo etc.
	Núcleo do SN*	
	Modificador interno**	
	Modificador externo**	
Fechada	Determinantes	o, este, esse, aquele, algum, nenhum, um.
	Possessivo	meu, seu, nosso etc.
	Reforço	Mesmo, próprio, certo
	Quantificador	poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro, segundo, terceiro etc.
	Pré-núcleo interno	mau, novo, velho, claro, grande
	Numerador	Outro, dois (três, quatro etc.)

Quadro 2: Proposta de classificação elaborada por Perini

*Função exercida pelos nomes.

**Funções que podem ser exercidas, a depender da sentença, por advérbios, adjetivos.¹²

Em trabalho mais recente, sob o título *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*, Perini (2006), preocupado em transmitir uma série de conhecimentos para o desenvolvimento nos estudantes e futuros pesquisadores da linguagem, de técnicas de análise que os habilitem a transitar pelas diversas teorias lingüísticas, como a “cognitivista, gerativista, funcionalista, ou seja lá qual for” (p. 11), privilegia a sintaxe, a semântica e as relações entre elas.

Deixando de lado a abordagem no âmbito da fonologia, da sociolingüística, da psicolingüística e da lingüística histórica, o autor retoma as discussões levantadas na sua *Gramática descritiva do português*, de modo didático e mais condensado, refletindo sobre os princípios da análise gramatical e lingüística e seu impacto no desenvolvimento de pesquisas consistentes sobre a língua e o ensino desta.

¹² Vale lembrar que para Perini é difícil estabelecer um limite entre substantivos e adjetivos. Esse autor admite a existência de apenas duas classes: a dos nomes e a dos verbos.

Quanto às classes gramaticais, sua abordagem segue os pressupostos desenvolvidos nessa obra, já comentados aqui. Nesse prisma, os artigos continuam como elementos determinantes, integrantes de SN, acompanhando o núcleo do SN, servindo como especificador dos nominais, desempenhando papel de destaque “na organização interna do SN”. (p. 118).

3.4 DAS GRAMÁTICAS E DOS MANUAIS GRAMATICAIIS E REDACIONAIS: POR UMA DISCUSSÃO DOS ARTIGOS

Depois de ter situado os artigos no quadro de discussões da organização das partes do discurso/das classes gramaticais e de algumas correntes lingüísticas, faz-se mister uma revisão, embora não se pretenda aqui tão minuciosa ou exaustiva, desses elementos – os artigos – no plano de algumas das gramáticas mais conceituadas da língua portuguesa, de alguns manuais gramaticais destinados a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, e dos manuais de redação e estilo jornalísticos mais difundidos e consultados por professores e pelos veículos de *mass mídia* – da imprensa, da publicidade, das agências e dos meios de comunicação como um todo – no português do Brasil. Objetiva-se, portanto, analisar as disposições acerca dos artigos na perspectiva apresentada por alguns dos gramáticos e autores de prestígio no campo da linguagem.

3.4.1 Os artigos em gramáticas e manuais gramaticais: do século XX ao século XXI

O(s), a(s), um(uns), uma(s), na tradição gramatical, extremamente rigorosa e presente nos manuais escolares e nas gramáticas do século XX, compreendem a classe dos artigos, elementos que ocupam posição fixa no SN e portam basicamente duas funções: a de determinar/especificar o nome ou de indeterminá-lo.

A grande maioria dos gramáticos desse século parecem seguir as mesmas diretrizes de abordagem dessa classe: atentam para a etimologia dos artigos, para a sua tipologia e para as regras de aplicabilidade – usos e não usos, ou usos facultativos – desses itens na língua portuguesa.

Para a tessitura de uma melhor reflexão crítica sobre a maneira particular de como os artigos são trabalhados nas gramáticas do português, consideraram-se os enfoques de autores pertencentes e bastante difundidos no século XX e início do XXI.

O primeiro deles é Ernesto Carneiro Ribeiro, professor catedrático do antigo Ginásio da Bahia. Famoso por sua erudição e atento cuidado com a língua, Carneiro Ribeiro publica em 1932, *Elementos de grammatica portugueza*. O capítulo quatro, da quarta parte dessa obra – parte destinada à análise de aspectos da fraseologia – é dedicado ao estudo do emprego dos artigos. Esse autor disponibiliza em nota de rodapé informações etimológicas desses itens e considera, como muitos outros gramáticos da época, o artigo definido como um item “indicativo”, reconhecendo neste “um meio analytic para evitar as constantes obscuridades e confusões, a que, com ser engenhoso e sabio, não escapava o latim literário, que não conhecia esse tão simples instrumento de clareza e precisão, conquista preciosa das línguas modernas”. (p. 345).

O autor lista uma série de usos que considera “corretos” ou “incorretos” desses itens. Chama a atenção o fato de prescrever a não utilização do artigo quando a intenção do falante for de “tornar manifesta na expressão a energia, rapidez e viveza do pensamento [como em:] ‘capa às costas, breviário nas mãos’” (p. 346) e de recomendar o uso reduplicado dos artigos se houver “intenção de quem falla ou escreve de tornar mais intimativas e emphaticas as qualidades designadas pelos adjectivos [como em:] ‘O distincto e o benemerito parlamentar Rio Branco’” (p. 347).

Nessa obra, a classe dos artigos divide espaço com a dos adjetivos. Os exemplos elencados em suas páginas são todos extraídos de poetas e escritores da tradição latina ou de expressão reconhecida em Portugal e no Brasil, portanto, vistos como detentores da “correta língua”, logo, como modelos a serem seguidos.

Huber (1933), na segunda parte de sua *Gramática do português antigo*, tradução para o português de Manuela G. Delille, dedicada ao estudo da morfologia, apresenta uma pequena discussão sobre os artigos, no item gênero dos substantivos. O autor faz uma rápida comparação entre o tratamento dado na língua latina e no português ao gênero dos substantivos, enfatizando que aos artigos cabe exclusivamente o papel de especificador dessa flexão, função identificada “já nos textos portugueses mais antigos [em que] o artigo acompanha sempre os substantivos”. (p. 161).

Huber segue o princípio etimológico, a exemplo de Carneiro Ribeiro (1932), e descreve resumidamente a origem das formas dos artigos que são, para ele, na realidade, “demonstrativos enfraquecidos” (HUBER, 1933, p. 162). Em termos tipológicos, além da classificação em definidos e indefinidos, reconhece um outro tipo, o artigo partitivo e elenca uma série de exemplos para demonstrá-lo, como os extraídos *Do Livro de Alveitaria: com do sall e com do farello, do mell e do sall e do azeite*”. (p. 164). Huber não prescreve regras de

usos ou de não usos dos artigos, apenas descreve e registra as formas que encontrou desses no português arcaico.

Francisco da Silveira Bueno acompanha, de início, intenções idênticas as de Huber. Em sua obra, sob o título *Gramática Normativa da Língua portuguesa*, 1956, voltada para o curso superior, após discorrer sobre as aplicações da crase, o autor abre o tópico *Vestígios das formas arcaicas do artigo*, apresentando um conjunto de vocábulos e, até mesmo, locuções adverbiais antigas em que os artigos se mantiveram. Enquanto em Carneiro Ribeiro (1932), os artigos definidos são descritos como de grande utilidade e importância para a linguagem, “limitando, individuando os nomes”, trazendo às “línguas a concisão e a clareza” (p. 344), Bueno (1956, p. 132) apenas diz que o definido “restringe e individualiza mais que o indefinido”. Em seguida, elenca as “três hipóteses” quanto ao emprego dos artigos: “casos obrigatórios, casos proibitivos e casos facultativos” (idem), com exemplos também extraídos de autores consagrados, em sua maioria portugueses, o que reforça o ideário de valorização do modelo lusitano da língua.

O autor ainda parece antever a maior de todas as regras seguidas pelos manuais de redação jornalística quanto ao emprego do artigo indefinido: “o uso freqüente do indefinido constitui galicismo e deve ser evitado”. Cuesta e Luz (1971, p. 470), nas poucas observações que desenvolvem sobre os artigos indefinidos, vão registrar – acredita-se que pela primeira vez numa gramática – que nas manchetes de jornal ou “cabeçalhos”, como outrora se dizia, “no português do Brasil a tendência é para a omissão do artigo indefinido”.

Manoel Said Ali, em sua *Gramática secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 1964, é, sem dúvida, um dos precursores de uma análise mais reflexiva da língua, ao levantar algumas considerações sobre alguns dos fatos lingüísticos presentes no português. Quando se observa a maneira como aborda os artigos, essa afirmação fica mais clara. Ao contrário de gramáticos anteriores e contemporâneos a esse autor, ele foi um dos primeiros e únicos a reconhecer – já na década de 50, quando escreveu sua gramática – o valor demonstrativo e anafórico dos artigos definidos. Segundo esse autor, “o substantivo levará artigo se já houver sido mencionado anteriormente” e exemplifica tal afirmação através dos seguintes exemplos: “a casa foi assaltada por *ladrões*; mas, sendo pressentidos, *os ladrões* fugiram”. (p. 124).

Said Ali não apenas elenca as regras de utilização ou não utilização dos artigos, mas as justifica, numa clara preocupação com a semântica e o funcionamento desses elementos. Embora também se valha de um cabedal de exemplos recolhidos de obras de renomados

literários, esse autor não se contenta em tão somente mostrar os usos, mas em conduzir a pessoa à reflexão sobre a língua. Isso se verifica ao longo de toda sua gramática.

No parágrafo 590, por exemplo, ao abordar o amortecimento que a função demonstrativa dos artigos sofreu ao longo da sua história na língua, Said Ali aponta para as razões desse, embora não completo, esvaecimento semântico-funcional, processado “desde que se tornou em costume o antepor sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o*, *a*, tornando-o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo”. (p. 123).

Ao contrário dos gramáticos anteriores, Cuesta e Luz (1971) não fazem menção a etimologia dos artigos, mas sinalizam que “com os adjetivos possessivos foi-se incrementando na língua desde os tempos mais longínquos” (p. 465) o uso desses elementos. As autoras abordam as regras de uso obrigatório, não obrigatório e facultativos dos artigos com um grande diferencial: atentam para as variações quanto à utilização desses itens no português lusitano e no brasileiro, nas vertentes culta e coloquial, portanto reconhecem as “variantes lingüísticas” da língua portuguesa – embora não se valham de tal expressão.

Como anteriormente se observou, essas autoras pouca importância atribuem aos artigos indefinidos, reservando a estes praticamente um único parágrafo no capítulo dedicado aos artigos, com um detalhe: não os mencionam nos exemplos que disponibilizam ao leitor.

Por sua vez, Coutinho (1977), na *Gramática histórica*, tem a atenção voltada para a origem e formação dos artigos no português. Não é de seu interesse apontar ou registrar regras de utilização dessa classe, mas de apresentar um painel completo do que ele acredita ter sido uma “evolução” que as formas dos demonstrativos latinos *illu* e *illa*, e dos numerais cardinais *uno* e *unos*, sofreram ao longo da história da língua, vindo a se configurar nos artigos definidos e indefinidos, tal como são conhecidos hoje.

Mas é com Mateus et al (1983; 1989) e Neves (2000; 2007) – depois de Said Ali (1964) – que se tem a mais extensiva descrição das propriedades semânticas e funcionais dos artigos definidos e indefinidos na língua portuguesa.

Na *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual*, publicada em Coimbra, em 1983, Mateus et al apresentam, com argumentação reflexiva consistente e rico cardápio de exemplos, as operações de determinação, individualização, localização, indeterminação – que chamam “não identificadas” –, genericidade e de incidência sobre massivos e conjuntos vazios que envolvem artigos definidos e indefinidos no singular e no plural. Também, as construções partitivas e as operações de quantificação e de qualificação determinada e indeterminada,

distributiva e não distributiva, absolutas e relativas, com a extração de partes singulares e plurais, compreendendo artigos e pronomes demonstrativos e indefinidos no português, recebem por parte das autoras atenção especial.

Elas também sinalizam para o valor referencial dos definidos, nas operações de determinação, encarando-os como “processos de natureza semântico-pragmática” que atuam “na ocorrência de um nominal” (p. 80), embora apenas reconheçam tal valorização como propriedade dependente de “um conjunto-base cuja expressão é definida pelo lexema do nominal, [...] – pela situação e/ou pelo discurso anterior, ou pelo próprio fragmento de discurso em que ocorre a expressão nominal considerada”. (p. 81).

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, 1989, Mateus et al assumem postura ainda mais didático-organizacional e reflexiva. Realizam uma análise detalhada da estrutura interna do SN em português, considerando como especificadores “todos os elementos que se encontram à esquerda do núcleo e não funcionam como complementos” (p. 189). Nesse bloco agrupam: os *determinantes*, os *quantificadores* e as *expressões qualitativas*.

Ao contrário da postura praticada por outros autores de agrupar sobre o rótulo de “determinantes”, os artigos e os adjetivos determinativos – demonstrativos, possessivos e indefinidos –, as autoras, conscientes das “propriedades semânticas que diferem entre si grande número desses elementos, o mesmo sucedendo no que respeita às propriedades sintáticas” (ibid.), consideram como determinantes apenas os artigos e os dêiticos – demonstrativos e possessivos.

Além disso, tecem uma rica abordagem sobre as propriedades lógico-semânticas dos artigos e também dos elementos dêiticos, quantificadores e das expressões qualificativas com a intenção maior de detalhar ainda mais as particularidades da estrutura interna do SN.

Cunha e Cintra (1985), na *Nova gramática do português contemporâneo*, retomam a linha normativo-tradicionista, realizam as análises gramaticais tomando enunciados – frases, orações – de um extenso elenco de autores da produção literária da língua portuguesa.

Em seu livro *Tradição gramatical e gramática tradicional*, após a feitura de um apanhado das teorias lingüísticas que se constituíram no século XX”, Mattos e Silva (1996) – no terceiro subtópico do capítulo 3, *Uma ‘nova gramática’ segundo a tradição gramatical*, desenvolve um estudo crítico da gramática de Cunha e Cintra (1985). Segundo essa autora, a *Nova gramática do português contemporâneo* está de acordo com “um dos pressupostos dos estruturalismos contemporâneos, que se restringe à descrição de uma ‘língua particular’, utilizando metodologia de caráter indutivo”. (MATTOS E SILVA, 1996, p. 58).

Cunha e Cintra (1985) ignoram as contribuições de estudos lingüísticos do século XX e persistem na taxionomia tradicional das classes gramaticais e dos constituintes sintagmáticos. Ainda conforme Mattos e Silva (1996, p. 63), a *Nova gramática do português contemporâneo*

mantém-se fundamentalmente, uma gramática de base lexicológica, segundo os moldes greco-latinos. As funções sintáticas são analisadas a partir do “emprego” das palavras e estas são analisadas na sua morfologia. Continua, desse modo, a *Nova Gramática* a privilegiar a tradição, optando por uma taxionomia das classes de palavras que vigora desde o século XVI nas gramáticas da língua portuguesa, apesar de outras existirem, como a mais rigorosa que se encontra na gramática de J. S. Barbosa e dos avanços teóricos quanto a esse aspecto da gramática que a Lingüística Moderna vem desenvolvendo.

A definição para artigo, encontrada em Cunha e Cintra (1985) – “palavras que se antepõem aos substantivos para indicar: (a) que se trata de um ser já conhecido do leitor ouvinte”, artigo definido, ou “(b) que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior” (p. 199), artigo indefinido – é de caráter funcional e mostra o valor referencial desses elementos, apesar de, mais adiante na exposição que faz sobre essa classe, afirmar que “nos nossos dias, o artigo definido, em geral, [seja] um mero designativo” (p. 206) e o indefinido sirva apenas “para a apresentação de um ser ou de um objeto ainda não conhecido do ouvinte ou do leitor” (p. 230).

Essas afirmações não só contrariam, em parte, a definição de artigo dada por Cunha e Cintra, exposta anteriormente, como também o que eles dizem adiante, primeiro sobre os definidos e depois sobre os indefinidos:

É também sensível o valor demonstrativo do artigo que faz evocar o substantivo como algo presente no espírito do locutor ou do ouvinte, situado, portanto, no tempo e no espaço. Sirva de exemplo esta frase: *Pedro foi um ativista desde a Faculdade*. Isto é: aquela Faculdade que os interlocutores sabem qual seja. (p. 207) O artigo indefinido aparece com valor intensivo em certas frases da linguagem coloquial caracterizadas por uma entoação particular: *Ela é de uma candura...* A suspensão final da voz faz subentender um adjetivo denotador de qualidade ou defeito de caráter excepcional. Equivale a dizer-se: *Ela é de uma candura admirável (ou comovente)*. Ressalte-se que a força intensiva do indefinido permite que se complete a estrutura consecutiva: ‘Ela é de uma candura, que comove’. (p. 231).

Os autores partem da explanação das formas simples e combinadas dos artigos, sinalizam comparativamente alguns dos usos desses itens no português europeu e no brasileiro, abordam ainda a etimologia, os valores, os empregos – particulares, genéricos, em expressões de tempo, em expressões de peso e medida e em casos especiais – e as omissões

dos definidos e indefinidos, sempre enfatizando as questões de normatividade que a estes se aplicam.

Por tudo isso, Mattos e Silva (1996) não exagerou ao refletir sobre o valor da palavra *Nova* – que intitula a gramática de Cunha e Cintra (1985) e muitas outras do final da segunda metade do século XX – quando disse ser “hoje muito freqüente encontrarem-se gramáticas do português, que seguem o modelo tradicional, adjetivadas não só como *novas*, mas *novíssimas* ou *modernas*. (p. 32).

É o que se verifica também na *Moderna Gramática Brasileira*, 1989, de Celso Pedro Luft. Nela, os artigos aparecem no capítulo destinado aos pronomes. Esse autor apresenta em menos de uma página apenas a definição e a classificação dos artigos. Ele considera o definido como pronome de “valor demonstrativo extremamente atenuado, servindo apenas para indicar que nos referimos a um ser determinado, ou à sua espécie” e o indefinido, correspondente ao “pronome indefinido UM, de valor pronominal atenuado: ‘apenas indica tratar-se de qualquer ser da espécie’”. (p. 120).

Também no ano de 1989, é publicada a 36ª edição da *Gramática Metodológica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida. O décimo terceiro capítulo dessa obra concentra a exposição do autor sobre a classe dos artigos. Exposição em que faz um passeio histórico-descritivo pela origem dos artigos – no português, no italiano, no francês e no espanhol – e pelo registro de algumas das formas antigas mais encontradas desses itens na língua portuguesa. Em seguida, relaciona as regras para se evitar “erro” quanto ao uso dos definidos e indefinidos, atenta para questões estilísticas e até apela para que o usuário da língua se valha “do ouvido ou do sentido”, que a expressão possa ter/causar, para que o emprego dos artigos, em determinados casos, possa ser regulado. Portanto, em quase nada esse gramático se diferencia dos demais nesse aspecto.

Os anos 90, última década do século XX, foram marcados pela publicação de gramáticas que mais funcionavam como manuais gramaticais, que resumidamente ditavam as regras do “bom falar e do bom escrever”. Gramáticas/manuais que, inclusive, têm sido relançadas, após passarem por revisões mais que superficiais, nos primeiros anos do século XXI. Em geral, obras seguidas de exercícios gramaticais e de uma coletânea de questões extraídas dos principais concursos vestibulares das universidades brasileiras, sobretudo das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Extremamente normativistas não têm preocupação outra – com poucas exceções – do que apontar o “certo” e o “errado” no uso da língua, funcionando como manuais escolares para estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, ou para pessoas interessadas em prestar concurso.

Enquadram-se nessa perspectiva, entre outras, a *Gramática essencial*, de Nicola e Infante (1997), a *Gramática*, de Faraco e Moura (1998; 2003), a *Gramática essencial ilustrada*, de Sacconi (1999), *Estudos de gramática*, de Giacomozzi et al (1999) e a *Gramática em 44 lições*, de Savioli (2002).

No que concerne à abordagem dos artigos, em nenhum momento se menciona seu valor demonstrativo ou referenciativo, no entanto, todas apresentam somente e quase na mesma ordem: o conceito, a classificação e as normas de uso obrigatório. Nessas obras ainda, em geral, a classe dos artigos é apresentada entre a dos adjetivos e a dos numerais, obedecendo, ao que se indica, a uma arrumação comum e adotada por esses e pela maioria dos gramáticos da última década do século XX.

Linha semelhante parece seguir a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (1997), registrem-se, no entanto, duas ressalvas: a primeira é que ela dispensa os exercícios e a segunda é que economiza no registro das regras, prendendo-se à questão da distinção entre ‘definido’ e ‘indefinido’. O autor ainda convida o leitor à pesquisa:

Com respeito à idéia de determinação e indeterminação atribuída generalizadamente aos artigos, vale a pena ler nota de Amado Alonso¹³, que figura como apêndice à citada gramática castelhana. (p. 221-222)

Evanildo Bechara na sua *Moderna gramática portuguesa*, 1999, descreve os usos dos artigos no português, fornece os casos prescritos pela norma culta de presença, de omissão e de utilização facultativa desses itens, e, embora sem um delineamento mais apurado, acena para o valor dos definidos no plano anafórico.

Em geral, os estudos dos artigos nas gramáticas e nos manuais gramaticais do século XX e início do XXI, de acordo com o que se pode observar de tudo que foi discutido até aqui, consideram apenas as características de definitude e de indefinitude dos artigos. A menção ao potencial ou valor referenciativo recebe somente o registro, em algumas das obras, sem uma explanação mais consistente ou aprofundada.

O estudo que, em verdade, mais contribui para uma abordagem dos valores dos artigos – ensaiado anteriormente por Mateus et al (1983, 1989) – é o de Neves (2000), sob uma perspectiva funcionalista. Embora também discorra extensamente sobre as aplicações da determinação e da indeterminação no português, das regras de uso obrigatório, não-obrigatório e facultativo dos artigos, a autora enceta que os artigos, especialmente os

¹³ ALONSO, Amado; HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. *Gramática castelhana*. 4. ed. v. 1. Buenos Aires: Losada, 1943.

definidos, consistem em palavras referenciais que atuam diretamente na “relação semântico-textual”.

Assim como os pronomes pessoais de terceira pessoa, os pronomes possessivos e os pronomes demonstrativos, Neves afirma que os artigos têm participação ativa na referenciação textual endofórica, “isto é, fazem referência a elementos que estão dentro do texto [...]. Quando a referência é feita a algum elemento que está na porção anterior do texto, ocorre a anáfora [...]. Quando a referência aponta para frente no texto, ocorre a catáfora [...]” (p. 390).

A autora especifica a função da referenciação no uso da linguagem, considerando a interlocução e a remissão textual, portando o discurso e o texto, as principais áreas beneficiadas pelos princípios referenciativos que atuam na manutenção da coerência, e no estabelecimento da coesão. É na interlocução, segundo especifica Neves, que elementos como os pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa e os pronomes de tratamento, respondem pelo estabelecimento das relações “exofóricas, isto é, que fazem referência a elementos que estão fora do texto, ou seja, na situação de discurso”. (p. 389-390).

Por tudo isso, a *Gramática de usos do português*, de Neves, é uma obra que merece atenção pelas considerações que apresenta no campo da referenciação situacional e textual, não só por envolver a participação e o valor dos artigos, mas também das demais palavras fóricas existentes no português e trabalhadas pela autora.

3.4.2 Os artigos e os manuais redacionais jornalísticos

Com a crescente difusão das informações através dos recursos tecnológicos cada vez mais avançados, a exemplo da internet e dos processos de transmissão em tempo real de notícias via satélite, e das mudanças significativas registradas e que já fazem parte da realidade política e econômica nacional e internacional, com repercussão nas diversas áreas do conhecimento, tornam-se necessários princípios norteadores capazes de operacionalizar todas essas mudanças.

No campo da comunicação propriamente dita, “a profissionalização do jornalismo fez com que os veículos elaborassem mecanismos que pudessem exercer controle sobre a publicação” (RODRIGUES, 2003, p. 47), e que contribuíssem para organizar um perfil diferenciador de um dado veículo/agência de comunicação dos demais.

Com essa finalidade é que surgiram os manuais de redação jornalística, que antes mesmo da disseminação do computador no final da década de 80, já tentavam sistematizar “as

orientações estilísticas de cada empresa” (jornal, revista etc.). Entre os mais expressivos e reconhecidos no Brasil, estão os manuais de redação: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora* e as orientações do *Manual de Estilo da Editora Abril*. Apesar de serem mais uma das importações dos modelos norte-americanos, os manuais jornalísticos só ganham espaço efetivo no Brasil, na década de 50. No entanto, somente “após vinte anos é que os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo passam a adotar algumas normas de redação”. (p. 48).

Em geral, os manuais tentam padronizar o texto publicado e sistematizar a preparação do material redacional a ser veiculado. Eles oferecem um quadro de regras de redação para a perfeita estruturação de reportagens, entrevistas, editoriais, ou que atendam a cada seção do veículo de informação em suas especificidades, mas o que interessa aqui é a parte que cada manual reserva às regras gramaticais ou de abordagem de expressões e classes gramaticais e também a maneira como apresentam essa coletânea normativista, notadamente o foco nest pesquisa se centrará nos artigos.

A maioria dos manuais e até livros de técnicas de reportagem e de construção de matérias jornalísticas consultados segue estritamente e até de maneira compilada as diretrizes redacionais que, conforme Lage (1999, p. 50), “decorrem de lei ou de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”. Aquilo que a ABNT não registra/aborda, segundo esse autor, “cada veículo resolve a seu modo” (ibd.).

Com relação à abordagem ou comentários acerca dos usos dos artigos, chama a atenção o discurso unânime que o livro *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*, 1986, o *Manual de estilo Editora Abril*, 1990, o *Manual de Redação e Estilo – O Globo*, 1993, o *Manual de Ética, Redação e Estilo do Jornal Zero Hora*, 1994, o *Manual de redação da Folha de S. Paulo*, 2001, o *Manual de Redação da Agência e do Jornal Senado*, 2001, e as *Normas de Redação de cinco jornais brasileiros*, 1974 – principalmente no *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *Jornal do Comércio* (Recife) e *Jornal Zero Hora* (primeira versão, Porto Alegre) –, assumem e veiculam: é necessário que se “elimine os artigos sempre que possível” (MELO, 1974).

Lage (1999, p. 61) repete a frase praticamente na íntegra: “nos títulos de notícias, use o verbo, de preferência, no presente, e elimine artigos sempre que possível” e completa: “jamais escreva: ‘a mulher Fulana’ ou ‘o indivíduo Beltrano’”. Tudo isso, pois “o texto deve ser elegante e preciso, além de fluente, apresentando a capacidade de captar o leitor e prendê-lo.” (RODRIGUES, 2003, p. 68).

Todos os manuais relacionados portam as recomendações para o tipo de texto a ser elaborado para o jornal, entre elas: extensão, tipos de aberturas, clichês, parágrafo, emoção na narrativa, instruções para reportagens, uso de maiúsculas e minúsculas, grafia de números, forma de grafar nomes de produtos de marcas diversas, termos técnicos do jornalismo e, entre outras, uma parte gramatical concisa com listas de verbetes e de expressões com sua correta utilização. Conhecimentos indispensáveis aos jornalistas e demais envolvidos com a redação e divulgação da notícia/informação.

Embora também sigam esse direcionamento, dois manuais de redação se destacam na abordagem dos artigos, o *Manual de Redação da Folha de São Paulo*, 2001, e o *Manual de Redação e Estilo do Jornal O Estado de S. Paulo*, 1997. Ambos apresentam os artigos definidos e indefinidos em suas particularidades, enfatizam a importância que exercem nas manchetes jornalísticas, apesar de não discorrerem sobre o valor referencial nem semântico dos determinantes no corpo dos textos desse gênero.

Apesar disso, o manual do jornal O Estado de S. Paulo ainda é o único que, ao longo de quase cinco páginas, mostra as normas de aplicação dos artigos e só admite a omissão “do definido, nos títulos, como medida de economia de sinais e à exceção dos casos de realce e de usos específicos” (MATINS, 1997, p. 44) – como no estabelecimento de correlações entre elementos, qualificação de substantivos e indicador de intensidade em expressões coloquiais–; prescreve também que os artigos indefinidos “podem, quase sempre, ser evitados (ou melhor, devem, pois seu uso excessivo constitui galicismo)” (p. 45), sobretudo para “impedir” o artificialismo “em seu uso” (p. 46).

Todos os manuais de redação jornalística observados, como se pôde verificar, não atentam para questões funcionais e semânticas que envolvem os usos dos artigos, talvez uma influência direta da maioria das gramáticas e dos manuais gramaticais, que, como já visto, também não sinalizam para um maior papel dos artigos na língua. Quem sabe por isso – é o que aqui se acredita – os manuais redacionais e técnicos jornalísticos, também por questões de natureza estilística e sob a desculpa das tão exigidas “objetividade” e “clareza” na veiculação da notícia/do fato, preferam pregar a economia ou o veto ao uso dos artigos.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de adentrar na discussão teórica do Funcionalismo, de sua caracterização e de seus contributos para os estudos lingüísticos é preciso considerar que o desenvolvimento da lingüística recentemente tem demonstrado rápidas e constantes mudanças na maneira de fazer pesquisa no âmbito da linguagem. Como lembra Pezatti (2005, p. 166), dos anos 70 do século XX até hoje, avanços significativos podem ser registrados nesse campo. Basta lembrar a prevalência do modelo teórico da Gramática Transformacional, na década de 70, “de enfoque excessivamente formalista”, que aos poucos, pelo fato da teoria gerativa não ter dado ênfase às questões discursivas, desencadeou na lingüística o surgimento de diferenciadas tendências, a exemplo, entre outras, da Sociolingüística, da Lingüística Textual, da Análise do Discurso e da Análise da Conversação. A teoria funcionalista, apesar de poder ser considerada uma dessas tendências, tem “uma história quase tão longa quanto a do paradigma formal” (ibid.). Na realidade, o que parece ter ocorrido quanto à corrente funcionalista, foi uma espécie de “reatualização de seus princípios”.

Para uma melhor apresentação dessa corrente e de outras que servirão de suporte a esta pesquisa, inicialmente, faz-se necessária uma rápida abordagem sobre o conceito de função passando depois à diferenciação entre os dois grandes pólos dos estudos sobre a linguagem: o formalista e o funcionalista. Em seguida, apresentar-se-á uma discussão sobre as origens e o conceito do Funcionalismo, passando pelos seus pressupostos teóricos fundamentais, com destaque para alguns dos principais modelos funcionalistas.

Por fim, tratar-se-á da questão da Gramática Funcional, da relação entre o Funcionalismo e a Lingüística Textual, da questão da Referenciação e da Foricidade, pontos essenciais para fundamentar as análises dos dados extraídos do *corpus* eleito para este trabalho.

4.1 O FUNCIONALISMO E A LINGUAGEM: O CONCEITO DE “FUNÇÃO”

O século XX pode ser considerado como um novo tempo na evolução dos estudos lingüísticos, notadamente com as contribuições das pesquisas histórico-comparativas engendradas no século XIX pelos neogramáticos e lingüistas como Humboldt, Noreen e Svedelius, segundo sinaliza Malmberg (1974). Com a obra *Cours de linguistique générale*, de Saussure, 1916, tem-se o marco inicial da fase moderna da Lingüística, período em que, como bem pontuam Dirven e Fried (1987), na obra *Functionalism in linguistics*, três noções

essenciais passaram a nortear os estudos lingüísticos. São elas: o sistema, a estrutura e a função.

De maneira contrária a uma longa tradição que “colocava em correspondência palavras e idéias como unidades autônomas de análise” (ILARI, 2005, p. 64), Saussure desenvolve a idéia de língua enquanto *sistema*, em que cada elemento do todo se encontra relacionado, todos imbricados – “um système ou tout se tient”¹⁴. Nas palavras de Martelotta e Areas (2003, p. 17), uma espécie de “prioridade do todo em relação aos elementos que o compõem”, verdadeiro conjunto de relações entre objetos.

O termo sistema cedeu lugar mais tarde ao termo estrutura. Embora no *Cours de linguistique générale* se faça uso parcimonioso deste, passou-se a ter a idéia de que, tendo em vista ser a língua um sistema, nada mais justo do que estudar sua estrutura. A partir disso, as análises lingüísticas centraram-se no caráter interno da linguagem, de como se estruturam os elementos da língua. Tal tendência teve sua primeira expressão nos trabalhos do Círculo Lingüístico de Praga, a partir de 1928. De acordo com Martelotta e Areas (2003), as idéias de Saussure influenciaram muito esse Círculo, de modo que o Estruturalismo conseguiu, então, conquistar novos partidários entre os estudiosos da língua, “como os que fundaram a Escola de Copenhague” (p. 17-18).

Além das influências provenientes das idéias de Saussure, diversas outras colaboraram no Círculo Lingüístico de Praga, levando os lingüistas a se dedicarem ao “estudo da lógica interna do sistema da língua”. A figura do psicólogo alemão Karl Bühler, corresponde a uma dessas influências, por sua célebre análise funcional da linguagem. Esse teórico encarava a “função” como elemento indispensável à linguagem. Ao contrário de Saussure que distinguia *langue* e *parole* e fazia da primeira o objeto de estudo da lingüística, Bühler colocava em evidência três tipos de funções gerais desempenhadas pela linguagem: a função cognitiva (*darstellungsfunktion*), a função expressiva (*kundgabefunktion*) e a função conativa ou apelativa (*appelfunktion*). Conforme Weedwood (2002, p. 138), a primeira emprega-se para “a transmissão de informações factuais”; a segunda denota “a disposição de ânimo, as atitudes do locutor”; e a última destina-se a influenciar a pessoa com quem se fala, ou a provocar efeito prático.

Labov (1987), numa tentativa mais abrangente, tendo em vista uma explicação da própria natureza da linguagem, e valendo-se das disposições tomadas de alguns autores, distingue três conceitos de função, de acordo com algumas linhas de abordagem a saber: (a) a

¹⁴ “um sistema onde tudo se tem”

de eficiência comunicativa das unidades presentes na estrutura; (b) a das condições de distintividade semântica; e (c) a da motivação discursiva da estrutura sentencial.

O primeiro conceito, à luz da abordagem (a), elaborada por Martinet (1962 apud LABOV, 1987), abarca os níveis fonológico e morfológico da língua, com base em critérios funcionais e/ou estruturais e considera a função de unidades lingüísticas a partir de determinadas operações, selecionadoras que excluem certo número de elementos de uma mesma classe, alterando a carga de um dado elemento ao mesmo tempo em que altera o número de unidades a que a ele se opõe. Trata-se, portanto, de uma função de caráter interno que designa relações entre uma forma e outra.

O segundo conceito, centrado na abordagem (b), é de Kiparsky (1971) para quem a função se refere à correspondência direta entre uma forma e seu significado referencial, daí função de caráter semântico. O último conceito para função, apontado por Labov (1987) é o de Halliday (1967), na abordagem (c), que se assenta na oposição dado *versus* novo e tema *versus* rema. De acordo com a gramática polissistêmica de Halliday, a organização informacional é um dos sistemas que “relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra” (PEZZATI, 2005, p. 170), portanto, têm-se função enquanto relação entre formas e seu contexto, nitidamente, de caráter externo.

No plano da explicação da estrutura sintática da linguagem, Givón (1979) elenca um conjunto de “princípios comunicativos” que a regem, como o “dinamismo comunicativo, o grau de planejamento, o monitoramento face a face, o conhecimento pragmático compartilhado e outros parâmetros” (PEZZATI, 2005, p. 170). Labov (1978) acrescenta a esse conjunto um quinto princípio, o do conceito de competência comunicativa de Hymes (1974), que preconiza a descrição de regras destinadas ao uso social da linguagem.

Segundo Nichols (1984), função é um “termo polissêmico”. Essa estudiosa distingue os cinco sentidos que considera pertencerem ao termo *função* – relacionados a cinco diferentes componentes da gramática: (a) função/interdependência, (b) função/propósito, (c) função/contexto, (d) função/relação e (e) função/ significado.

Os lingüistas da Escola de Praga, de acordo com Nichols, utilizaram principalmente uma variante da função/relação, na medida em que focalizaram “a relação do elemento com o sistema lingüístico como um todo” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 19), mas não foi esse o indicador do funcionalismo dessa Escola. A noção teleológica de função consiste no caracterizador dos lingüistas de Praga. Para eles, a língua é um sistema funcional com utilização específica. Como bem sinaliza Fontaine (1978, p. 22), a fundamentação do discurso está na intenção motivada pelo locutor.

Diante de todo esse quadro, pode-se constatar que o estruturalismo esteve longe de ser um movimento unificado, apresentando particularidades consoantes a uma diversidade de autores, cada um com sua maneira de encarar a *função*. Por isso, mesmo, dois grandes pólos de investigação da linguagem, desenvolvidos a partir da concepção de linguagem em Saussure se apresentaram nitidamente: o pólo formalista e o pólo funcionalista, centro da abordagem da sessão a seguir.

4.1.1 Formalismo *versus* Funcionalismo

A oposição entre a forma lingüística e a análise de suas funções no terreno da comunicação resulta na diferenciação entre a corrente formalista e a corrente funcionalista. Como lembra Barreto (1999, p. 52), uma distinção pontual entre os estruturalistas da primeira metade do século XX.

Dirven e Fried (1987) consideram a oposição entre esses blocos de estudos como uma relação polarizada. Dessa maneira, tem-se de um lado o pólo formalista, que enfatiza a forma lingüística e põe a função num plano secundário, e do outro, tem-se o pólo funcionalista, em que se ressalta o papel, a função que a forma lingüística realiza/desempenha no palco comunicativo.

O formalismo consiste num estudo da língua enquanto objeto autônomo, por isso mesmo descontextualizado, independente dos usos em situações comunicativas reais. Centra-se na forma lingüística, em seus aspectos internos, desde os constituintes e as relações operacionalizadas entre eles, sem se preocupar com a correspondência constituinte-significado.

Os teóricos de maior expressividade na linha do pensamento formalista da linguagem foram Bloomfield, Trager, Bloch, Harris, Fries – do estruturalismo americano – e, no campo dos modelos gerativistas, Chomsky, embora estejam possivelmente “as noções de tópico/comentário (ou tema/rema)” (NEVES, 1997, p. 40), na perspectiva funcional da frase.

Independente disso, o pólo formalista teve acentuada aplicação nos sucessivos modelos gerativistas, servindo a uma abordagem formal da gramática, valendo-se, para tanto, de “dispositivos lógico-matemáticos” (DILLINGER, 1991, p. 397) que sob um aparato técnico-científico, oferecem “uma representação formal da estrutura sintática, semântica e fonológica dos enunciados” (WEEDWOOD, 2002, p. 135), envolvendo, na verdade, procedimentos científicos que Newmeyer (2000) – embora muito contestado em suas idéias

pela maioria dos teóricos – acredita ser uma espécie de “matematização” a que todo “procedimento de uma teoria científica deve ser passível” (p. 8).

Ora, Newmeyer apresenta, dessa maneira, uma visão radical quanto à lingüística, algo que pode ser considerado distorcido, pois parece pregar a existência apenas de formalistas e funcionalistas. Por essa radicalidade e reducionismo, a proposição de Newmeyer é considerada por Oliveira (2005, p. 221) como inaceitável, haja vista, acrescenta esta autora, o equacionamento que esse estudioso realiza, ao tomar na lingüística contemporânea, o formal, numa relação “exclusiva do gerativismo, da autonomia da sintaxe”.

Dik (1981, p. 4-5), abordando sobre o paradigma formal (na vertente da gerativa), mostra a língua como um conjunto de sentenças, cuja função é a de expressar os pensamentos. Esse autor afirma que o estudo da competência lingüística – capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças – tem no formalismo plena prioridade frente ao estudo do desempenho. Nessa perspectiva, os universais lingüísticos são inatos ao organismo humano, quer no aspecto biológico quer no psicológico. Além disso, no palco das relações entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, a ordem de prioridades vai da primeira, passando pela segunda, até alcançar a última (a pragmática).

Quanto ao pólo funcionalista da linguagem, consiste numa diversidade de escolas e tendências que se opõem às postulações formalistas. Toma como ponto de partida a língua enquanto “objeto maleável, não determinístico, considerando-a, eminentemente, um instrumento de interação social cuja estrutura só pode ser explicada levando-se em conta a comunicação” (BARRETO, 1999, p. 52). Tem por objeto toda a gama de mecanismos/processos de que se valem os falantes no ato da construção discursiva, na interação verbal.

O Funcionalismo, sob essa ótica, tem por preocupação o relacionamento entre a língua e as diversas modalidades em que se processa/se dá a interação social, por isso mesmo “ressalta a importância do contexto social” na compreensão da natureza das línguas. Martelotta e Areas (2003, p. 19) apontam ser o pólo funcionalista o modelo teórico que põe em evidência a função que a forma lingüística desempenha no ato comunicativo. Nesse modelo, a língua é vista como instrumento de comunicação e não pode ser analisada como um “objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (p. 20).

Segundo Dik (1981), além de servir diretamente à interação social, à comunicação, o paradigma funcional coloca em evidência a competência comunicativa; vê o sistema lingüístico indissociado do seu contexto de uso; considera a aquisição da linguagem como algo não inato, com o *input* de dados devidamente estruturados e sem especificação de

limites; sinaliza ainda que os universais lingüísticos são inerentes ao uso lingüístico e coloca a sintaxe e a semântica subordinadas à pragmática.

O ponto de vista funcional pode ser encontrado em algumas das escolas ou grupos lingüísticos estabelecidos na Europa após as idéias de Saussure, no século XX. Dirven e Fried (1987, p. xi) alocam sob a bandeira funcionalista:

(a) a *Escola de Genebra* – tem em Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei seus principais representantes – em linhas gerais, esse grupo defendia a relação existente entre o pensamento e sua expressão lingüística e também a associação de fatos lingüísticos a funções determinadamente a elas associadas;

(b) a *Escola de Praga* – com Vilém Mathesius, Nikolai Trubetskoy, Roman Jakobson, Franticek Danes, Ian Firbas, Vachek, entre outros¹⁵ – um dos aspectos caracterizadores dessa escola “é a sua combinação de estruturalismo com funcionalismo”, como constatou Weedwood (2002, p. 138), e o fato de abordar a estrutura da língua enquanto determinada pelas funções que lhe são particulares;

(c) a *Escola de Londres* – inicialmente com John Rupert Firth (menos saussuriano em sua abordagem, ligado à tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf, seus estudos podem ser descritos como lingüísticos estruturais), e Halliday que desenvolveu uma teoria mais ampla e sistematizada da estrutura da língua; e

(d) o *Grupo da Holanda* – com Reichling e Dik – a marca maior desse grupo é a concepção teleológica da linguagem, desenvolvida por Dik, para quem a preocupação do funcionalismo deve estar centrada no êxito dos mecanismos, processos lingüísticos.

Com efeito, é na Escola de Praga e nos modelos de gramática funcional de Halliday e Dik, diz Neves (2004, p. 40), em “que está mais representado o funcionalismo, que, menos sistematicamente, está na Escola de Londres e em Reichling, e que apenas implicitamente está em Saussure”.

Na América, os Estados Unidos saíram na frente. Neste país, o funcionalismo obteve grande repercussão e influenciou muitos estudiosos, que formaram importantes grupos na década de 70, e que ainda continuam atuando: o *da Califórnia*, do qual faziam parte Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper, John DuBois; o *de Nova Iorque* tinha em Van Valin seu maior representante; o *de Berkeley*, com Lakoff e Langacker

¹⁵ Martinet manteve contato constante com alguns desses estudiosos, “sobretudo com Trubetzkoy, por quem foi bastante influenciado”. (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 21). Foi Martinet que introduziu o conceito de rendimento funcional e reconheceu nas “necessidades humanas de comunicação e expressão” e na tendência dos homens à redução mínima de suas atividades físicas e mentais, as forças opostas que exercem pressão sobre o sistema da língua (FARACO, 2005, p. 159).

(que prioriza a vertente funcional-cognitiva). Cada grupo, numa sinalização de Pezzati (2005, p. 167), com seus princípios, de modo que é impossível a existência de uma “teoria monolítica funcionalista”.

Durante muito tempo, a lingüística norte-americana foi dominada por uma tendência formalista, sobretudo com Bloomfield, algo que se mantém ainda na lingüística gerativa. No entanto, a partir dos trabalhos de Thompson, Hopper e Givón passou-se a adotar cada vez mais os princípios lingüísticos respaldados no uso da língua. Um uso que valoriza o contexto lingüístico e a situação extralingüística. Desse modo, a sintaxe, em virtude das variações que se processam no discurso, começa a ser observada como uma estrutura em contínua mutação. Em suma,

A sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é construída. (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 23-24).

O funcionalismo norte-americano ganha impulso a partir de duas obras de grande importância tanto para a fundação dessa escola, enquanto conjunto de idéias e também como para sua firmação no cenário lingüístico mundial. A primeira, *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, de Sankoff e Brown (1976), em que as autoras abordam no *Tok pisin* – língua de origem *pidgin* de Papua-Nova Guiné, ilha próxima a Austrália –, as motivações discursivas responsáveis pelas estruturas sintáticas de relativização nessa língua e o segundo texto, *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*, de Givón (1979), em que afirma ser a sintaxe determinada por sua própria função.

No Brasil, segundo Neves (1999), os pioneiros da corrente funcionalista são Evanildo Bechara, Rafael Hoyos-Andrade e Ataliba de Castilho, entre outros. Merecem destaques ainda, estudiosos pertencentes a grupos de pesquisas diversos, entre os quais, o *Programa de estudos sobre o uso da língua*, na UFRJ, atualmente liderado por Maria Cecília de Magalhães Mollica e Anthony Julius Naro; *Discurso & gramática*, na UFF, sob a coordenação de Mario Eduardo Toscano Martelotta e Maria Maura da Conceição Cezário; o Grupo de Sintaxe I do *Projeto de gramática do português falado*, coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho e que agrupa pesquisadores da UNICAMP, UNESP, USP e UFRJ, entre os quais, Rodolfo Ilari e Maria Helena de Moura Neves; e o *Projeto espaços mentais e gramaticalização*, na UFJF, coordenado por Margarida Salomão.

Voltando ao plano da diferenciação pontual entre Formalismo e Funcionalismo, Castilho (2001, p. 4) distingue essas duas correntes através da abordagem do fenômeno lingüístico, tomando os três módulos que constituem, em sua visão, uma língua: a Gramática, a Semântica e o Discurso.

Enquanto no Funcionalismo, os dois últimos módulos são considerados centrais para a configuração de uma língua, em virtude da necessidade de “captar a situação social” (p. 5), no Formalismo a gramática é vista como o componente maior, pouca menção se faz, então, à Semântica e exclui-se “deliberadamente” o Discurso.

Devidamente pontuadas as distinções entre os posicionamentos do formalismo e do funcionalismo, constata-se atualmente, que esses dois pólos de estudo da linguagem têm, cada vez mais, estreitado o distanciamento entre si, devido, especialmente, “aos avanços conseguidos nos domínios do Discurso e da Semântica”. (CASTILHO, 2001, p. 7). A esse respeito, a Lingüística Cognitiva preconiza que a significação fundamenta-se no fato de que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto – muito estudada por pesquisadores norte-americanos, poderá ter papel decisivo.

A Lingüística Cognitiva, ressalte-se, é considerada por Castilho, ao lado da Lingüística Funcional, no campo da tradição funcionalista, como um dos grandes espaços de investigação científica que muito promete quanto à análise e interpretação dos fenômenos da linguagem. Nesse sentido, os trabalhos de Ronald Langacker e George Lakoff podem ser considerados essenciais haja vista a caminhada que revelam ter a gramática cognitiva em direção ao pólo funcional (DIRVEN; FRIED, 1987).

4.1.2 Da origem e do conceito do Funcionalismo

Deve-se à Escola Lingüística de Praga, que se desenvolveu entre as duas guerras mundiais, o conceito original de Funcionalismo na Lingüística. Essa escola se distingue das idéias estruturalistas, haja vista a visão dinâmica que empreende quanto à abordagem e interpretação dos fatos da linguagem, por considerar esta como essencial instrumento para a manutenção e “satisfação das necessidades comunicativas [que, por sua vez,] fariam com o tempo, devendo pois adaptar-se a cada contexto social” (BARRETO, 1999, p. 56).

Embora já se tenha, no item 4.1.1, apresentado seus principais representantes, vale aqui um rápido delineamento para uma compreensão mais plena das idéias que culminaram na afirmação das raízes e na constituição da definição da corrente funcionalista.

Até hoje os mais representativos aspectos da visão funcional têm sua localização identificada nas concepções formuladas por essa escola. Em 1929, um conjunto de nove teses foram publicadas em francês. Elas foram reunidas no *Travaux du Cercle Linguistique de Praga*. Três delas destacavam os problemas lingüísticos gerais e as outras seis abordavam questões relacionadas às línguas eslavas.

A primeira tese foi escrita em 1927 por Roman Jakobson, teórico de atuação destacada na redação das teses. Esse autor pontuava ser a língua uma reunião de signos constituídos de forma e função. Na realidade, foi pioneiro ao chamar a atenção para a função da comunicação. Segundo preconizava, a língua se realizaria na interação verbal e tudo em relação à linguagem deveria ser discutido tendo como ponto de partida a comunicação. Por ter se tratado de um ponto de vista novo e a escola ser de formação estruturalista, a tese de Jakobson permaneceu esquecida até 1946 quando, então, Martinet, numa crítica às disposições saussurianas, condena a questão da sincronia estática, propondo uma sincronia dinâmica, em que a língua se encontra em constante mutação. Com Martinet, o Funcionalismo ganha corpo e começa a se desenvolver acentuadamente.

Vale lembrar que as idéias do psicólogo Karl Bühler foram decisivas para a ampliação das reflexões funcionalistas sobre a língua. Jakobson desenvolve as funções da linguagem a partir dos elementos da comunicação – emissor, receptor, código, canal, mensagem e contexto – a partir da retomada das três funções de Bühler – representação, exteriorização psíquica e apelativa – e que se destinavam ao estudo do pensamento.

Halliday (1973) apresenta três funções da linguagem – ou, mais precisamente, “metafunções” – muito referendadas pelos trabalhos de diversos pesquisadores até hoje: a *função ideacional*, da expressão do conteúdo; a *função interpessoal*, da expressão dos pensamentos e atitudes do falante (NEVES, 2004, p. 13-14); e a *função textual*, da produção do texto, da organização operacional interna da frase e da relação entre as frases, “é a função que permite a estruturação de textos de modo pertinente ao contexto”. (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 39).

Não se pode deixar de destacar na Escola de Praga a influência de Wilhem Mathesius, que propôs a Perspectiva Funcional da Sentença, uma análise consistente e crítica ao estruturalismo saussuriano. Mathesius opõe-se ao fato do estruturalismo reduzir o processo de interpretação à discriminação dos signos, que são transmitidos na comunicação, nada abordando sobre o que efetivamente se passa durante o momento em que a interpretação acontece.

Mathesius sugere como superação a esse limite do estruturalismo, uma concepção dinâmica da comunicação, em que considera que os procedimentos comunicativos afetam “dinamicamente nossos conhecimentos e nossa consciência das situações”. (ILARI, 2005, p. 69). De acordo com as postulações desses funcionalistas, os enunciados lingüísticos constituem-se na dinamicidade por *tema* (parte menos dinâmica) e *rema* (parte mais dinâmica). Em síntese, “duas funções comunicativas autônomas em relação às funções sintáticas do sujeito e do predicado” (p. 70), identificadas geralmente pela ordem das palavras no enunciado e pela entonação do falante, na inflexão enfática que destina a um dos segmentos do enunciado.

As idéias de Mathesius encontraram assento na concepção estrutural da sintaxe – descrição da sentença em níveis diversos – desenvolvida a partir das pesquisas de Danes, Firbas e Halliday, em que cada nível pode ser mapeado de modo *não-marcado* (quando o sujeito gramatical, o agente e o tema coincidem num enunciado) e *marcado* (quando o mapeamento falha).

A Escola de Praga além de ter sido caracterizada com a de um estruturalismo funcional, disseminou a idéia de língua enquanto sistema funcional, em que vigoram, paralelamente, estrutura e função da língua.

Os termos funcionalismo e abordagem funcional para Ivir (1987, p. 471 apud NEVES, 2004, p. 17) ultrapassam os limites da Escola de Praga, ocorrendo em vários domínios, variando de acordo com as análises/argumentações ou com os fins a que se ligam, a que servem ou a que se prestam. Portanto, muitas abordagens funcionalistas surgiram, tomando o funcionalismo corpo e vida própria.

Conceitualmente, a definição original e mais delineada do Funcionalismo, na visão de pesquisadores como Neves (2004), Ilari (1992, 2005) e Castilho (2007) está na Escola de Praga, em que a língua é encarada como um sistema organizado, dotado de mecanismos que se prestam a uma dada finalidade, um “sistema de sistemas”, em que cada subsistema compreende uma função.

O prisma funcionalista coloca a linguagem a serviço da transmissão de experiências, através de manifestações perceptíveis e passíveis de análise, contemplando cada uma das unidades lingüísticas “correspondentes a um elemento da experiência a que se pretende transmitir” (BARRETO, 1999, p. 56).

Numa concepção geral, Neves (2006, p. 17) considera o funcionalismo uma corrente teórica que se “ocupa das funções dos meios lingüísticos de expressão”. A autora fundamenta sua definição, sobretudo, em Halliday (1985, p. xiii) que no livro *An Introduction to*

Functional Grammar, já via a linguagem enquanto funcional, no sentido de análise de como a língua se realiza no uso pelo falante.

Nessa perspectiva, a estrutura lingüística corresponde a um conjunto de diferentes funções e estas, por sua vez, consistem distintamente nos modos de significação que se processam nos enunciados, atuando como fios condutores que levam ao estabelecimento eficiente da comunicação entre os usuários de uma língua. Na leitura de Neves (2006, p. 18), “funcional é a comunicação, e funcional é a própria organização interna da linguagem”.

A postura funcionalista empreende, como mostra Martelotta e Areas (2003, p. 26-27), “novo relevo” ao discurso do falante, na medida em que passa a entendê-lo enquanto um “nível gerador do sistema lingüístico”. Diante de todo o quadro exposto, fica claro que abordar a linguagem funcionalmente significa não somente investigar como a língua é utilizada pelos usuários/falantes, de que maneira eles dela fazem uso, mas com que intenções e com quais os mecanismos de que se valerão no alcance/realização dessas finalidades. (GIVÓN, 1995, p. 2).

4.1.3 Modelos funcionalistas: uma discussão

A partir de toda a discussão esboçada até este ponto, é impossível apontar o funcionalismo como uma “teoria monolítica” comungada por todos aqueles que pertencem ou partidarizam-se com a corrente funcionalista. O termo Funcionalismo, em verdade, tem servido para determinar uma série de modalidades de investigação da língua, podendo-se afirmar que engloba um conjunto de vertentes, uma gama significativa de modelos teóricos ligados por uma base comum. Tendo-se em vista essas “várias modalidades de descrição lingüística e de aplicação pedagógica ao estudo e ensino de línguas” (BECHARA, 1991), às quais têm favorecido, torna-se dificultosa a tarefa de definir o funcionalismo.

Numa perspectiva radical, Nichols (1984) apresenta três tipos de funcionalismo: o *conservador* – apenas mostra o formalismo e o estruturalismo como correntes lingüísticas inadequadas –, o *moderado* – sinaliza a inadequação entre formalismo e estruturalismo e empreende uma análise funcional da estrutura –, e o *extremado* – nega a estrutura enquanto estrutura em sua realidade, e elimina as restrições sintáticas por considerar as regras dependentes das funções.

Van Valin (1980) postula que como representação expressiva do funcionalismo *conservador*, tem-se destacadamente a sintaxe funcional de Susumo Kuno que se pretende apenas a acrescentar um componente adicional ao formalismo. Dik, Halliday, Givón e o

próprio Van Valin assentam-se, enquanto isso, no funcionalismo *moderado*, ao passo que o funcionalismo de Sandra Thompson, Paul Hopper e Erica Garcia são tidos como de caráter *extremado* (NEVES, 2004, p. 56-57).

A figura de Garcia (1979) merece consideração tendo em vista as críticas que recebeu por parte de alguns teóricos que tomam suas argumentações no campo funcional como muito extremadas. Garcia abordou as relações entre forma e função como dependentes de uma teoria de estruturação gramatical e considerou a sentença como algo insatisfatório à análise. Para ela, existem na estrutura sentencial alguns fatos tidos como arbitrários a essa estrutura e outros que resultam de fenômenos gerais do plano do discurso. Sua intenção é de esclarecer os fatos arbitrários à luz das disposições comunicativas.

A título de ilustração do pensamento funcionalista, Neves (2004, p. 58) explana sobre duas das propostas que Van Valin (1990) considerou moderadas: a de Michael A. K. Halliday e a de Simon Dik. A seguir apresentam-se as proposições centrais desses dois teóricos e mais as de Givón, haja vista serem importantes para a configuração das análises empreendidas nesta pesquisa, além disso, consistem em vertentes das mais relevantes dentro do funcionalismo.

4.1.3.1 As perspectivas funcionalistas de Michael A. K. Halliday

O modelo proposto por Halliday (1961) corresponde a uma teoria sistêmica que toma por base as disposições de John R. Firth – empreendeu estudos “que podem ser descritos apropriadamente como da lingüística estrutural” (WEEDWOOD, 2002, p. 129) –, de Malinowski – desenvolveu um funcionalismo com base nos mecanismos etnográficos e do contextualismo – bem como da lingüística firthiana da tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e do funcionalismo da Escola de Praga.

Esse modelo de Halliday (1961) opõe-se ao da lingüística sistêmico-formal, de Saussure e seus seguidores. Para Neves (2004, p. 59), “ele se enquadra numa gramática sistêmica que se interpreta metafuncionalmente”, uma gramática que toma cada forma das estruturas sistêmicas, associando-as a um tipo de constituinte funcional (HALLIDAY, 1967, p. 37).

A organização da teoria de Halliday (1963) encontra-se distribuída sob dois prismas categoricamente indicados: a cadeia e a escolha. O primeiro correspondendo ao sintagma e o segundo ao paradigma. Hudson (1986, p. 809 apud NEVES, 2004, p. 59-60) aponta que duas categorias prevalecem numa gramática sistêmica: os traços e as funções. Traços são

paradigmáticos, fazem a relação entre os itens da língua; funções são sintagmáticas. Numa rede sistemática, os usuários da língua fazem “escolhas” e são elas as responsáveis pela produção do significado, cabendo à gramática a disponibilização organizada de conjuntos de opções. Os usuários/falantes podem realizar as escolhas de modo consciente ou até mesmo inconscientemente (HALLIDAY, 1973, p. 365-366).

As redes sistêmicas atuam na codificação dos diferentes significados, atrelando-se às diversificadas funções da linguagem. Dessa forma, é possível que os componentes funcionais codificados por mais complexos que sejam e embora comportem um fluxo volumoso de usos podem ser agrupados nas três macrofunções (já apresentadas neste trabalho, mas que neste ponto são retomadas a fim de melhor caracterizá-las) propostas por Halliday (1974): a *ideacional*, focalizando “os processos do mundo exterior e dos processos mentais, materiais e abstratos de todo tipo” (PEZZATI, 2005, p. 180); a *interpessoal*, que proporciona ao falante/usuário da língua, participar ativamente do processo comunicativo, sobretudo nas situações de fala, com a expressão das impressões pessoais/juízos de valor; e a *textual*, que transporta na sentença a mensagem, promove a produção textual por parte do usuário/falante.

Halliday (1974) ainda considera como elementos funcionais na criação e manutenção do significado na oração, o *modo* e a *transitividade*, podendo se incluir ainda outro conjunto, o do *status*. Pezzati (2005, p. 180) associa o *modo* ao componente interpessoal – postulado por Halliday – que diz respeito aos papéis e atitudes dos falantes (gramática das funções da fala). A *transitividade* compreende os participantes e as circunstâncias da oração em que se encontram (gramática dos processos), formam o componente experiencial. Quanto ao *status*, consiste nas partes da oração, suas particularidades, enquanto unidades de comunicação.

O *status* merece menção especial, pois segundo Pezzati, é “o componente textual que se mostra explicitamente como um conjunto distinto de opções, funcionalmente determinado na gramática subjacente de sentença e que inclui:

(1) relações de pressuposição:

- (a) verbal – entre sentenças e dentro de sentenças – e
- (b) situacional;

(2) relações estruturais (PFS):

- (a) nas unidades sintáticas – sentenças, oração e sintagma – e
- (b) nas unidades comunicativas – estrutura informacional.

As relações de estrutura informacional envolvem as noções de dado e novo, que serão desenvolvidas aqui mais adiante, que abarcará a noção de empacotamento dos nomes em

Chafe (1976), as categorias do modelo discursivo em Prince (1981) e as noções de referência e foricidade no funcionalismo em Castilho (1993, 1996) e Neves (2000, 2004).

Com Halliday (1978) delinea-se de modo perspicuo, a noção de que, na vertente funcionalista, as estruturas das expressões lingüísticas estão relacionadas e a serviço das funções propostas por esse autor. Essas funções não apenas respondem pela organização do plano discursivo, como ainda pela significação na sentença.

Numa sintetização elaborada por Pezzati (2005, p. 198), a produção das expressões lingüísticas através da linguagem, na interação social depende de fatores como:

- (i) da intenção do falante;
 - (ii) da sua informação pragmática;
 - (iii) da antecipação que ele faz de interpretação do ouvinte, com base na informação pragmática que o falante acredita estar disponível ao ouvinte.
- Já a interpretação do ouvinte depende:
- (i) da própria expressão lingüística;
 - (ii) da sua informação pragmática;
 - (iii) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante.

Halliday considera o texto como a unidade maior de funcionamento da língua, o local onde se instalam e se processam os significados. Cabe ao sistema semântico a organização e o ordenamento dos demais sistemas de que a língua se compõe, a fim de promover nos níveis do sintagma, da sentença e do texto a multiplicidade dos itens lingüísticos, por isso uma teoria sistêmica.

Diante de todo esse quadro, que se pretendeu aqui objetivo, percebe-se no modelo de Halliday o cuidado de uma elevada elaboração, primeiramente na maneira como esse autor aborda a “diversidade de noções” e segundo, no modo como encadeia a relação entre o significado e a sua codificação. Por fim, a teoria ainda contempla a relação entre “linguagem, situação e cultura”, evidenciando a preocupação desse estudioso com os contextos e situações/condições em que se dão ou se manifestam a produção dos enunciados, a língua em seu uso efetivo.

4.1.3.2 As perspectivas do funcionalismo de Simon Dik

O modelo proposto por Dik encara a linguagem numa perspectiva teleológica. Para tanto, esse autor toma por inspiração a teoria pragmática da Escola de Oxford e o Internacionalismo Simbólico de G.H. Mead. Neves (2006, p. 19) reflete que a visão de Dik centra-se na interação verbal dos usuários da língua, mas com certa preocupação com o papel

que a expressão lingüística exerce na comunicação, provendo de modo formalizado e generalizante, a gramática.

Dik (1989, p. 1) afirma, com a adoção do posicionamento funcionalista no estudo de uma língua natural, que o principal questionamento a surgir corresponde ao modo como os usuários/falantes “operacionalizam essa língua”, ou seja, de que maneira eles conseguem se fazer entender, e ainda exercerem influência no comportamento uns dos outros, valendo-se dos mecanismos lingüísticos. Neves (2004, p. 76-77), nesse plano, sinaliza que os usuários da língua com o intuito de estabelecer a comunicação valem-se não apenas da capacidade lingüística de produzir e interpretar as expressões lingüísticas e as diversas situações de comunicação.

Sob esse prisma, elencam-se quatro capacidades: a epistêmica, a lógica, a perceptual e a social. Todas elas interagem entre si, de modo que uma favorece a execução da outra. A primeira, de ordem *epistêmica*, compreende a capacidade do indivíduo de criar, guardar e acessar os conhecimentos arquivados em sua memória, de maneira a poder interpretar “expressões lingüísticas ulteriores”. A segunda, *lógica*, abarca as regras de raciocínio do usuário, a potencialidade que ele possui de, valendo-se dos conhecimentos e experiências lingüísticas que acumulou, projetar, deduzir e realizar operações de probabilidade no campo da linguagem. A terceira, *perceptual*, corresponde à capacidade do usuário de percepção do seu ambiente, de seu espaço, o que vale também na produção e interpretação de expressões lingüísticas. Por fim, a última, a *social*, em que o usuário faz uso dos elementos lingüísticos de acordo com a situação comunicativa no intuito de alcançar os objetivos que pretende.

Dik (1980) faz a distinção entre *sistema* e *uso* na língua, mas evita abordá-los separadamente. Para ele, forma e função de enunciados encontram-se intimamente relacionadas, uma não consegue ser entendida sem a outra. Tomando-se a relação entre a intenção do emissor e a recepção por parte do destinatário, tem-se na expressão lingüística apenas o elemento de mediação entre ambos.

No modelo de Dik, a análise dos itens lexicais de uma língua se dá no âmbito de uma predicação, uma relação entre três instâncias: um predicador, um predicado e seus argumentos, por isso mesmo Dik contribui significativamente para o concebimento funcionalista da *Predicação*, uma das vertentes que, segundo Castilho (1994), é abarcada pela *Teoria Composicional dos Sentidos*.

Nas palavras de Neves (2004, p. 79), o modelo de Dik (1985) aponta que o léxico de uma língua consiste num conjunto pleno de todas as estruturas predicativas básicas dessa língua. Os predicados distinguem-se pelas propriedades formais e funcionais. Dik intenciona,

dessa forma, abarcar por completo a estrutura da sentença, indo desde a sua semântica até a “forma fonética de superfície”. (p. 83).

O léxico se encontra, conforme Dik (1989), no “fundo da língua”, local onde residem dois subconjuntos do sistema lingüístico: os predicados básicos e os termos básicos que compõem as expressões basilares da língua. Cada um deles “pode ser estendido por meio de regras sincronicamente produtivas, formando, respectivamente predicados derivados e termos derivados”. Tanto a formação de predicados como a formação de termo têm propriedades recursivas, e, assim, o “fundo oferece um estoque praticamente ilimitado de esquemas de predicado e de estruturas de termos para a construção de predicacões” (NEVES, 2004, p. 83).

Barreto (1999, p. 75) considera os esquemas de predicados básicos, como “os aprendidos ou memorizados”, enquanto que os derivados são apontados pela autora como os processos produtivos numa perspectiva sincrônica.

Por predicado entende-se o conjunto de propriedades ou relações aplicado sobre determinado número de termos. Estes, por sua vez, designam as entidades no universo lingüístico. Juntos, predicados e termos constroem a predicação, “uma codificação lingüística que o falante faz da situação”. (NEVES, 2004, p. 84).

Muitos termos, numa cláusula, frase, podem ser considerados, a depender do nível de exigência da semântica do predicado, como argumentos, enquanto outros que portam informação suplementar denominam-se satélites. Entre os termos e os satélites encontram-se os operadores, elementos gramaticais (determinantes – como os artigos –, quantificadores e flexões).

De acordo com Dik (1989), três níveis atuam na predicação. O primeiro, da predicação nuclear, reúne predicado e argumentos; o segundo, da predicação central, coloca como foco maior a predicação e reuni a predicação nuclear e satélites de nível I; e o terceiro nível, da predicação estendida, compreende a predicação central e satélites de nível II. A proposição consiste num fato possível, determinado pela predicação estendida, operadores e satélites de nível III. A cláusula, por sua vez, compreende uma “variável de ato ilocucional” determinado por operadores e satélites ilocucionários de nível IV.

Segundo Barreto (1999, p. 76), as estruturas de nível I e II “associam-se pela função representacional da predicação”, enquanto as predicações dos níveis III e IV relacionam-se pelas “propriedades interpessoais”. Essa pesquisadora também pontua que funções semânticas, sintáticas e pragmáticas encontram-se presentes na estrutura do predicado.

Diante de todo esse quadro, pode-se perceber que para Dik, os termos, para esse autor, só fazem sentido se estiverem inseridos numa predicação, núcleo de toda a estrutura da

cláusula. Assim, os contributos advindos da semântica dos operadores e satélites, bem como de suas propriedades, e de sua atuação na cláusula, constituem pontos essenciais não só para a “construção de uma semântica plenamente especificada” (BARRETO, 1999, p. 75) como também para o entendimento de seu próprio mecanismo.

A partir das disposições de Castilho (1997) sobre os estudos semânticos da predicação, Souza (2003, p. 68) considera “a relação que o predicador e o verbo tem com seus argumentos”, instância essencial para o entendimento da própria organização dos argumentos sentenciais, verdadeiro “ponto de partida para a verificação das relações entre as classes de palavras e das funções que essas classes desempenham no enunciado”.

4.1.3.3 As perspectivas do funcionalismo em Talmy Givón

A proposta de Givón (1991) funda-se na relação entre cognição e gramática. Esse autor propõe uma “solução híbrida” entre as categorizações elaboradas por Aristóteles – categorização clássica, considera que as classes gramaticais têm propriedades inerentes – e por Wittgenstein – categorização natural (retomada pela Lingüística Cognitiva), preconiza que os elementos das classes gramaticais apresentam graus distintos de integração, o que significa dizer que itens de classes diferentes podem compartilhar certas particularidades/características.

Essas duas categorizações são marcadas por “concepções diferentes de tratar de um mesmo problema, a categorização lingüística” (SOUZA, 2003, p. 80). A falta de um consenso entre os estudiosos da linguagem, nesse sentido, evidencia-se no “entendimento da relação pensamento, língua e mundo” (idem).

A solução híbrida foi denominada por Givón (1986) de *Teoria dos Protótipos*. Por protótipos entendem-se “os itens de uma determinada categoria que compartilham todos os traços ou propriedades dessa categoria”. (BARRETO, 1999, p. 65-66). A depender do número de traços compartilhados por esses itens, têm-se os diferentes tipos de *prototipicidade*.

A noção de protótipo é fundamental para os pressupostos funcionalistas, por admitir a “existência de vaguidade nos limites entre categorias” (NEVES, 2006, p. 22). O protótipo determina a classificação dos membros das categorias lingüísticas pelo chamado “grau de semelhança” (MOESCHLER, 1993, p. 11), não sendo necessário que as similaridades entre as ocorrências sejam devidamente partilhadas por todos os membros de uma dada classe ou família. Nas disposições de Neves (2006, p. 22-23), basta que as similaridades se manifestem em mais de uma ocorrência.

Além da prototipicidade, outra possibilidade que se admite de uma relação entre cognição e gramática encontra-se na *iconicidade*, na motivação icônica, na consideração de que “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual” (p. 23).

Consoante a esse princípio, estruturas sintáticas mais integradas refletem maior integração no plano conceptual. Givón define os princípios de iconicidade como responsáveis pelo governo das correlações de ordem natural entre forma e função. Em sua obra *Syntax*, Givón (1984) busca identificar os princípios gerais da iconicidade na linguagem, partindo do pressuposto da não-arbitrariedade entre estrutura e função. Neves (2004) acentua, a partir dessa obra, que o “caráter natural e não-arbitrário da relação particular entre uma estrutura e uma função é derivado da história particular dessa relação, mais do que de explicações funcionais sincrônicas”. (p. 106).

Givón (1995) tece crítica aos dogmas da lingüística estrutural: (a) a arbitrariedade do signo lingüístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*, e a divisão entre sincronia e diacronia. A refutação de Givón à arbitrariedade do signo reside no fato deste autor, ao contrário do que ela preconiza, acreditar numa relação consistente entre o significante e seu correlato mental, o significado no seu contexto de uso em que se observa “a existência de mecanismos recorrentes, que refletem um processo mais funcional de criar rótulos novos para novos referentes”, utilizando o falante de seqüências já existentes na língua, “estendendo o sentido das palavras”. (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 26).

No tocante a refutação à distinção saussuriana entre *langue* e *parole*, Givón (1995) vê o discurso individual, dispensado da atenção dos estruturalistas, como ponto fundamental para a geração do sistema lingüístico, por sua vez “moldável e em constante transformação” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 27). A dicotomia sincronia *versus* diacronia que o estruturalismo encara como “eixos separados e não-intercambiáveis” (idem), são vistos pelo funcionalismo sob uma perspectiva *pancrônica*, em que se observam “as forças cognitivas e comunicativas” (p. 28), que se manifestam de maneira concreta e universal no ato da comunicação.

Pelo princípio da iconicidade, consegue-se explicar melhor os aspectos relacionados ao plano de extensão da sentença, como a ordenação e a proximidade de seus constituintes lingüísticos, em consonância com alguns fatores: complexidade semântica, grau de informatividade dos referentes no contexto e proximidade semântica entre conceitos”. (p. 26)

Givón (1984), numa reflexão sobre os domínios funcionais da linguagem humana – semântica lexical, semântica proposicional e pragmática discursiva – aponta o domínio da

semântica lexical como o de maior arbitrariedade, levando-se em conta a relação significado lexical e forma sonora, embora nesse caso, entre ambos se mantenha “certo grau de iconicidade”. (NEVES, 2004, p. 106).

A iconicidade ¹⁶ admite um paralelismo entre os constituintes da estrutura lingüística e os constituintes da estrutura da significação (HAIMAN, 1985). Givón (1991), num posicionamento mais apurado, afirma que a estrutura se conduz pelos propósitos, enquanto que a expressão, pelas funções. (NEVES, 2006, p. 23). Esse autor considera a sintaxe enquanto ponto de codificação dos domínios da semântica (proposicional) e da pragmática (discursiva).

Diante das considerações esboçadas, possibilita-se uma compreensão mais delineada dos pressupostos de Givón, especialmente quanto à prototipicidade e a iconicidade, essenciais, por sua vez, para um estudo e interpretação consistentes das perspectivas e aspectos da gramaticalização, uma das vertentes de maior vulto do funcionalismo.

4.1.4 Perspectivas principais da Gramática Funcional

A Gramática Funcional (GF) toma o uso da língua enquanto ponto maior de análise, nele centrando-se, por isso também se pode defini-la como uma “gramática do uso”. Sua intenção principal assenta-se na busca pelo entendimento da maneira como a comunicação é processada linguisticamente sem que, para isso, tenha que se descrever a língua como um sistema autônomo, vendo, portanto, certo vínculo na relação *estrutura e função*, em verdade algo instável, porém capaz de refletir o caráter dinâmico da linguagem.

A GF tem por alvo não apenas a codificação e a decodificação dos elementos/unidades ou expressões lingüísticas, mas os usos e as interpretações desses itens no plano interacional. Neves (2004) argumenta que uma GF deve ser entendida como

uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (p. 15).

¹⁶ Peirce (1940) distingue dois tipos de iconicidade: a *imagética* – da semelhança sistemática entre o item e seu referente, como que num espelho, um refletindo a imagem do outro – e a *diagramática* – em que não há uma semelhança estritamente necessária entre o item e o seu referente, haja vista que a relação entre eles se daria através de um “arranjo icônico de signos”. (NEVES, 2004, p. 106; MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 31).

Para essa autora, a GF deve levar em conta a “competência comunicativa” do indivíduo, sua potencialidade no uso e interpretação das expressões lingüísticas, quer seja nas operações de “codificação” quer nas de decodificação dessas expressões. Neves (2006) redimensiona o conceito de GF, considerando esta enquanto uma gramática de usos que põe “como foco de observação a construção do sentido do texto” (p. 26) no intuito de desvelar “o cumprimento das funções de linguagem”. (idem).

Barreto (1999, p. 61) entende por GF “a que analisa a relação existente entre a gramática de uma dada língua e a sua instrumentalidade de uso”. Pezzati (2005, p. 171) diz que a GF se inclui “numa teoria pragmática de linguagem”, tendo por objeto de análise “a interação verbal” e por tarefa: “revelar as propriedades das expressões lingüísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal”.

Nichols (1984) já afirmava que a GF incluía em suas análises a situação comunicativa, abarcando os participantes e o contexto em que a comunicação se processa. Beaugrande (1993, cap. III apud NEVES, 2004, p. 3) considera como principal tarefa de uma GF, o estabelecimento de “correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

Desde os primórdios da Escola Lingüística de Praga, o uso das expressões lingüísticas no ato da interação verbal vigorou como tônica dos ideais da maioria dos membros dessa escola, o que leva à pressuposição de “certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo-lingüístico” (NEVES, 2004, p. 16).

Muitos estudiosos contribuíram com suas pesquisas e postulações para uma discussão mais acentuada das particularidades e atribuições de uma GF. Halliday (1985) é um deles. Em sua obra, *An Introduction to Functional Grammar*, fornece um panorama amplo do que considera ser uma GF. Para esse autor, ela tem a capacidade de explicar todos os acontecimentos relacionados à língua em uso, daí considerar a GF como uma “gramática natural”, pois se encontra no uso a responsabilidade pela forma do sistema, pela construção e configuração dos elementos de uma dada língua, sem perder de vista as suas respectivas funções em que “cada parte [é] interpretada como funcional em relação ao todo” (NEVES, 2004, p. 63).

Dessa maneira, o texto passa a ser visto como a unidade maior, e a preocupação justamente se volta para a análise dos sentidos que nele se produzem; por isso a semântica, enquanto “sistema de significados de uma língua”, responde pela configuração dos sentidos no texto, valendo-se das unidades lexicais e gramaticais. Essas unidades apresentam-se, em seu funcionamento, como dotadas de um caráter multifuncional. A multifuncionalidade

investiga “o cumprimento de diferentes funções da linguagem e o funcionamento dos itens, segundo diferentes limites de unidade” (idem).

A gramática funcional em Halliday destina-se a investigar e desvelar os significados advindos da codificação elaborada pelos mecanismos lingüísticos. Neves (2004) resume essa disposição:

O fato de ser ‘funcional’ significa que ela [a GF] está baseada no significado, mas o fato de ser ‘gramática’ significa que ela é uma interpretação das formas lingüísticas. A análise lingüística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa, e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem. (p. 74).

Para Dik (1989) a GF consiste numa integração entre as capacidades epistêmica, lógica, perceptual e social (já explanadas neste trabalho), o que a torna uma verdadeira teoria geral quanto à organização dos itens gramaticais da língua, em outras palavras, a “sistematicidade da linguagem” (BOLKESTEIN et al, 1989, p. v apud NEVES, 2004, p. 78).

Na visão de Pezzati (2005, p. 171), Dik (1981, 1989) toma três princípios de adequação exploratória, através dos quais compreende que a GF deve conformar-se. São eles: a *adequação pragmática* – considera que a GF toma como modelo, o usuário da língua e busca mostrar que as expressões lingüísticas devem ser vistas e pensadas como mecanismos utilizados pelo falante para suscitar no ouvinte a interpretação desejada; a *adequação psicológica* – leva em conta o modo como o falante/usuário da língua constrói e formula as expressões lingüísticas e ainda a maneira como o ouvinte as “processa” e as “interpreta”¹⁷; e a *adequação tipológica* – de caráter metodológico, abarca a capacidade que uma teoria funcional deve ter de “fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes”.

A GF, na percepção de Dik, toma a linguagem como fruto da “competência comunicativa” do indivíduo. Por meio da linguagem, da operacionalidade das expressões lingüísticas, o homem estabelece as relações comunicativas.

Castilho (1997) prefere, no lugar de “Gramática Funcional”, falar em “Sintaxe Funcional”, que se reporta à capacidade/à competência comunicativa do falante. Para tanto, “parte da semântica e do discurso e contextualiza a língua na situação social que dá origem as várias estruturas”. (BARRETO, 1999, p. 62).

¹⁷ Neves (2004, p. 81) pontua que na adequação psicológica, a gramática apresenta-se “como uma construção tripartite”, contendo um modelo de produção, um modelo de interpretação e um conjunto de itens e princípios usados em ambos.

Esse autor, levando em conta o postulado funcionalista que aborda a língua como uma “competência comunicativa” (SOUZA, 2003, p. 39), assinala ser a sintaxe funcional caracterizada pela abrangência de três ramos:

(a) como capacidade de criação de sentidos e processamento de informação (Sintaxe/Semântica), que engloba os tópicos:

- (i) Estrutura informacional da sentença: articulação tema/rema;
- (ii) Teoria dos Protótipos;
- (iii) Teoria Localista;
- (iv) Teoria Composicional dos Sentidos: a Predicação;
- (v) Referenciação, dêixis e foricidade;
- (vi) Conjunção.

(b) como capacidade de produção textual (Interface Sintaxe/Texto), que abarca os tópicos:

- (i) Unidade discursiva;
- (ii) Hierarquia tópica;
- (iii) Planos do texto;
- (iv) Descontinuidade do texto;
- (v) Conectividade textual.

(c) como capacidade de promoção da interação verbal (Interface Sintaxe/Conversação), que engloba os tópicos:

- (i) Unidade de construção de turnos;
- (ii) Co-construções;
- (iii) Tipos sentenciais conversacionalmente motivados.

Para este trabalho, tendo-se abordado os pontos mais significativos da Teoria dos Protótipos, da Predicação e da Iconicidade, focalizar-se-ão, de acordo com os objetivos propostos, aspectos dos itens (i) e (v) da Interface Sintaxe Semântica e ainda os tópicos (iii), (iv) e (v), da Interface Sintaxe/Texto. A abordagem desses pontos, embora não estritamente nessa ordem, não pretende ser extensiva, elencando-se apenas os aspectos essenciais ao desenvolvimento das análises a que esta pesquisa se propõe.

4.1.4.1 Estatuto informacional: tema e rema, o dado e o novo na sentença

O estatuto informacional dos constituintes da sentença consiste numa das bases mais estudadas pela corrente funcionalista. Corresponde à Teoria da Articulação Tema-Rema, que

teve, sob a orientação de Herman Paul, 1886, a configuração de seus primeiros esboços. Paul considerava as idéias mais importantes que as palavras, analisando certas propriedades sintáticas e semânticas à luz de princípios psicológicos (BARRETO, 1999, p. 65).

No plano da informatividade – compartilhamento ou suposição de compartilhamento de informações entre os interlocutores na interação –, a classificação semântica e a codificação de referentes no discurso são determinados por “fatores semântico-pragmáticos”. (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 44).

Na perspectiva tradicional, a informação veiculada recebe a classificação levando-se em conta a maneira como se apresenta na sentença/cláusula. Assim, a parte que traz a informação já conhecida, por isso *velha* ou *dada*, chama-se *tema*, e a parte que transporta a informação *nova* denomina-se *rema*.

Para Chafe (1976 apud PEZATTI, 2005, p. 181), a relação dado/novo é um dos itens do “empacotamento dos nomes”, em outras palavras, a maneira que o falante usa para ajustar sua mensagem “aos estados mentais do ouvinte”. Nesse panorama, a informação *velha* tem sua transmissão processada de modo mais fraco que a informação *nova*. A primeira, em virtude de o falante acreditar que ela já pertença à consciência ou ao repertório do ouvinte, a segunda, mais forte, por representar certa novidade informacional que o falante “acredita estar introduzindo na consciência do ouvinte”. (ibid.).

Prince (1981) acredita que a noção de dado *versus* novo vem ajudando a análise de fenômenos lingüísticos tanto na sentença quanto no discurso. Em Halliday e Hasan (1976), o estatuto informacional da sentença relaciona-se ao sentido de “predizibilidade/recuperabilidade”, em que um elemento é recuperável pelo contexto situacional por parte do ouvinte, daí informação *velha/tema*. Por outro lado, quando a informação não é recuperável tem-se o novo/*rema*. Barreto (1998, p. 63) sintetiza delineadamente a respeito da percepção informacional da sentença. Partindo da leitura de Ilari (1986, p. 42), essa autora enceta que “toda frase envolve dois atos de fala, obedecendo cada um deles condições especiais”. As sentenças concentram, no início, a ‘baixa-informatividade’ dada pelo tema, e, em seu centro, a ‘alta-informatividade’ dada pelo rema. O tema corresponde, em geral, ao sujeito, enquanto o rema corresponde ao predicado, isto é, ao verbo e aos seus argumentos.

Prince (1981, p. 235), a partir da noção de conhecimento partilhado por falante e ouvinte, organiza as entidades ou referentes do discurso em três grupos distintos: novas, evocadas e inferíveis. As entidades novas – itens pela primeira vez introduzidos no discurso – podem ser de dois tipos: *disponível*, quando está já na mente do ouvinte, uma entidade única;

e *novo-em-folha*, quando o elemento introduzido no discurso for desconhecido plenamente do ouvinte.

Por entidade evocada ou velha entende-se o elemento já ocorrido no texto ou que “estiver disponível na situação de fala, como os próprios participantes do discurso” (CEZÁRIO; COSTA; CUNHA, 2003, p. 46). Conforme Pezzati (2005, p. 183), uma entidade pode ser classificada em textualmente evocada quando a situação que permeia ou em que se funda o texto ou o discurso serve de referência, podendo ser tomada/acessada pelos participantes do processo comunicativo, no palco do discurso oral, ou pelo leitor, no plano do texto/discurso escrito.

Uma entidade é inferível quando o falante admite que “o ouvinte pode identificar o referente pretendido, via razões lógicas ou plausíveis, de outra entidade discursiva evocada ou inferível” (ibid.). De acordo com Cunha et al (2003, p. 47), os elementos inferíveis, na maioria das vezes, são codificados por artigo definido, pode ser demonstrado numa das frases do conjunto de exemplos de que se valem os referidos autores: (a) O ônibus parou e o *motorista* desceu. Ora, em (a) o item *motorista* é inferível, uma vez que o referente *o ônibus* foi mencionado e é de consenso que todo ônibus possui motorista.

Por outro lado, os referentes novos, informações de não-conhecimento do ouvinte são introduzidos freqüentemente por SNs indefinidos, marcados ou não com artigo indefinido, como na frase que se segue:

(b) Quando eu cheguei aqui vi *um caminhão* que avançou o sinal e acabou batendo em *um táxi*.

Por outro lado, SNs novos, mas de conhecimento dos ouvintes – por já fazerem parte de seu universo cultural –, são codificados por SNs definidos como em

(c) Passei duas horas numa fila, mas consegui subir até *o Cristo Redentor*. (Estátua do Cristo no Rio de Janeiro).

Pezzati (2005, p. 183) apresenta duas subclasses de elementos inferíveis: a não-contida e a contida. Na inferência contida, as entidades possibilitam a inferir dentro do próprio SN, o que não ocorre com a inferência não-contida, em que se recorre a inferências exteriores ao SN da sentença ou frase. A autora fornece um exemplo de elemento inferível contido: “um daqueles ovos”, em que “um de”, obviamente pode ser inferível com precisão, pertence a um conjunto designado “aqueles ovos”.

4.1.4.2 Dos contributos da Sintaxe Funcional à Lingüística Textual

Em muito a Sintaxe Funcional contribuiu para a ampliação dos estudos no âmbito da Lingüística Textual, sobretudo, com o desenvolvimento de reflexões consistentes sobre a operacionalização das unidades discursivas, a constituição da hierarquia tópica, o problema da diferenciação *figura x fundo* e a questão da *definitude e indefinitude* no plano da organização do texto, além das postulações sob a continuidade e a descontinuidade do texto e ainda o processamento da conectividade e da coerência textuais.

Interessa aqui, como informado ao final do item 4.1.4, abordar, e de maneira objetiva, alguns desses temas, os pertinentes ao que propõe esta pesquisa. Antes de adentrar neles, no entanto, uma pontuação se faz necessária com relação à Lingüística Textual, um dos ramos da lingüística que se desenvolveu a partir de 1960 na Europa e cuja principal preocupação “consiste em tomar como unidade básica, como objetivo de investigação, o texto” (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 11).

Os estudos em Lingüística Textual acentuaram-se em virtude das lacunas deixadas pela gramática tradicional no trato de aspectos como a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos definidos e indefinidos, a concordância dos termos verbais entre outros “que só podem ser devidamente explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional”. (p. 12). Além disso, a “análise semântico-sintática” de frases ajudou a firmar a idéia de “ultrapassar os limites destas, passando-se, assim, a uma lingüística textual”. (p. 23).

Tanto o texto do discurso oral quanto o do escrito são construídos obedecendo-se aos princípios comunicativos que buscam levar em conta tanto o falante e seu ouvinte, quanto o emissor do texto escrito e o seu receptor. Para que a informação se processe adequadamente e a interação falante/ouvinte, emissor/receptor possa ocorrer satisfatoriamente, ou seja, para que os interlocutores possam partilhar das mesmas perspectivas, há por parte do emissor a atitude de orientar o receptor quanto ao “grau de centralidade e de perifricidade” dos enunciados que constituem os discursos, gerando uma espécie de divisão entre *central* e *periférico*, que equivale à distinção entre *figura* e *fundo*. (CUNHA et al., 2003, p. 39).

Quer no discurso oral quer no escrito, algumas partes informacionais podem ser consideradas “mais relevantes que outras”, destacando-se de um fundo que lhes confere suporte ou sustentação. A parte que serve de sustento aos aspectos principais abordados no discurso no texto, que os situa, denomina-se *fundo*. A parte principal que contém os pontos de maior peso informacional do discurso, “a linha mor da comunicação”, consiste na *figura*. (PEZZATI, 2005, p. 190).

Hopper e Tompson (1980 apud CUNHA et al., 2003, p. 38) abordam a diferenciação entre figura e fundo, no plano do que denominam de transitividade oracional, associando esta a uma função discursivo-comunicativa em que o interesse do falante/emissor refletirá diretamente na estrutura do seu discurso.

No domínio narrativo, figura corresponde aos eventos concluídos, suas seqüências temporais, enquanto o fundo consiste na descrição das cenas, dos ambientes, dos estados, localização espacial dos personagens, nos comentários avaliativos diversos. (CUNHA et al., 2003, p. 39).

4.1.4.2.1 *Definitude e indefinitude numa abordagem funcionalista*

Ainda no plano do texto, outros dois estudos se distinguem, o da *definitude* e o da *indefinitude*. No caso do primeiro, ocorre como que uma fixação, um registro pleno no conjunto de mecanismos cognitivos dos envolvidos na interação discursiva. Os termos definidos exercem uma função condutiva, guiam o destinatário/receptor para uma determinada entidade em relação à qual o falante/emissor predicará. A informação fornecida por meio desses termos é considerada suficiente para que o destinatário possa entender a mensagem, possa compreender e captar a idéia/intenção/proposição do falante/emissor. O uso do artigo definido, nesse sentido, é um importante recurso. O termo encetado por ele tem a propriedade de, na medida certa, promover no destinatário a capacidade deste “entender o referente pretendido numa classe teoricamente infinita de referentes possíveis e virtualmente disponíveis em qualquer situação de comunicação”. (PEZZATI, 2005, p. 205).

Ao usar um termo definido, portanto, o falante/emissor faz com que o destinatário identifique o referente sem dificuldades, pois este já se encontra disponível a ele (no arquivo mental do referente, conforme apregoa a Linguística Cognitiva).

Ainda, em consonância com Pezzati, a definitude consiste numa das funções pragmáticas, no plano da Gramática Funcional, que exercem os constituintes oracionais e extra-oracionais na organização discursiva. Essa autora assinala que na definitude, o falante auxilia o destinatário tomando por fundamento:

- (a) a informação pragmática de longo prazo do destinatário;
- (b) a informação de curto prazo, por ter sido introduzida no discurso anterior;
- (c) a informação disponível em meio à situação interacional-discursiva;
- (d) as inferências do destinatário, inferências deduzidas tanto em (a), quanto em (b) e (c).

Caso não haja informação pragmática suficiente para que o destinatário/receptor possa identificar o referente do termo pretendido, o falante pode ajudar na construção de outra unidade para o texto que funcione como o referente ao termo pretendido pelo modelo mental do destinatário.

A indefinidade, os termos indefinidos, embora segundo Pezzati, não possuam a propriedade de fixação, como no caso dos definidos, muito respondem pela construção dos referentes, atuando na tessitura daqueles que satisfarão as bases cognitivas do aparato lingüístico do destinatário/receptor.

4.1.4.2.2 A progressão no texto, a coerência e a coesão

No âmbito das proposições sobre o dispositivo de manutenção da linearidade discursiva, notadamente no que se refere à progressão textual, dois aspectos devem ser levados em conta: a continuidade e a descontinuidade tópica. Fávero e Koch (2007, p. 39) encetam que o tópico (ou o tema) junto com o comentário (ou o rema) apresentam na estrutura temática do texto importante função, claramente de natureza discursiva.

Koch e Elias (2007, p. 173) entendem por tópico cada um dos fragmentos informacionais em que um texto pode ser dividido. Um fragmento corresponde a uma unidade tópica que concentra certa delimitação informativa. O texto é formado por um conjunto dessas unidades, cuja hierarquização – há unidades de maior, outras de menor grau de informação, elas podem ser entendidas como partes ou subpartes subordinadas a uma unidade superior, o tópico central do texto – atua na progressão textual.

As autoras pontuam que a progressão tópica pode ser contínua ou descontínua. A primeira decorre quando “após o fechamento de uma seqüência tópica, há continuidade”, ou seja, o tópico pode ser mantido ou se fecha para a abertura de outro, operacionalizando-se uma “ligeira mudança tópica” (p. 180). Quanto à descontinuidade tópica ocorre quando há “um desvio da seqüencialidade linear” (BARRETO, 1999, p. 84), uma “quebra ou ruptura antes do fechamento de um segmento tópico” (KOCH; ELIAS, 2007, p. 180) provocado, principalmente, por digressões.

A organização tópica exerce papel essencial no desenvolvimento e manutenção da conectividade textual, notadamente na operacionalização dos mecanismos de coerência e coesão, fatores responsáveis diretamente pela textualidade, propriedade que faz da seqüenciação de unidades lingüísticas um texto.

De acordo com Weinrich (1964 apud KOCH, 2003, p. 12), texto é uma “estrutura determinativa” dotada de partes interdependentes “em que cada uma é necessária para o entendimento das demais”. Isto significa que deve haver certa conexão entre essas partes, de modo a se estabelecer sentido entre elas, proporcionando ao texto a coerência.

Conceitualmente, *coerência* pode ser traduzida como sentido. Consiste na propriedade que os elementos lingüísticos presentes num texto, aliados a outros quer sejam do contexto, exteriores ao texto, têm de atribuir a uma unidade textual, sentido(s). A coerência depende para se realizar plenamente de uma gama de fatores. Segundo enumera Barreto (1999, p. 86), tais fatores podem ser:

- (a) *cognitivos*: como o conhecimento partilhado, a intencionalidade, a informatividade, a aceitabilidade;
- (b) *situacionais*: relacionados à situacionalidade;
- (c) *estilísticos*: dizem respeito à coesão e à seleção lexical;
- (d) *ilocucionais*: relacionados à continuidade na progressão conversacional;
- (e) *socioculturais*: compreendem sobretudo a intertextualidade.

Boa parte dos fatores elencados por Barreto encontra-se em Beaugrande e Dressler (1981) na obra *Introduction to Textlinguistics*, enquanto fatores de textualidade. Para esses autores, a coerência ocupa papel essencial nas discussões sobre o funcionamento do texto. Sob essa perspectiva, ela consistiria na principal responsável pela “veiculação dos sentidos no texto”, organizando coadunadamente os “conceitos subjacentes ao texto” e mostrando o quanto podem ser “acessíveis e relevantes entre si”.

Em Marcuschi (1983), a coerência é o resultado de uma teia complexa de fatores lingüístico-cognitivos e interacionais. No livro *Cognição, linguagem e práticas interacionais*, publicado em 2007 – em que reúne um conjunto de ensaios publicados entre 1999 e 2005 –, esse autor dedica boa parte do primeiro capítulo à definição e caracterização da coerência que, segundo postula, “não é algo que pode ser identificado localmente no texto, mas é fruto de uma atividade de processamento cognitivo altamente complexo e colaborativamente construído”. (p. 13).

Portanto, coerência como algo dinâmico que reside, sobretudo, na mente do que na tessitura textual, como processo cognitivo, logo, não passível de representação, transpassando o “princípio da materialidade” do texto, firmando-se enquanto “critério de processamento textual, seja na fala ou na escrita”. (p. 14). Um critério que poderia ser compreendido como de textualização, “uma atividade desenvolvida num movimento de colaboração” (ibid.).

Marcuschi (2007, p. 16) enumera três perspectivas teóricas especiais para o entendimento da noção de coerência:

- (a) coerência como *propriedade do texto*, ligada a determinado uso do código e a suas relações imediatas;
- (b) coerência como resultado de *processos inferenciais*, constituída mediante aspectos cognitivos, lógicos e pragmáticos, com base na organização e concatenação de inferências;
- (c) coerência como *resultado coletivo, conjuntamente construída*, daí uma noção interacional, resultante do trabalho colaborativo dos envolvidos na co-produção do texto, em que o sentido ocorre na construção social, no ato da comunicação/da leitura do texto.

Quanto à *coesão*, consoante Beaugrande e Dressler (1981), corresponde à maneira como os elementos lingüísticos se encontram interligados no texto, “numa seqüência linear”, por meio de mecanismos gramaticais.

Para Halliday e Hasan (1976, p. 4), a coesão se realiza por meio do sistema léxico-gramatical e “ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro”. Esses dois autores ainda postulam que a coesão ajuda no estabelecimento dos sentidos e de suas relações no texto, no entanto, ela não é o instrumento suficiente para operar a construção textual. Tal idéia é compartilhada por Marcuschi (1983), para quem o “nível do sentido” concentra a possibilidade maior de desencadear, sem a necessidade dos recursos coesivos, a constituição do texto.

A coesão textual compreende uma relação semântica que se estabelece entre um item do texto e outro indispensável para sua compreensão e interpretação. Numa leitura de Halliday e Hasan (1976), Koch (1990, p. 16) sintetiza o que esses autores refletem sobre o papel das relações coesivas no plano textual.

A coesão, por estabelecer *relações de sentido*, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos. A cada ocorrência de um recurso coesivo no texto, [Halliday e Hasan (1976)] denominam ‘laço’, ‘elo coesivo’.

Koch (1990), “tomando por base a função dos mecanismos coesivos na construção da textualidade” (p. 27), considera a existência de “duas grandes modalidades de coesão”:

(a) a referencial, em que um elemento (forma referencial ou remissiva) “da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) presente(s) ou inferível(is) a partir do universo textual” – referente textual – (p. 31). A remissão pode ser anafórica (relaciona um elemento a outro anterior) ou catafórica (relaciona um elemento a outro posterior);

(b) a seqüencial ou seqüenciação, compreende os “procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto [...], diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” (p. 53), ao passo em que promove a progressão textual, por sua vez determinada por dois tipos de seqüenciação – ou mecanismos, conforme Barreto (1999, p. 86). São elas: (i) a *parafrástica* – marcada pelo fluxo informacional lento, repleto de rodeios e retornos no âmbito do texto – envolvendo procedimentos de recorrência/reiteração de termos, de estruturas (paralelismo sintático), de conteúdos semânticos (paráfrase), de recursos fonológicos segmentais e/ou supra-segmentais, de tempo e aspecto verbal; e (ii) a *frástica* – sem rodeios no fluxo informacional – envolve os procedimentos de manutenção e progressão temática, o encadeamento por justaposição ou por conexão.

4.2 FORICIDADE, DÊIXIS E REFERENCIAÇÃO

Quanto aos temas foricidade, dêixis e referenciação, embora ligados à discussão proposta pela Sintaxe Funcional em Castilho (1997), preferiu-se aqui, pela importância informacional, abordá-los detalhadamente. Assim, pontuar-se-á, de início, as perspectivas da foricidade e da dêixis, tomando-se por aporte as reflexões de Lyons (1980), de Castilho (1993), de Barreto (1999), de Neves (2000) e de Souza (2003).

Em seguida, explanar-se-á sobre a questão da referenciação e dos contributos referenciais, no âmbito do funcionamento dos artigos no português, com incrementação das disposições que a Lingüística Textual apresenta para o entendimento do ato de referenciar, em autores como Halliday e Hasan (1976) e Weinrich (1964, 1971, 1973), notadamente em sua Teoria do Artigo, e ainda nas postulações mais atuais, na vertente da Referenciação propriamente dita, de teóricos a exemplo de Koch (1990), Marcuschi (1998, 2003, 2007), Mondada e Dubois (2003), Apothéloz e Chanet (2003), Milner (2003), Conte (2003), Liberato (2001) e Neves (2000, 2006, 2007).

4.2.1 A foricidade e a dêixis

Castilho (1993, p. 122-123) prefere o uso do termo foricidade em lugar de referenciação, por considerar este último dotado de caráter ambíguo, muitas vezes, ou mesmo ambivalente, tendo-se em vista significar não somente os mecanismos e processos de designação, mas ainda os de retomada de conteúdo no texto/no discurso.

No âmbito da perspectiva funcionalista, Castilho discute os principais aspectos semânticos dos determinantes – artigos e demonstrativos – sob a ótica da foricidade, apresentando esta como um “processo fundamentalmente semântico-textual de retomada dos conteúdos verbais já mencionados no texto, ou contidos na situação de fala, trazendo-os à nossa lembrança”. (idem).

Para esse teórico, os artigos – sobretudo os definidos –, os pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos) são os itens representativos do campo da foricidade, atuando “como verdadeiros operadores fóricos”.

Souza (2003, p. 75) considera os itens fóricos, como formas referenciais ou remissivas, elementos da língua “que não podem ser interpretados por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação”. A autora toma como base para a tessitura das argumentações que apresenta nesse campo, os estudos de Neves (2000) que na introdução à segunda parte da *Gramática de usos do português*, intitulada *A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas*, afirma existirem termos da língua cuja função particular é “de fazer referenciação, entretanto sem nomear, ou denominar como os substantivos”. (p. 389).

Tais palavras ou termos são designadas como *fóricas* (lat. *fero*, gr. *phéro*: “levar”, “trazer”), pois “têm como traço categorial, a capacidade de remeter-se a algum outro elemento”, de fazer referência quer aos participantes do discurso (na interlocução) quer aos “participantes dos eventos” (na remissão textual). Portanto, caracterizam-se por serem portadores ou por exercerem uma função “fundamental no uso da linguagem”: a de realizar e ajudar na firmiação e estabelecimento da coerência e da coesão textuais.

Neves assinala ainda que as palavras fóricas, como os artigos definidos, principalmente, e os pronomes – pessoais, demonstrativos, possessivos e de tratamento – são, em geral, considerados *pronominais*, dados os traços de caráter referenciativo muito similares que essas palavras possuem e que as une.

Castilho (1993, p. 123) faz menção, a partir das análises de Renzi (1988, p. 622), aos aspectos que uma gramática da foricidade deveria tomar como diretrizes de funcionamento: (1) a posição do referente retomado; (2) a natureza semântica de tal referente; (3) a disposição que esse referente ocupa no enunciado; e (4) a extensão do referente (um sintagma? uma sentença? ou uma unidade discursiva completa?).

Neves (2002, 2004), por sua vez, apresenta a foricidade, a predicação e a conjunção, num plano de investigação semântica, enquanto processos básicos constituintes do enunciado, o que também encontra assento nas disposições de Poggio (2002, p. 38). O fundamento

basilar da coesão textual seria configurado pelos arranjos que os itens, em processos fóricos, realizariam de modo a compor a “teia do texto” (SOUZA, 2003, p. 76).

Quanto à *dêixis*, aparece inicialmente na foricidade, explicita Poggio (2002, p. 38) apoiando-se em Castilho (1996). No entanto, os operadores fóricos distinguem-se dos dêiticos, por apresentarem funções distintas. De acordo com Lyons (1980, p. 260), o termo *dêixis*

provém da palavra grega [*deiktikos*] que significa “mostrar” ou “indicar” por se referir à função de pronomes pessoais e demonstrativos, de tempo e de um leque de traços gramaticais e lexicais que ligam os enunciados dos eixos espaço-temporais do ato da enunciação.¹⁸

Os gramáticos gregos utilizavam o adjetivo dêitico (*deiktikos*) com o sentido de demonstrativo. Na verdade, eles não faziam diferenciação sob o prisma da forma ou da função semântica, entre pronomes demonstrativos, artigo definido e pronome relativo.

No capítulo quarto da obra *Sémantique linguistique*, intitulado *Deixis, espace et temps*, Lyons fornece um entendimento mais completo sobre em que consiste a *dêixis*, mostrando que ela engloba não apenas as funções que caracterizam os pronomes demonstrativos, mas também o tempo e a pessoa e um número significativo de aspectos relacionados ao contexto da enunciação. Nas palavras do autor:

Por *dêixis* entende-se a localização e a identificação das pessoas, objetos, processos, eventos e atividades de que se fala e aqueles a que se faz referência pela relação ao contexto espaço-temporal criado e mantido pelo ato da enunciação e pela participação, em regra geral, de um único locutor e de ao menos um interlocutor.¹⁹ (p. 261).

Para Trask (2006, p. 52), *dêixis* significa “apontar por meios lingüísticos”, enfocando-se o tempo, o lugar e os papéis diferenciados dos participantes/indivíduos envolvidos no ato de fala. O autor enceta que há diferentes tipos de *dêixis* na língua, evidenciando-se distintas “categorias dêiticas”, cujo ponto de referência “é sempre a identidade do falante e o momento e o lugar da fala”. No rol das palavras dêiticas, esse estudioso apresenta pronomes pessoais, de tratamento, demonstrativos e advérbios.

¹⁸ [...]provient d’un mot grec [*deiktikos*] signifiant ‘montrer’ ou ‘indiquer’ pour se référer à la fonction des pronoms personnels et démonstratifs, des temps et d’un éventail de traits grammaticaux et lexicaux qui relient les énoncés aux coordonnées spatio-temporelles de l’acte d’énonciation. (Tradução minha).

¹⁹ Par *deixis* il faut entendre la localisation et l’identification des personnes, objets, processus, événements et activités dont on parle et auxquels on fait référence par rapport au contexte spatio-temporel créé et maintenu par l’acte d’énonciation et la participation en règle générale d’un locuteur unique et d’au moins un interlocuteur. (Tradução minha).

Barreto (1999, p. 80) e Souza (2003, p. 76), partindo de Castilho (1996) parecem uníssonas quanto às classes de palavras que se podem considerar como dêíticas. Enquanto a primeira autora focaliza, em linhas gerais, o papel dêítico dos artigos e dos demonstrativos – de modo especial, elencando a classe dos *mostrativos*, em Castilho (1993, p. 121): *este/esse/aquela* (e formas plurais e femininas), *isto/isso/aquilo*, *ele*, *o*, *mesmo*, *próprio*, *semelhante*, *tal* –, a segunda destaca entre outras três classes: a dos pronomes, a dos advérbios e a dos artigos. Ambas concordam que todos os elementos pertencentes a essas classes têm um traço em comum: a foricidade.

Marcuschi (2007, p. 76) apresenta, tomando as disposições de Karl Bühler (1978[1934]), que a dêixis deve ser encarada pelos pesquisadores, no plano funcional e cognitivo, como um dos instrumentos responsáveis por fazer da referenciação, “um ato de construção criativo e não um simples ato de representação ou de designação extensional de uma expressão no mundo extra-mental” (MARCUSCHI, 2007, p. 79), em virtude dos elementos dêíticos obterem sua determinação referencial na “relação com os contextos e os falantes” (p. 76) e, sobretudo, pela extraordinária potencialidade que possuem na representação lingüística.

A dêixis pode gerar, segundo pensa esse estudioso, um jogo ficcional em que “os interlocutores situam-se imagetivamente num tempo e espaço” no qual os dêíticos atuam como um palco, numa peça teatral, daí a afirmação de que a dêixis é capaz de, tal qual os atores no teatro, “tornar presente o ausente” (p. 77).

4.2.2 A referenciação e suas considerações

Koch e Marcuschi (1998) partem de uma concepção do termo referenciação enquanto atividade discursiva, o que desencadeia a perspectiva de uma “visão não-referencial da língua e da linguagem” (KOCH, 2003, p. 79). Tal posicionamento é defendido por Mondada e Dubois (1995, p. 278-280)²⁰ que apoiadas em Sacks (1972) – cuja intenção é a de descrever os procedimentos lingüísticos e cognitivos dos quais os atores sociais se valem “para fazer referência uns aos outros” (KOCH, 2003, p. 42) – consideram a referência a elementos do mundo físico no âmbito de um processo de categorização discursiva e cognitiva.

²⁰ MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction des objets Du discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. In : BERRENDONNER ; REICHLER-BÉGUELIN (Ed.). 1995. p. 273-305.

Dessa forma, a referenciação pode ser traduzida como algo negociado no discurso que, como lembra Souza (2003, p. 69), “resulta na construção de referentes, de modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral”. Daí o fato de Castilho (1993) ver os termos “foricidade” e “referência”, no espaço terminológico, como algo conflitante entre si.

Mondada (2001 apud KOCH, 2005, p. 34) propõe a tese da substituição do termo *referência* – atrelado classicamente à noção filosófica de verdade e de correspondência plena com o referente – pelo termo *referenciação*, por este privilegiar o plano das relações intersubjetivas e sociais e ainda por considerar que os objetos do discurso são construídos interativamente pelos interlocutores no ato enunciativo.

Desse modo, não mais se procura uma relação especular entre as palavras e as coisas (objetos do mundo), mas sim, toma-se em conta a situação discursiva referencial, os sujeitos envolvidos na enunciação, no discurso e as informações alocadas na mente desses sujeitos (memória discursiva), por isso a referenciação substitui a idéia de “objetos-do-mundo-da-referência” por objetos-de-discurso (KOCH, 2003, p. 79-80).

Koch (2005, p. 34) sintetiza tal quadro, ao reafirmar ser a referenciação “uma atividade discursiva”, tendo em vista que a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente em localizar um segmento lingüístico no texto (um “antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva”. (p. 35).

Dessa forma, as atividades de linguagem desenvolvidas pelos sujeitos – por sua vez históricos e sociais – na interação e no discurso constituem os objetos-de-discurso no campo das práticas sociais.

Na segunda metade do século XX, após o declínio de tendências marcadas notadamente pelo viés estruturalista, logicista e internalista, a referenciação ganha forças, embora os estudos sistemáticos nessa linha só tenham tomado corpo mais recentemente no cenário lingüístico. Tal avanço tem beneficiado/favorecido a abertura de novas e preciosas perspectivas reflexivas e argumentacionais nos estudos semânticos, pragmáticos, textuais, psicolingüísticos, neurolingüísticos, sociolingüísticos, funcionais, sociofuncionais e conversacionais.

Além disso, as pesquisas em referenciação têm demonstrado a possibilidade articuladora que ela consegue motivar/estabelecer entre a Lingüística e outras disciplinas, a título das Ciências Cognitivas, da Antropologia, da Psicologia, da Sociologia e das Neurociências, como preconizam Koch, Morato e Bentes (2005, p. 10).

Apothéloz (2001, p. 30-32 apud CAVALCANTE, 2003, p. 125) acredita que a referenciação transpassa a idéia de que o emprego de expressões referenciais seja o instrumento suficiente para dar conta da operacionalização dos processos envolvidos na atividade de referenciar. Para esse teórico, o processo da referenciação abarca um conjunto de ações que no evento comunicativo, na relação de ajustamento conversacional entre os enunciadores, constrói o referente.

Numa perspectiva cognitiva social, “interacionalmente situada”, Cavalcante (2003, p. 125) diz ser

da inter-relação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes, ou objetos-de-discurso [...]. Os referentes passam a ser, assim, não uma entidade congelada que herdamos e transferimos, mas uma instância de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera.

Para Neves (2006, p. 75), referenciação “envolve interação, e conseqüentemente, intenção”, corresponde à construção do discurso, da própria constituição textual, ou seja, diz respeito à “capacidade de referenciar”. Em *Texto e gramática*, obra publicada em 2006, a autora se vale do termo referência, sobretudo no sentido de designar o “processo de referenciar”. (p. 148). Em recente artigo, *A referência e sua expressão*, publicado em 2007, essa pesquisadora não apenas apresenta a idéia de “referência” como também a de “referenciação” para a tessitura das análises que desenvolve sobre os artigos e os demonstrativos no português. A intenção de Neves é de centralizar o foco da discussão que propõe, sobre a referência e sua expressão numa perspectiva de análise sob a base funcionalista, “ficando implicada a situação interacional-discursiva, e ficando, pois, incorporada a pragmática na descrição dos processos de interpretação referencial”. (p. 241).

Marcuschi (2007, p. 69-70) acredita que uma “teoria cognitiva deve dar conta de todos os aspectos da língua [inclusive] das atividades de referenciação”. Esse estudioso considera que os processos de referenciação têm lugar de destaque na construção das vivências humanas. Ele postula que “as referências são elaboradas e transmitidas discursiva e interativamente”. Por fim, admite ser a referenciação “uma atividade criativa e não um simples ato de designação”, ou de identificação, constituindo-se, de fato, numa atividade das mais complexas.

Marcuschi sinaliza que a referenciação se funda “em atividades recorrentes e em relações intersubjetivas e não numa relação direta com o mundo”. Portanto, referir não é “um ato de ostentação direta entre linguagem e mundo” (p. 101). Sob essa linha sócio-cognitivista, conclui ser “a referenciação uma ação interativa, construtiva e não representacional,

possivelmente componencial, que fornece pistas de acesso para elaboração de sentidos” (idem).

Koch e Elias (2007), em *Ler e compreender os sentidos do texto*, vêm a referenciação enquanto formas diversas de “introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (p. 123), verdadeira “atividade discursiva” em que o sujeito, através da escolha, seleciona determinadas formas de referenciar, obedecendo a seu interesse de manifestação de sentido, ou seja, ele escolhe dada forma “em função de um querer-dizer” (p. 124).

4.2.2.1 A progressão referencial

Koch e Elias (2007, p. 123) apontam que a introdução de referentes velhos ou novos, bem como sua identificação, manutenção e retomada quer no texto quer no discurso, compreende a chamada *progressão referencial*, que por sua vez, não implica a necessidade de operações correferenciais, afinal como postularam Koch e Marcuschi (1998) quanto às relações hierárquicas, entre os termos “referir”, “remeter” e “retomar” – termos bastante utilizados quando o assunto em pauta é progressão textual:

- (a) a retomada implica remissão e referenciação;
- (b) a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- (c) a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.

De acordo com Koch e Elias (2007, p. 125-126), três estratégias de referenciação estão envolvidas na construção de referentes textuais:

- (1) *introdução* (construção) – em que um “objeto” novo é introduzido no espaço do texto, sendo a expressão lingüística que o representa colocada em foco;
- (2) *retomada* (manutenção) – em que um “objeto” através de uma forma referencial é ativado, de maneira que se tem o objeto-de-discurso em foco;
- (3) *desfocalização* – em que um novo objeto-de-discurso é introduzido e passa, por sua vez, a ocupar posição focal. Quanto ao objeto tirado de foco fica em parcial estado de ativação – *stand by* – podendo ser utilizado sempre que necessário.

Através dessas estratégias, um referente “já existente” pode ser acessado, modificado ou expandido. Assim, ao longo do processo de compreensão do texto, cria-se na mente do leitor/ouvinte “uma representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente”. (p. 126).

As autoras também elencam as principais formas de introdução no modelo textual: a da *ativação ancorada* e *não-ancorada*. A ativação não-ancorada ocorre quando um objeto-de-

discurso, pela primeira vez, é introduzido no texto. Quanto à ativação ancorada, ocorre quando “um novo objeto-de-discurso é introduzido no texto, tomando-se por base associações com elementos já presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo” (p. 127).

A ativação ancorada compreende as operações anafóricas indiretas e as associativas. Koch e Elias entendem por anáfora

o mecanismo lingüístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste. Comumente, reserva-se a denominação de *anáfora à remissão para trás* [...] e de *catáfora à remissão para frente* [...]. (ibid., grifos das autoras).

As anáforas indiretas caracterizam-se pela não existência no co-texto de um antecedente explícito, mas de um elemento âncora, tomado como decisivo para a operação interpretativa. As anáforas associativas caracterizam-se pela introdução de referente novo no texto, a partir de “relações meronímicas” em que um elemento é considerado ingrediente do outro no texto.

Há ainda na ativação ancorada, as *rotulações*, também conhecidas como *nominalizações*, processo em que enunciados anteriores, veiculados no texto, se transformam em objetos-de-discurso, ou seja, uma expressão nominal resume/sumariza tudo o que antes dela, no texto/discurso, foi enunciado, portanto, conforme Conte (2003, p. 178), funciona como verdadeiro *encapsulamento anafórico*, recurso coesivo através do qual um SN “funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”. Ressalte-se que tal porção textual pode ter “extensão e complexidade variada”. O processo de retomada ou de manutenção no modelo textual responde pelo surgimento das *cadeias referenciais*, por isso funciona como mantenedor da progressão textual.

Quanto ao estágio da *retomada* ou da manutenção no modelo textual, que dá origem às cadeias referenciais ou coesivas, consoante as disposições de Koch e Elias (2007, p. 131), responde pela operacionalização, no plano do texto e do discurso, “de objetos previamente introduzidos”. Pode realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical – pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos – como por intermédio de recursos de ordem lexical – reiterações de itens lexicais, sinônimos, nomes genéricos, hiperônimos etc.

O estabelecimento das estratégias de referenciação textual se dá em três planos principais, que serão caracterizados a seguir.

(1) No uso de pronomes ou outras formas de valor pronominal, também conhecida como “pronominalização (anafórica ou catafórica) de elementos co-textuais”. (p. 131).

(2) No uso de expressões nominais definidas ou descrições nominais definidas, formas lingüísticas dotadas de um determinante definido – artigo definido ou pronome demonstrativo – seguido de um nome. Tais expressões são extremamente relevantes para os propósitos/intenções do locutor, pois são formas sob as quais se operam determinadas seleções, “dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um referente – reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor” (p. 132).

Auxiliam sobremaneira na construção do sentido do texto e na percepção deste, vez que a escolha de uma descrição definida oportuniza ao leitor/ouvinte informações importantes sobre o próprio plano e viés textual. Trata-se, portanto, geralmente, de ativação, “dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com o(s) interlocutor(es), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar segundo suas intenções” (idem).

Koch e Elias alertam que, por outro lado, o fato de valer-se de expressões definidas, possibilita ao locutor “dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro”, com o objetivo de particularizá-lo de um dado modo.

(3) No uso de expressões nominais indefinidas pode se manifestar também a referenciação, embora, como aponta Koch (2003, p. 88), constitua “ponto pouco discutido na literatura” sobre o assunto. Essa autora assevera que o uso de tais expressões ocorrem “com função anafórica” e não como introdutoras de novos referentes textuais, como caracteristicamente lhes é mais próprio.

Koch e Elias (2007) também postulam algumas funções cognitivo-discursivas desempenhadas pelas expressões nominais referenciais – definidas ou indefinidas – em que os artigos se fazem muitas vezes presentes, como nos casos:

- (a) da *ativação/reativação na memória* – consiste na (re)ativação na memória do interlocutor de elementos já apresentados no texto ou sugeridos pelo cotexto. Têm função predicativa, “pois carregam informação nova;
- (b) do *encapsulamento e rotulação* – consiste na sumarização de informações já anunciadas no texto, portanto precedentes, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal, verdadeiro objeto do discurso, na maioria das vezes, os nomes-núcleos dessas expressões são nomes genéricos cujo sentido é determinado pelo co-texto. “Ao rotularem uma parte do co-texto que as precede ou que as segue, elas estabelecem um novo referente” (p. 139) que poderá constituir-se no tema dos enunciados posteriores;

- (c) da *organização macroestrutural* – formas remissivas anteriormente mencionadas servem como sinalizadoras da argumentação do autor do texto, indicando continuidade, mudança/fechamento de tópico e ainda ligação entre tópicos e subtópicos no texto, contribuindo de maneira decisiva na marcação de parágrafos;
- (d) da *atualização de conhecimentos por meio de retomadas realizadas pelo uso de um hiperônimo* – o autor se vale do hiperônimo para retomar um termo pouco usual, servindo, assim, como estratégia para a atualização dos conhecimentos do interlocutor;
- (e) da *especificação por meio de seqüência hiperônimo/hipônimo*²¹ – é o caso da anáfora especificadora, introduzida sobretudo, pelo artigo indefinido, ocorre quando se procura dar a categorização um maior refinamento;
- (f) da *construção de paráfrases anafóricas: definicionais e didáticas* – permitem ao leitor o aprendizado de palavras até então por ele desconhecidas. Nas anáforas definicionais o termo a ser definido (*definiendum*) é previamente introduzido e a definição (*definiens*) é aportada pela forma anafórica. Na anáfora didática, o *definiens* vem como expressão introdutora e o *definiendum* como expressão referencial, aparecendo ou não entre aspas. Nesse tipo de anáfora, o locutor primeiro define um termo – vocábulo técnico ou não – de maneira concisa para logo em seguida, apresentá-lo no texto, algo muito significativo nos textos científicos;
- (g) da *introdução de informações novas* – tem a intenção de caracterizar o referente de uma determinada maneira;
- (h) da *orientação argumentativa* – consiste no uso de termos ou expressões que podem ser ou não metafóricas. É um dos procedimentos mais comuns dos gêneros opinativos, “constitutivas da orientação argumentativa do texto” (idem, p. 146);
- (i) da *categorização metaenunciativa de um ato de enunciação* – encapsulam o conteúdo de um segmento textual, muitas vezes categorizando e até avaliando a enunciação realizada.

4.2.2.2 A Linguística Textual, a referência e os artigos

²¹ Koch e Elias (2007, p. 143) consideram hiperônimos os termos mais genéricos que designam o gênero e hipônimos, termos não específicos indicam a espécie. Não são, no entanto, relações absolutas, pois um termo pode ser hipônimo de um mais genérico, e hiperônimo de outro, mais específico.

A Lingüística Textual vem tendo nas últimas décadas grande impulso, sobretudo com os trabalhos realizados por vários lingüistas no âmbito da gramática textual. Ramo da lingüística que toma “como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação [...] o texto” (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 11), a Lingüística Textual também conhecida como Lingüística de Texto, como prefere Neves (2006, p. 26) numa abordagem marcadamente funcionalista, tem sua origem na década de 60 na Europa, desenvolvendo-se de modo especial na Alemanha. O primeiro a empregar esse termo, com o sentido que lhe é hoje característico foi Weinrich (1966) em sua obra *Linguistik der Lüge*.

A partir de então uma diversificada bibliografia começa a tomar corpo sobre esse assunto. No entanto, também diversas eram as concepções veiculadas pelos inúmeros autores das mais distintas correntes lingüísticas e literárias sobre o texto, conseqüentemente variadas também eram as denominações que a LT acabou por receber.

Pode-se sucintamente afirmar que o surgimento da LT está atrelado ao desenvolvimento das chamadas gramáticas textuais, que tinham entre seus objetivos fornecer contributos na tentativa de suprir as lacunas “das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a correferência, a pronominalização, a seleção dos artigos [...], a concordância dos tempos verbais e vários outros que só podem ser explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional”. (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 12).

A Lingüística do Texto consiste num campo interdisciplinar, pois não apenas beneficia a Lingüística com o desenvolvimento de seus estudos na linha da *semântica do texto*, da *pragmática do texto*, da *sintaxe do texto* e da *fonética do texto* (DRESSLER, 1977 apud FÁVERO; KOCH, 2007, p. 13), mas também a disciplinas não-afins à Lingüística.

Alguns autores muito contribuíram para os avanços da gramática textual, a exemplo de Halliday e Hasan, e de Weinrich.

É notória a grande participação de Halliday e Hasan (1976), quanto à compreensão do termo “referência”. Para esses autores, tal termo significa a relação de sentidos (basicamente co-referência) que se estabelece entre duas formas na superfície textual. Eles definem texto enquanto “realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado”.

Assim, esses teóricos acreditam “que o texto não seria uma seqüência de frases isoladas, pois mecanismos iriam produzindo o tecido (tessitura) do texto” (LINS, 2008, p. 17). A presença desses mecanismos denomina-se coesão textual, “uma relação semântica entre um elemento do texto e outro fundamental para a sua interpretação” (idem). Na verdade, segundo

postulam Halliday e Hasan (1973), a coesão textual é um dos principais fatores responsáveis pelo sentido que se estabelece entre os enunciados do texto, pois fazem com que “a interpretação de um elemento qualquer seja dependente da de outro(s)”. (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 39).

Três níveis, em que se organiza o sistema lingüístico, possibilitam a instalação das relações semânticas: o *semântico*, que diz respeito ao significado o *léxico-gramatical*, no aspecto formal; e o *fonológico-ortográfico*, que abarca as expressões. A *referência* corresponde, sob esse prisma, a um dos importantes fatores de coesão textual ao lado da *substituição*, da *elipse*, da *conjunção* (conexão) e da *coesão lexical*.

Aqui, importa uma rápida explanação sobre a questão da “referência” em Halliday e Hasan (1973). Esses estudiosos consideram os elementos de referência, enquanto itens da língua, que se relacionam a outros e que atuam no processamento interpretativo do texto. Destacam os autores, os elementos de referência enquanto itens da língua que não podem ser interpretados por si mesmos semanticamente, mas que se reportam a outros elementos do texto, imprescindíveis para sua interpretação. A referência, dessa forma, pode ser: *situacional* ou *textual*.

Na *referência situacional*, também chamada de *extratextual*, tem-se a *exófora* que toma como referentes elementos que não se encontram no texto propriamente, mas que podem ou não fazer parte do conhecimento de mundo do interlocutor/leitor. Compreende informações extra-textuais “para as quais o texto aponta ou delas se serve na tentativa de se tornar mais explícito, mais ilustrado, enfim, mais rico”. (LINS, 2008, p. 20).

Na *referência textual* tem-se a *endófora* que compreende dois tipos de relações que se processam no texto, recorrendo a elementos nele ou no contexto contidos: a anáfora e a catáfora. Na base anafórica, há o estabelecimento de uma relação semântica entre dois elementos textuais em que um funciona como referente (RE) e o outro como o termo que o retoma, que o referencia, numa autêntica “relação simétrica de retomada”, segundo Milner (2003, p. 99).

Na catafórica, se dá o inverso, o item referenciador (IR) anuncia/aponta para o seu referente, este – elemento ou informação – vem adiante no enunciado, portanto não há processo de retomada, mas de preparação para receber a informação. Fávero e Koch (2007, p. 41) alertam para o fato de que tanto a referência anafórica quanto à catafórica, “quando estabelecida de maneira inadequada, pode dar margem à ambigüidade e prejudicar a legibilidade do texto”.

Weinrich (1976), por sua vez, não apresenta um modelo de gramática textual. Esse autor encara o texto enquanto uma espécie de seqüenciação de lexemas e morfemas que se condicionam de modo recíproco, constituindo também “o contexto”, portanto, o texto para ele, corresponde a uma estrutura determinativa, uma totalidade absoluta em que tudo se encontra relacionado.

Weinrich propõe uma macrossintaxe ou sintaxe textual, cuja finalidade é de nortear o leitor/ouvinte ao longo da teia de relações que se estabelece no texto, fornecendo-lhe todos os instrumentos necessários para uma compreensão mais plena da tessitura informacional do texto. Esses instrumentos consistem em “sinais particulares” de orientação ao leitor/ouvinte entre os quais se encontram os artigos, certos advérbios e formas verbais.

A sintaxe dos artigos, assim como a questão da subordinação, da coordenação e da sintaxe das formas verbais, abarca um dos “aspectos discursivos” analisados por Weinrich, ao ponto de ter desenvolvido em 1971 e complementado em 1973, sua chamada *Teoria do Artigo*. Elaborada para a análise e compreensão do papel dos artigos no alemão, essa teoria foi, depois, adaptada para a língua francesa.

De acordo com o que postula essa teoria, o artigo definido é apresentado enquanto elemento que não apenas faz remissão a informações no contexto precedente, como ainda a elementos que participam da ação comunicativa e ao próprio conhecimento de mundo dos envolvidos no processo comunicativo, portanto um conhecimento “culturalmente partilhado”.

Weinrich (1976) usa o conceito de articulado (*artikulat*) para definir um monema ou conjunto de monemas em relação com o artigo que os antecede, conforme leitura de Fávero e Koch (2007, p.17). Importa destacar que a distribuição dos artigos definidos e indefinidos no texto consiste em ponto dos mais relevantes da estrutura sígnica do texto, pois esses itens funcionam como sinalizadores – como anteriormente se mencionou aqui – aos interlocutores para auxiliá-los numa melhor compreensão das redes de interdependência processadas nos textos, algo que atualmente encontra espaço na Linguística Cognitiva, a qual reconhece e analisa, no campo dos “esquemas conceptuais da definitude e da indefinitude”, o valor, particularidades e o desempenho dos artigos, levando em conta o plano das estratégias cognitivas dos interlocutores ao produzirem enunciados/textos, em que, através dos artigos, selecionam, apontam, aproximam ou distanciam uma informação do ouvinte/receptor.

Pontue-se que o *artikulat* não é o único a transportar em si o próprio significado, “por estar relacionado com todos os demais signos antecedentes ou subseqüentes que o determinam e modificam” (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 47). Nesse sentido, os artigos definidos distinguem-se dos indefinidos devido a alguns aspectos que acabam por atribuir a

cada um, funções específicas, entre as quais, destaca-se o fato de os artigos definidos guiarem os interlocutores para a informação posterior, por isso exige maior atenção por parte dos interlocutores, no sentido de observarem as informações subseqüentes e os determinantes que estas veicularão, pois consistirão em pistas imprescindíveis para o entendimento do texto. (idem).

4.2.2.3 Por uma ampliação das discussões teóricas sobre o papel dos artigos: uma abordagem funcional e referencial

Muitos autores reconhecem a importância e participação dos artigos no estabelecimento ou na manutenção dos processos de coerência e de coesão no plano do texto, conferindo-lhe, a exemplo de Koch (1990) e Neves (2000, 2007), papel de destaque. Outros autores, especialmente os atrelados à linha gramatical tradicionalista, apenas aferem a esses elementos um caráter secundário, ou meramente participativo, como a maioria dos gramáticos – como Rocha Lima (1992), Bechara (1999) e Savioli (2002).

Ao que parece, a noção prescritiva e formal que já há um bom tempo domina o universo dos gramáticos, com relação ao estudo da classe dos artigos, se deve à noção de identificabilidade, a capacidade de o ouvinte identificar ou não referentes. Por essa razão, conforme explicita Liberato (2001), não se conseguiria perceber os artigos de maneira mais ampla, inclusive como portadores de funções outras além das já conhecidas de especificação/determinação e de indeterminação de SNs.

Essa autora apresenta um estudo detalhado da estrutura interna do sintagma nominal da língua portuguesa, a partir de “mecanismos cognitivos envolvidos no seu processamento”, tomando para tanto, “aspectos semânticos, pragmáticos e funcionais” (p. 41). Ela propõe uma nova denominação para os artigos definidos e também para os indefinidos. Para tanto, parte da função que eles exercem nos enunciados a fim de designá-los. Dessa forma, chama artigos de *recortadores*, sendo os definidos, *recortadores universais*, e os indefinidos, *recortadores parciais*.

Liberato ainda promove uma discussão sobre algumas tentativas de estudiosos preocupados em determinar o papel dos artigos no SN. Ela desenvolve uma proposta alternativa de abordagem dos artigos, sem efetivar comparações entre os modelos de análise já existentes. Dentre esses modelos, tem-se:

- (a) o da unicidade – proposto pelo filósofo Russel (1971[1919] apud LIBERATO, 2001, p. 58), toma os artigos levando-se em conta a referência desses itens em

relação ao mundo real. Assim, o artigo definido implica unicidade (um objeto no mundo real) e o indefinido não remete a objeto único;

- (b) o da identificabilidade – encontra assento em Chafe (1976), Halliday e Hasan (1976) e Dubois (1980), consiste na capacidade do ouvinte em identificar referentes. Nessa perspectiva, os artigos definidos são usados para identificar o(s) referente(s) e os não-identificáveis pelo ouvinte;
- (c) o da tentativa de solução – Liberato (2001) como via de conciliação e de avanço no entendimento dos usos dos artigos, retoma os princípios de *identificabilidade e da unicidade*, mostrando que esta última parece fornecer análises mais adequadas que a primeira. Além disso, a autora ressalta que os artigos definidos são usados “quando a classe mais restrita delimitada na descrição do referente tem apenas um elemento”; por sua vez, os artigos indefinidos vigoram “quando essa classe tem mais de um elemento”. (LIBERATO, 2001, p. 72);
- (d) o da universalidade – em substituição à noção de unicidade, apresenta os artigos definidos enquanto recortadores universais, portanto marca de universalidade, e os indefinidos enquanto recortadores parciais, por não englobarem todas as entidades de uma classe delimitada;
- (e) o da identificação de entidades – não se limita apenas à universalidade, marcada pelo artigo definido, conduz o leitor/ouvinte a tirar informações do próprio SN, do todo do enunciado, do texto, da situação, tendo por guia, “o conhecimento de mundo” (LIBERATO, 2001, p. 83);
- (f) o dos genéricos – tem como representante Dubois (1980), baseia-se no pressuposto de que numa referência genérica, a expressão utilizada não importa, pois o referente corresponde à “classe inteira de elementos”;
- (g) o de uma outra análise para os genéricos – discutida por Krifka et al (1995, p. 2-3 apud LIBERATO, 2001, p. 85) considera que os SNs podem ser analisados como genéricos e que as sentenças também têm condições de expressar certa “regularidade que se aplica a toda classe” (LIBERATO, 2001, p. 87);
- (h) o dos genéricos e da universalidade – aborda o caráter da delimitação ou recorte parcial pelo artigo indefinido e o aspecto do recorte universal realizado pelo artigo definido.

Liberato conclui que os artigos indefinidos atuam como subclassificadores, pois “delimitam um subconjunto dentro de uma classe maior, exercendo ainda uma função “quantificadora na delimitação do referente”. (p. 91).

Quanto aos artigos definidos, esses têm também uma função quantificadora, sinalizando “que a quantidade total dos elementos da classe delimitada constitui o referente do SN” (idem). Portanto, esses itens não atuam como instrumentos restritivos a uma subclasse inserida numa classe maior, mas como recortadores plenos, vez que apontam para a totalidade dos referentes.

Apothéloz e Chanet (2003), em artigo intitulado *Definido e demonstrativo nas nomeações*, não levantam classificações, mas afirmam que o uso dos artigos, sobretudo do definido, “tem por efeito, tornar referencialmente relevantes todas as informações que figuram no sintagma nominal” (p. 147). Os autores contemplam em quatro grupos os fatores que favorecem a escolha dos determinantes em se tratando de nomeações e de seus referentes. O primeiro seria concernente ao material lexical utilizado no sintagma nomeador; o segundo compreenderia a identificação do objeto do discurso pelo anafórico; o terceiro, quanto ao uso de hiperônimos nas nomeações; e o quarto relacionado às funções de marcação e sobremarcação que influem na escolha do determinante definido.

Somam-se a esses, os trabalhos desenvolvidos por Silva (1998), quanto à realização do artigo diante de possessivo e de patronímico, e por Costa (2002), no que tange ao uso do artigo diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI.

Entre essa relação de autores e estudiosos não existe concordância quanto à análise, à aplicação e ao funcionamento sistemático dos artigos nos segmentos discursivos. Apothéloz e Chanet (2003) sinalizam para o fato de que as pesquisas no âmbito dos artigos, sobretudo dos definidos, mostram-se ainda bastante controversas. Neves (2007, p. 259; 263) também comunga com essa idéia, explanando que contemporaneamente, apenas se têm apresentado “reflexões centradas em uma proposta de explicitação do uso do artigo [...], já antiga, mas que tem sido, de um modo muito recorrente, o ponto de partida para muitos estudos que se seguiram”.

É de Neves (2000, 2006, 2007) uma das mais ricas abordagens sobre a funcionalidade dos artigos no português. Inicialmente, a autora parte da explanação acerca do que considera ser os dois tipos referenciais básicos, o genérico e o individual, sob os quais procede a cuidadoso exame tendo em vista o tipo de determinante que ocorre no SN.

Na referência genérica tem-se a totalidade do referente, a identificação das “entidades do gênero”. Na referência individual, aplicada sob indivíduos – reais ou não – incluídos num gênero ou classe, pode se estabelecer uma referência, nesse caso, a todos ou a algum/alguns indivíduos do gênero.

Segundo Neves, na referência individual, a tendência é ao uso dos artigos definidos; na genérica, os artigos indefinidos predominam. A autora também evidencia o cruzamento da distribuição das informações – dado/não-dado, conhecido/não-conhecido, velho/novo -, com cadeia referencial – anafórica/não-anafórica; determinado/indeterminado. Esse cruzamento ou combinação se apresenta em quatro tipos:

- (i) anafórico e determinados (AD);
- (ii) anafórico e indeterminado (AI);
- (iii) não-anafórico e determinado (ND);
- (iv) não-anafórico e indeterminado (N I).

A expressão da referencialidade e da definitude em Givón (1984, p. 398) corrobora ainda mais para uma análise consistente dos usos dos artigos. Para esse teórico, “ser definido” não é o mesmo que “ter referência”, referencialidade e definitude podem ter um tratamento sem vínculos, apesar de uma gradação do ponto de vista morfossintático, que resulta numa “escala linear”:

definido > referencial indefinido > não-referencial indefinido > genérico

Givón (1984, p. 399) aborda o que considera ser os dois tipos de referência nominal: a definida – em que se acredita que o leitor/ouvinte seja capaz de atribuir referência única ao SN – e indefinida – em que se considera o leitor/ouvinte incapaz de atribuir ao SN referência única.

Nomes de entidades que se encontram no arquivo permanente dos indivíduos/interlocutores, ou seja, na memória dos membros de uma comunidade/participes da interlocução, podem ser facilmente reconhecidas e acessadas por esses membros, a exemplo de: (a) entidades de natureza única – sol, lua, planeta; (b) entidades de reconhecimento imediato – lago, rio, árvore; (c) entidades políticas – vereador, senador, presidente; (d) entidades culturais – carnaval, festa junina; (e) espiritual – anjos, alma etc.

Enquanto expressões referenciais ou SNs definidos caracterizam-se, conforme Givón (1984), pela unicidade, pelos mecanismos de distinção de um dentre outros referentes, nas expressões referenciais ou SNs indefinidos não se conduz o ouvinte à identificação do referente. A referência indefinida pode ser: *específica* – “implica a existência de algum indivíduo que satisfaz a descrição” (NEVES, 2006, p. 126), sem que se leve o ouvinte a identificar o referente – e *não-específica* – em que não se especifica o indivíduo nem pressupõe sua existência.

Nas expressões genéricas ou SNs genéricos, por sua vez, tidas como não referenciais por muitos autores pelo fato de fazerem referência a todos os membros de uma classe e não a um membro em particular, tem-se uma espécie de referência universal, portanto, não uma entidade em particular, mas a objetos em geral.

Os usos dos artigos também são abordados por Neves, avaliando-se a partir de regras semânticas descritas “em relação aos significados lógicos”, tomando-se “unicidade e existência”, quer na “situação de uso” quer no “contexto” em que são percebidos. (idem, p. 131).

A partir da leitura da obra de Hawkins (1978), *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammaticality prediction*, Neves comenta e avalia as considerações desse autor quanto ao uso dos artigos definidos e indefinidos. A intenção é a de delinear uma reflexão concreta do caráter referencial dos SNs definidos e indefinidos em um uso genérico – o que aqui se toma como suporte para o entendimento dos usos funcional e referencial dos artigos, sem esquecer-se do potencial e do papel desses elementos na organização do texto, vez que atuam junto ao SN, como integradores semânticos (rotulando porções textuais precedentes ou favorecendo a conexão com porções posteriores), como avaliadores dos fatos e eventos descritos (quando o núcleo do SN anafórico é constituído por um nome axiológico) e ainda, em unidades pragmático-discursivas, quando o SN do qual faz parte, possui função de encadeador de argumentos, numa estratégia de argumentação que pode resultar até mesmo “na categorização e na hipostasiação (*hypostasis*) de atos de fala e de funções argumentativas no discurso” (CONTE, 2003, p. 187).

Pela proposta de Hawkins, os artigos definidos caracterizam-se por um uso anafórico e por dois situacionais, compreendendo a situação imediata e a situação ampla. Quanto ao *uso anafórico*, “implica uma forma de instrução para que o ouvinte una um referente lingüístico a um objeto particular em sua memória” (p. 132). Tal objeto já teria sido veiculado anteriormente no texto. Na *anáfora direta* retoma-se o referente diretamente; na *associativa*, dependente do conhecimento geral compartilhado pelos interlocutores quanto ao referente, tem-se uma espécie de “referência textual indireta”²² (KLEIBER, 1999, p. 339 apud NEVES, 2006, p. 132). Num uso anafórico com descrição definida, deve-se ter além da identificação do referente um predicado descritivo sobre o objeto referido, predicado que seja partilhado pelos interlocutores.

²² Por isso mesmo é difícil distinguir a anáfora associativa da anáfora indireta. Desse modo, neste trabalho preferiu-se considerar na base de análise, sob a designação de associativas, tanto as anáforas indiretas quanto as associativas propriamente ditas.

Quanto aos *usos situacionais*, na *situação imediata* pode-se ter um objeto único e visível para os interlocutores – ou só para o ouvinte – ou apenas a possibilidade de inferência desse objeto; na *situação ampla*, o objeto único é compartilhado plenamente, pois pode ser identificado a partir dos conhecimentos dos interlocutores, de suas experiências ou que se encontra em sua memória permanente, conforme Givón (1984, p. 399).

Quanto ao uso dos artigos indefinidos, caracteristicamente sua função é a de indicar “um membro de uma classe infinita de objetos” (NEVES, 2007, p.263), essa consiste na idéia mais difundida. No entanto, para Hawkins (1978, p. 173 apud NEVES, 2006, p. 135), não se deve compreender que o artigo indefinido realize referência sem que “nunca resulte da exploração de um conhecimento ou de uma situação compartilhados por falante e ouvinte”.

Para esse autor, o artigo indefinido pode ser usado para indicar:

- (a) uma situação imediata, quer seja visível ou não;
- (b) uma situação ampla, em que se localiza o referente num conjunto;
- (c) em conjuntos de associações – anáforas associativas;
- (d) para referir-se a objetos de um conjunto compartilhado pelos interlocutores;
- (e) referência a objetos-de-discurso já veiculados, numa função simplesmente anafórica.

Neves (2007, p. 267) conclui quanto ao uso dos artigos que o indefinido pode ser usado para referir-se a objetos existentes em algum conjunto partilhado somente se a descrição indefinida puder ser compreendida como referente a um subconjunto, em oposição à totalidade, isto é, somente se existirem outros referentes potenciais, do mesmo tipo, que estejam sendo excluídos da referência. O artigo definido, por seu lado, refere-se a todos os objetos que satisfazem a referência existente no conjunto compartilhado pelos interlocutores.

4.3 PRESSUPOSTOS SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO

4.3.1 Do quadro conceitual e histórico da gramaticalização

Considerada por muitos estudiosos como um tipo especial de mudança lingüística, a gramaticalização, uma das mais importantes vertentes teóricas que se inserem no Funcionalismo, tem conquistado cada vez mais espaço na pauta dos pesquisadores da linguagem, suscitando uma diversidade de perspectivas.

Essa diversidade se reflete no considerável desacordo existente entre os estudiosos, quanto à terminologia mais apropriada para se designar essa linha teórica: *gramaticização*, *gramatização*, *gramaticalização*, *apagamento semântico*, *condensação*, *enfraquecimento semântico*, *morfologização*, *reanálise*, *redução*, *sintaticização*.

A conceituação do processo também é diversa. Em Lehmann (1982) tem-se, talvez, uma das definições basilares mais difundidas: trata-se da passagem de um item lexical para um item gramatical.

Hopper e Traugott (1993, p. 1-2) falam da existência de dois significados, um enquanto tentativa de explicar como ocorrem as mudanças no fenômeno da linguagem propriamente dito e outro como os itens se tornam mais gramaticais. Da leitura de ambos, interpreta-se gramaticalização como estudo dos elementos gramaticais enquanto processo.

Como termo que se refere à composição (estrutura), na qual se leva em conta o fenômeno da linguagem; refere-se à parte dos estudos da linguagem que focaliza como surgem as formas e as construções gramaticais, como estas são usadas, e como se ajustam à língua. [...] o termo “gramaticalização” também faz referência ao fenômeno atual da linguagem cuja estrutura de gramaticalização busca tratar, mais especificamente, o processo por meio de itens que se tornam mais gramaticais através do tempo.²³ (Tradução minha).

Castilho (2004, p. 31) entende gramaticalização enquanto

trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. Num sentido mais amplo, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em forma lingüísticas [...]

Fundamentada em Heine et al.(1991), Pezatti (2004, p. 196) afirma ser a gramaticalização um processo pelo qual um item lexical passa, em determinados contextos, a exercer função gramatical, ou mesmo um item gramatical passa a desempenhar função gramatical ainda maior. Bybee (1996), por sua vez, argumenta que a gramaticalização é um processo gradual, contínuo que atinge tanto o comportamento gramatical quanto semântico dos elementos lexicais.

²³ As a term referring to a framework within which to account for language phenomena, it refers to that part of the study of language that focuses on how grammatical forms and constructions arise, how they are used, and how they shape the language. [...] The term “grammaticalization” also refers to the actual phenomena of language that the framework of grammaticalization seeks to address, most especially the processes whereby items become more grammatical through time.

Apesar de a gramaticalização ter despertado, atualmente, o interesse de muitos estudiosos e pesquisadores, a preocupação em se estudar as origens e o próprio desenvolvimento das categorias gramaticais, não é algo recente. As primeiras abordagens nessa linha remontam, como lembram Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), ao século X, com a distinção feita pelos chineses, entre símbolos lingüísticos plenos e símbolos lingüísticos vazios. Merece destaque a figura do chinês Zhou Bo-qi, que desenvolveu nos séculos XIII e XIV estudos com vistas a esse tipo de mudança.

No entanto, a gramaticalização, como se conhece modernamente, tem com Rosseau e Condillac, na França, séc. XVIII, uma abordagem mais delineada, haja vista a preocupação que esses filósofos tinham com a língua, com a existência de palavras concretas e abstratas. Mas é a Meillet (1912, p. 131) que se atribui o uso do termo “gramaticalização” pela primeira vez.

Meillet utilizou do termo para caracterizar a passagem de uma forma autônoma a uma função gramatical. Este lingüista demonstrou a transformação das palavras nas classes gramaticais. Ele considera e distingue dois processos pelos quais se originam as novas formas gramaticais:

- (a) a analogia – no eixo paradigmático, em que novas formas gramaticais surgem a partir de formas já existentes, mas não modificam a categoria gramatical;
- (b) a gramaticalização – no eixo sintagmático, mostra a passagem de uma forma autônoma para uma forma gramatical.

Meillet distingue ainda criação – formação de novas formas – e renovação – nova roupagem a palavras e expressões existentes. Para ele, havia apenas três classes de palavras: principais, acessórias e gramaticais. Benveniste (1968) retoma as idéias de Meillet, utiliza os termos criação e renovação, mas prefere o termo “sintaticização” a “gramaticalização”.

Em 1982, Lehmann pontuou que a gramaticalização pode acarretar dois tipos de alterações:

- (a) as gramaticais – compreendem a sintaticização, a morfologização, fonologização e zero ou desaparecimento.
- (b) as semânticas – compreendem dois processos = a metáfora e a metonímia.

Numa reflexão sobre a escala evolutiva dos estudos no âmbito da gramaticalização é possível afirmar, de modo sintético que:

- (a) Meillet concebe a gramaticalização como a passagem de um item [lexical] > [gramatical];
- (b) Kurilowicz acrescenta – gramaticalização como a passagem do item [-gramatical] > [+gramatical];
- (c) Atualmente, tem-se a consideração de passagem de [qualquer material lingüístico] > [+gramatical].

Após esse breve quadro conceitual e histórico, é necessário delinear sobre o estatuto teórico da gramaticalização, notadamente no que concerne aos estágios da mudança e aos princípios e mecanismos da gramaticalização. Em seguida, convém uma breve abordagem dos critérios e parâmetros do processo gramaticalizador, com ênfase nas disposições de Lehmann (1985), Hopper (1991) e Castilho (1997).

4.3.2 Estatuto, critérios e parâmetros da gramaticalização

Em primeiro plano, é muito difícil distinguir, segundo a ótica de diversos estudiosos, processos, princípios, mecanismos e critérios/parâmetros que servem como instrumento de identificação de itens ou formas gramaticalizadas.

Leite Gonçalves et al (2007) sinalizam para a necessidade de se distinguir os componentes ou partes do processo de gramaticalização como meio mais viável de compreendê-lo.

Castilho (2006), no novo modelo que desenvolveu, numa abordagem multissistêmica, promove uma observação sistemática dos vários sistemas da língua, ampliando o conjunto de subsistemas que havia criado. Lexicalização, Semanticização, Discursivização e Gramaticalização compreendem processos de criatividade lingüística, dirigidas por três princípios:

- (a) da *ativação* ou princípio da projeção – compreende a seleção das categorias cognitivas e o agrupamento de traços que abarcam as dimensões gramaticais, semânticas e discursivas das formas;
- (b) da *reativação* ou princípio da correção – corresponde ao movimento mental quando se processa uma nova ativação de traços lexicais;
- (c) da *desativação* ou princípio do silêncio – eliminação de traços previamente escolhidos nos vários sistemas lingüísticos.

Esses princípios, embora venham sendo alvo de pontuadas considerações por vários autores e estudiosos da gramaticalização, assentam-se em observações empíricas e compreendem a conversação, a administração dos turnos conversacionais como uma manifestação discursiva por excelência (CASTILHO, 2006).

Os princípios apontam, fornecem pistas para a compreensão da trajetória [lexical] > [gramatical] ou [-gramatical] > [+gramatical]. Em se tratando de gramaticalização, sobretudo quando se pensa em categorias lexicais, é preciso, no entanto, reconhecer a que mudança se está referindo e se é caracterizada por alguns dos estágios/fases.

Lehmann (1995[1982]) explana sobre três estágios: da sintaticização, da morfologização e da desmorfemização. No primeiro, ocorre uma recategorização, um item ou construção no discurso adquire propriedades que o deslocam de sua classe de origem. No segundo, da morfologização, surgem as formas presas, sejam afixos flexionais ou derivacionais. No último estágio, um morfema pode desaparecer por completo, tendo sua função assumida por outros itens “com os quais ele co-ocorre”.

Castilho (1997) apresenta, numa leitura particular, esses estágios relacionados por Lehmann, como se segue:

(1) O estágio da sintaticização de um item lexical abraçaria: (A) a recategorização sintática, que por sua vez, organiza-se em: (a) grupo verbal, (b) grupo nominal, (c) grupo pronominal, (d) grupo adverbial e (e) grupo dos nexos; e (B) a categorização funcional, com considerações sobre a gramaticalização do tópico, o preenchimento das funções de sujeito e do objeto direto e a ordem dos constituintes funcionais.

(2) O estágio da morfologização seria constituído pela criação de afixos flexionais – compreende a flexão verbal e a flexão nominal – e a criação de afixos derivacionais.

(3) O estágio da redução fonológica.

(4) O estágio *zero*.

(5) O estágio da alteração semântica – constituído das relações de metáfora e de metonímia.

Outro mecanismo para se compreender a gramaticalização de um item/estrutura se dá a partir da transferência do sentido literal desse item/estrutura para um sentido figurado, portanto, do concreto para o abstrato.

Em Bybee et al (1994) – essa autora não fala em processo – são considerados alguns mecanismos motivadores da gramaticalização: extensão metafórica, inferência, generalização,

harmonia e absorção. O primeiro mecanismo compreende duas propriedades: (a) passagem de domínio concreto a domínio abstrato; (b) preservação de traços da estrutura inicial. O segundo consiste na atitude do ouvinte diante do falante. O ouvinte procura extrair das implicaturas conversacionais, os elementos necessários para a compreensão das afirmações do falante. O terceiro mecanismo refere-se à perda, devido à expansão dos contextos em que se inserem o ato comunicativo, dos traços do significado. A harmonia aplica-se a elementos desprovidos de parte considerável de seu conteúdo semântico. A absorção remete ao momento da própria gramaticalização de um item, da criação de um morfema *zero*.

A redução fonológica, embora não explicitada por Lehmann, é vista como um estágio adiantado da gramaticalização, quando o item/a forma perde material fonológico. Serve como um mecanismo que ajusta as formas antes lexicais ao espaço das gramaticais. Dá-se, sobretudo, pela frequência relativa de uso: quanto mais presente a forma estiver no discurso, mais a possibilidade de desgaste, conforme Bybee (2003).

O princípio da unidirecionalidade é um princípio fundamental da gramaticalização. Muitos autores e teóricos, no entanto – a exemplo de Leite Gonçalves et al (2007), no livro *Introdução à Gramaticalização* –, argumentam que Castilho (2006) – em seus mais recentes estudos – apregoa o abandono ao princípio da unidirecionalidade, em função de uma multidirecionalidade.

Alguns pontos precisam ser considerados, como o fato da ausência, por parte de Castilho, de uma afirmação clara sobre a questão. Outro ponto a ser tomado é que a unidirecionalidade, em Castilho, pode ser reconhecida não apenas na Gramaticalização, mas na Lexicalização, na Semanticização e na Discursivização.

A unidirecionalidade, conforme Hopper e Traugott, é considerada como um processo irreversível, que se dava da esquerda para a direita de uma linha contínua, não havendo possibilidade da existência de uma desgramaticalização.

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) também sustentam essa idéia quando argumentam, segundo Castilho (1997, p. 56), que “estruturas ‘menos gramaticais’ podem tornar-se ‘mais gramaticais’, porém não o contrário”.

Em seus estudos, esses teóricos observaram processos de desgramaticalização e de regramaticalização, chegando a considerá-los “estatisticamente insignificantes”, ou mesmo fruto d “uma análise inadequada”.

Um outro ponto que também tem sido alvo de discussões entre os estudiosos da Linguística Moderna, compreende a diferenciação entre a gramaticalização e a mudança lingüística, embora seja a primeira considerada uma mudança lingüística especial. Em Omena

e Braga (1996), são relacionados alguns pontos para marcar a diferença entre uma e outra, o que não significa dizer que a gramaticalização tenha, obrigatoriamente, que passar por todos eles, a seguir elencados:

(1) da manipulação conceptual – o falante escolhe, manipula os conceitos, atribui novas significações;

(2) da unidirecionalidade – processo de gramaticalização, segue um *cline* que não pode ser reversível (embora já haja questionamentos de Castilho, como exposto);

(3) da descategorização – a palavra perde sua categoria gramatical de origem;

(4) da assimetria forma x significado – a palavra assume outro conteúdo, mas conserva resquícios do conteúdo semântico anterior, podendo empreender novos fenômenos de gramaticalização.

(5) da recategorização – perda da categoria de origem e “integração em diferentes classes léxico-sintáticas” (CASTILHO, 1997, p. 32);

(6) da perda de autonomia – deixa de ser forma independente para ocupar a função de forma relacional;

(7) da erosão – perda da substância fonética.

No que tange aos mecanismos da gramaticalização, Heine (1994) argumenta que para se dar conta da gênese e desenvolvimento das categorias gramaticais, a análise da manipulação cognitiva constitui um importante procedimento. Nesse processo, dois mecanismos estão envolvidos:

(A) a metáfora = evidencia a forma-fonte de um processo de gramaticalização. Aproxima domínios cognitivos diferentes; compreende a alteração de um conceito A para um conceito B. É considerada um dos procedimentos retóricos mais usados pelas pessoas de criatividade. Para Castilho (2002 apud LAKOFF-JOHNSON, 1980), a metáfora se classifica em:

(a) imagética – baseada nas imagens visuais;

(b) Ontológicas – identifica causas, objetivos, serve para quantificar;

(c) Estruturais – conceito A em razão de um B;

(d) Orientacionais – implicam movimento. Têm nas idéias objetos que são enviados – de emissor para receptor – no ato comunicativo;

(e) genéricas/específicas – toma por base elementos culturais, especiais e sociais.

(B) A metonímia – é estrutural, ocorre no texto quando um elemento assume a postura do outro por uma associação sintática de elementos. Aponta mais aspectos do que está sendo referido no discurso. Pode promover uma “reanálise estrutural”.

Metáfora e metonímia ajudam a explicar o processo de gramaticalização sofrido por um item lexical ou estrutura maior na passagem para um item ou estrutura mais gramaticalizada.

Esse processo também pode ser melhor compreendido, através do conhecimento dos fatores ou motivações que provocam a mudança: a reanálise, a analogia e as relações icônicas. A *reanálise* opera no eixo sintagmático e possibilita a criação de novas formas gramaticais, em que uma forma passa a uma categoria diferente da original. Na *analogia*, conforme já visto, uma forma preexistente passa a outras já existentes no sistema. Envolve o eixo paradigmático. Nas *relações icônicas*, um conceito mais concreto, no campo lexical, passa a mais abstrato no gramatical.

É bem verdade que não existe consenso quanto à enumeração dos princípios da gramaticalização. Alguns parâmetros como os propostos por Lehmann (1985), Hopper (1991) e Castilho (1997) são os mais difundidos, conforme se especifica:

(1) Princípios de Lehmann (1985)

- (a) *Paradigmatização*: passagem de um paradigma maior para um paradigma mais simples homogêneo.
- (b) *Obrigatoriedade*: uma vez a palavra (dentro de uma nova classe) será obrigada a seguir as regras de escolha do novo paradigma.
- (c) *Condensação*: capacidade de diminuir em forma e sentido (não significa admitir novo sentido menor); de lexical a gramatical.
- (d) *Coalescência*: perda de funções adjacentes. Ex.: *já*, que era advérbio, passa à conjunção *já que*. Desaparecimento de formas coalescentes.
- (e) *Fixação*: A palavra não tem mais a liberdade sintática nem morfológica. Quanto mais a palavra se gramaticaliza, mais fixa ela se torna na língua.
Ex.: O lugar fixo da conjunção é no início da sentença. A verdadeira conjunção tem lugar fixo na oração.

(2) Princípios de Hopper (1991)

- (a) *Estratificação*: dentro de um domínio funcional, várias camadas emergem; as camadas novas não fazem as anteriores desaparecerem.
- (b) *Divergência*: quando a forma lexical se gramaticaliza, a forma lexical original permanece, existindo assim, duas camadas que podem ter comportamentos distintos, o que não impede que a forma original empreenda nova gramaticalização.
- (c) *Especialização*: Dentro de um domínio funcional, as formas podem ter conteúdos semânticos específicos diversos, daí a polissemia.
- (d) *Persistência*: manutenção na forma gramaticalizada de conteúdo semânticos do conceito fonte. Alguns traços do significado lexical original tendem a aderir à nova forma.
- (e) *Descategorização*: Equivale à paradigmática – passagem de uma classe para outra obedecendo a um contínuo.

(3) Princípios de Castilho (1997)

- (a) *Analogia*: formação de um item tomando outro já existente por base. Ex.: tipo assim (ao assim como). Não altera o sistema, pois a categoria gramatical continua a mesma.
- (b) *Reanálise*: capacidade que o falante tem de reanalisar a estrutura e modificar a fronteira de constituintes pela geração de inferências (abdução).
- (c) *Continuidade e Gradualismo*: o processo de gramaticalização é gradual e contínuo.
- (d) *Unidirecionalidade*: formas lexicais passam a formas gramaticais ou de [- gramaticais] para [+gramaticais], num contínuo irreversível.

Castilho (2007), refletindo sobre os itens lexicais e as propriedades gramaticais das palavras, concebe a idéia de que a língua, a partir de sua constituição, pode ser definida enquanto “conjunto de processos mentais pré-verbais que operam simultaneamente, dinamicamente e multilinearmente”.

Esses processos encontram-se devidamente organizados em um multissistema operacional, dispostos em quatro módulos: léxico, discurso, semântica e gramática. Nenhum é central, pois todos estão associados por processos sociocognitivos. Esses módulos propiciam um melhor estudo da língua e da própria mudança lingüística. São eles:

- (a) *Lexicalização*: refere-se ao léxico e abraça três caminhos: etimologia, derivação e empréstimo lexical.
- (b) *Discursivização*: refere-se ao discurso, abarca uma diversidade de campos, como o da organização do texto, a escolha do tópico, análise da conversação, etnografia e comunicação etc.
- (c) *Semanticização*: refere-se aos processos de criação dos sentidos e de suas alterações.
- (d) *Gramaticalização*: para Castilho (2007), “entre os quatro processos de organização da linguagem é, de longe, o mais amplamente estudado”²⁴ (p.23). Esse processo inclui a Sintaxe, a Morfologia e a Fonologia.

4.4 A RETÓRICA

4.4.1 Dos estudos retóricos: breve histórico

O nascimento da retórica se dá na cultura grega, nos princípios do século V a.C., no território da Magna Grécia (Siracusa), após a queda do tirano Trasíbulo, acontecimento que propulsionou a instalação dos júris populares. Estes foram constituídos com a finalidade de resolver as inúmeras causas para restituição aos legítimos proprietários, das terras que lhes haviam sido tomadas durante a tirania. “Está portanto na ribalta logo desde o início o gênero judicial, um dos campos tipicamente reservados ao discurso retórico”, enceta Barilli (1979, p. 13).

O termo retórica (*rhetoriké*) concentra uma marca lexical, com a raiz “re” que significa “dizer”, fazer uso do *logos* ou do discurso, e algumas marcas morfológicas, agrupadas no conjunto “torica”. *Rector* consistia numa palavra grega utilizada para designar o “orador”, o político. A Retórica, em verdade, não passava nos seus primórdios, de um conjunto de técnicas do bom falar e do persuadir, usadas nas discussões públicas.

Pode ser entendida em dois sentidos: o *lato* e o *stricto*. No primeiro, a retórica é a “arte do discurso em geral”, exercida pelo indivíduo que ativamente participa da vida numa dada sociedade. Na segunda, retórica compreende a “arte do discurso partidário”, em que se defende uma parte especialmente em casos levados aos tribunais. Esta última perspectiva consistiu, desde o século V a.C., enquanto “objeto de ensino”, pelo fato de ser um

²⁴ “among the four processes of language organization is by far the most comprehensively studied”

sistema constituído pela experiência (*usus*), que o mestre adquiriu na sua própria criação artística e no ensino de regras doutrinárias formuladas e pensadas posteriormente de forma lógica, e, assim também, ordenadas conseqüentemente, com o fim de levar a cabo, com sucesso, a realização artística (LAUSBERG, 2006, p. 86).

Barilli (1979, p. 8) abordando sobre a pluri-significação e a totalidade do termo retórica, define-a como o discurso em que se pretende “dis-correr” sobre um leque bastante vasto de assuntos: “fundamentalmente, todos aqueles que podem interessar ao homem comum, isto é, de que nenhum homem enquanto tal poderá alguma vez abdicar [...]”.

Todorov (1971, p. 81) afirma que a Retórica, em seus primórdios, é, acima de tudo,

uma técnica que deve permitir, a quem a possua, atingir, dentro de uma situação discursiva, o objetivo desejado; ela tem, portanto, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza de sua causa.

Tal técnica se aplica sobre o “público comum”, os homens. Para tanto, o discurso retórico se vale de conteúdos comuns, que se apresentam ao público para que este os julguem, aprovando com o seu assentimento o discurso do orador. O discurso retórico persegue de modo simultâneo três ordens de finalidades:

- (a) o *docere*, a transmissão das noções intelectuais;
- (b) o *movere*, significa atingir os sentimentos, o “vivido emotivo”; e
- (c) o *delectare*, que consiste na manutenção da atenciosidade do auditório, do estímulo ao público, fazendo com que este não perca o fio condutor do discurso e não caia nas teias da distração.

De acordo com Barilli (1979, p. 9), a comunicação retórica

se dirige não a mentes superiores, a espíritos puros, mas a homens de carne e osso, sujeitos portanto ao cansaço e ao tédio, vulneráveis a raciocínios demasiado difíceis e “cerrados”, isto é, em que não é deixado qualquer lugar para a imaginação: em que tudo é tensão fervorosa, esforço intelectual, sem nunca permitir uma abertura oportuna à dis-tensão, e ao seu resultado mais directo, a comicidade.

Enquanto *techné*, arte, a retórica tende a ser encarada como uma técnica e, dessa forma, o retórico corresponde a um técnico. No entanto, a retórica, por se dirigir a todos e abarcar/envolver todas as disciplinas humanas tem sido alvo de discussões por parte de inúmeros estudiosos que, sob esses parâmetros, divergem em considerar a “arte de argumentar com maestria” como técnica.

Vale pontuar que mesmo aqueles conhecidos por encararem-na como “técnica” devem admitir tratar-se de um “tecnicismo fluido, ou, por assim dizer, ‘aberto’, não formalizável como aquele que, pelo contrário, pode comportar o discurso analítico” (p. 10).

Em verdade, a retórica desenvolve no público/auditório uma série de operações de cunho cognoscitivo, mas não se restringe a isso, atuando ainda como instrumento transformativo e prático, haja vista não se limitar à transmissão de “noções neutras e assépticas”, pois tem como mola a pretensão de fazer com que os ouvintes sejam influenciados pela ação do orador, que, “depois de terem sofrido a sua influência” (p. 11), os plasma, os deixa diferentes.

Aos sofistas pertence, no período socrático, o episódio que marca inicialmente a história da retórica. Eles foram os grandes propagadores da “arte de falar”, conceito maior da retórica, e influenciaram sobremaneira a educação da sociedade grega, notadamente dos jovens, pois além de os introduzir na arte da argumentação, ensinava-os a sustentar/manter a defesa de uma idéia e, até mesmo, a defesa do oposto/contrário ou dos pontos frágeis dessa idéia, para assim, terem plena segurança na discussão, sem embaraçamento, das teses que lhes forem/são propostas.

Esse treinamento possibilitava a formação de autênticos e participativos cidadãos para a *polis*, haja vista a exigência grega de indivíduos que pudessem apresentar, defender/expor idéias claras e, sobretudo, persuasivas, substituindo as concepções de conquista através da força e da tirania, que outrora prevaleciam na Grécia e no mundo antigo.

Em conseqüência, a sociedade grega passa por uma transformação significativa em seu corpo social, algo que exigiu a formação e firmação de uma nova mentalidade em seus vários setores, principalmente o político. Sob esse prisma, a palavra ganha em valor, passa a ser o centro dos entraves/discussões entre pedagogos e filósofos, com o intento de prover o cidadão de recursos/estratégias que o habilitassem para a arte da conversação. Por isso, dissemina-se a idéia de retórica como arte de persuadir.

O trabalho dos sofistas, de ensino das práticas educacionais da retórica, era remunerado, o que provocou divergências na sociedade ateniense. Em geral, a prática dos sofistas era de postura individualista, elegendo como ponto de defesa uma tese central, sem excluir o caráter generalizante, abordando com habilidade temas diversos, a exemplo dos vinculados à política, à filosofia, à arte e à moral.

Platão (428-347 a.C.) marca um dos grandes momentos da história da retórica, um dos mais rigorosos. Esse filósofo critica os posicionamentos dos sofistas ao evidenciar a afirmação da *episteme* (verdade) sobre a *doxa* (opinião), mas equivoca-se, como pontua

Barilli (1979, p. 23), pois o que existe não é o “verdadeiro, mas unicamente o verossímil, o provável”.

Platão considera a retórica como “arte mundana” cuja finalidade se prende à pretensão de “divertir, distrair, agradar à multidão, e para tal fim se vale da macrologia, ou do discurso contínuo e ricamente subdividido, no qual, porém, é fácil a dispersão”. (p. 18).

Na obra *A Arte Retórica*, Aristóteles (384-322), por sua vez, postula a retórica como disciplina dotada das disposições persuasivas necessárias à exposição de um dado assunto/tema. Para ele, a arte da conversação deve comprometer-se diretamente com o belo e com a verdade, restando à Dialética a preocupação com a contra-tese, ou seja, com o lado oposto da discussão.

Segundo Barilli (1979), a ligação da retórica aristotélica com a dialética, “recebe uma sólida base lógica, decisiva para os seus destinos” (p. 23), afastando-se da idéia bastante difundida de que a retórica se relacionaria com “práticas psicologistas adulatórias”, ou com “magia fascinante”. Abandonam-se, dessa maneira, tais concepções, *empeiria*, e passa-se a reconhecer a retórica realmente como “arte” dotada de instrumentos que a colocam “como um dos grandes ramos da logística” (p. 24).

No âmbito da retórica, o interesse maior não se centraliza na persuasão propriamente dita, mas no processo, nos meios através dos quais a persuasão se desenvolve/se desenrola. Portanto, não se objetiva procurar, via provas quer irrefutáveis ou não, convencer, mas fazer com que se raciocine sobre os argumentos dispostos e esboçados, identificando-os/reconhecendo-os.

Os argumentos emergem dos chamados “lugares retóricos” (*tópoi*), imprescindíveis para que os homens possam construir suas idéias, conhecimentos e reflexões, como a política, a ciência, a justiça e a expressão cultural, nas palavras de Petri (1994, p. 18), verdadeiro conjunto de saberes humanos, expressão maior da “pluralidade de raciocínios oratórios”.

Lausberg (2004, p. 83) apresenta essa classificação enquanto divisão esboçada pela “retórica escolar”, que por sua vez, tem como finalidade maior o ensino, com ênfase no “discurso partidário”. Esse autor aborda os três gêneros aristotélicos do discurso partidário, que envolvem os constituintes principais do processo retórico – o orador, os argumentos e o auditório – com focalização central no auditório:

- (a) gênero judicial (*genus iudiciale*), tem por funções as de acusação e de defesa; próprio dos júris/tribunais, da apreciação jurídica, executada de acordo com o direito e ditada no ato processual;

(b) gênero deliberativo (*genus deliberativum*) tem as funções de aconselhar ou desaconselhar, caracterizado pela escolha que se dá no ato processual, escolha entre duas possibilidades, com conseqüências em cada uma; destina-se à assembléia e vale-se de exemplos para fundamentar o raciocínio em referência ao futuro;

(c) gênero epidítico ou demonstrativo (*genus demonstrativus*), dirige-se ao público/aos espectadores ou a uma pessoa apenas; tem as funções de louvor e de censura, portanto presta-se a festejar ou criticar, valendo-se dos recursos das comparações esboçadas ao longo do raciocínio do orador, a fim de remeter ao tempo presente. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 57) mostram que o epidítico é persuasivo, em que o orador apresenta “valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar”. É o gênero que trata de promover o “curso de tudo quanto possa favorecer [a] comunhão do auditório [com o orador]”. Nele, o “orador se faz educador”.

Lausberg pontua que os gêneros judicial e deliberativo têm por meta alterar uma dada situação, algo que se veicula no plano do pensamento, como uma das questões referentes à situação (*res dúbia = quaestio*), enquanto o gênero epidítico “considera a intenção de alterar a situação, como dada na própria intenção do orador [...] atribuindo-lhe um valor (louvando ou censurando)”. (p. 84).

A elaboração do discurso na Retórica de Aristóteles pode ser compreendida a partir de cinco fases distintas:

(a) *inventio* (invenção) – descoberta de argumentos – consiste no ato de encontrar os pensamentos adequados para persuadir, conforme suscita a temática ou o interesse do orador ou da parte que ele representa. Tais pensamentos consistem em instrumentos intelectuais e afetivos para obtenção do sucesso, da vitória desejada;

(b) *dispositio* (disposição) – arranjo das idéias – significa pôr em ordem os pensamentos, aquilo que encontrou/descobriu, escolha e ordenação dos argumentos favoráveis à defesa da temática, da parte. Os argumentos encontram-se disponíveis na *copia rerum* (subconsciente ou semi-consciência do orador), na *copia verborum* (previsão de palavras lingüisticamente disponíveis/formulações lingüísticas) e na *copia figurarum* (formas artísticas/as possibilidades de formação valendo-se dos grupos de palavras);

(c) *elocutio* (elocução) – descoberta da expressão apropriada para cada idéia, inclui o estudo das figuras ou tropos – consiste na expressão lingüística dos pensamentos encontrados pela *inventio*, no estilo do orador, na forma como se apresenta na

discussão, no acréscimo de ornamentos das palavras, das figuras, portanto, abarca “dois domínios importantes da formação lingüística: as palavras isoladas e as palavras na construção frásica”. (LAUSBERG, 2004, p. 116). Em sentido técnico, a *elocutio* “é a redação do discurso”, aspecto escrito do discurso. (REBOUL, 2004, p. 61).

(d) *actio* (ação) – tratar o discurso como um ator – consiste no uso dos gestos e da dicção pelo orador para envolver o público durante a proferição do discurso. Possui uma função fática. O orador finge, como numa peça teatral, sentimentos que não tem, “mas não pode informar ao seu público, ou destruiria seu discurso”. (idem). Lausberg (2004, p. 93) denomina essa fase como *pronuntiatio*, ou seja, “a pronúncia de um discurso e os gestos concomitantes”;

(e) *memória* (memorização do discurso) significa remeter à memória, aos seus esquemas no âmbito da teoria da memorização, com o intuito de fazer acréscimos ao discurso.

Dessas fases, as três primeiras, como lembram Fávero e Koch (2007, p. 29) são as de maior importância, por sustentarem, “cada uma, uma rede ampla e sutil de noções” que atuam diretamente na composição do discurso. Elas configuram imprescindíveis tarefas (*erga*) que devem ser executadas pelo orador.

Reboul (2004, p. 44) pontua que se o orador deixar de cumprir não apenas essas três fases, mas ainda a da *actio*, “seu discurso será vazio, ou desordenado, ou mal escrito, ou inaudível”. Portanto, o orador deve compreender o assunto que vai expor, reunindo os argumentos que possam servir (*inventio*), organizá-los (*dispositio*), redigir o melhor possível o discurso (*elocutio*) e proferi-lo exercitando-se (*actio*).

Aristóteles define ainda três tipos de argumentos, considerados instrumentos persuasivos (*pisteis*): o *ethos* e o *pathos*²⁵ – ambos de ordem afetiva, e o *logos* – de ordem racional. O *ethos* diz respeito ao caráter do qual o orador deve revestir-se para suscitar por parte do auditório a confiança necessária para que possam acolher seus argumentos. É o aspecto moral, “ético”, que o orador mesmo que não o tenha, precisa parecer ter.

No que se refere ao *pathos*, compreende os sentimentos que o orador precisa despertar no auditório. Para tanto, o orador deve ter conhecimentos de psicologia e dos diversos caracteres do ouvinte/público/auditório, a exemplo da faixa etária, condição social e cultural. Quanto ao *logos*, último dos “componentes sobre os quais a sabedoria aristotélica apoiava a

²⁵ *Ethos* consiste no caráter que o orador deve parecer ter, mostrando-se “sensato, sincero e simpático”, pode ser considerado ainda como de caráter do auditório ao qual o orador deve adaptar-se. *Pathos* corresponde à “ação do orador sobre as paixões, os desejos e as emoções do auditório”, para facilitar a persuasão. (REBOUL, 2004, p. 251). Daí vem a palavra patético.

função retórica” (BARILLI, 1997, p. 35-36), não se fundamenta em “ilusões relativamente ao espaço à disposição”. Até mesmo a ausência do *logos* compreende uma manobra persuasiva.

Em *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 75) destacam a importância de o orador dominar a habilidade de reconhecer o auditório, de saber para quem está discursando, num empenho de “buscar as manifestações explícitas ou implícitas” da adesão do público. O modo como concebe o auditório será determinante para que o orador possa decidir que fatos – a depender da situação, do local e da temática – poderá utilizar e quais a serem descartados ou, pelo menos, “provisoriamente subtraídos”, à argumentação com vistas à adesão dos ouvintes. A adesão configura-se para o indivíduo como “uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos”.

Nesse sentido, o estudo da argumentação permite compreender quais as estratégias que melhor justificam ou detalham uma concepção, uma idéia, um fato, e ainda aponta os possíveis caminhos para que os argumentos possam ser aceitos pelo auditório a que se dirigem.

Num prisma histórico dos estudos da arte da persuasão, a Grécia, berço da retórica, influenciou sobremaneira o mundo romano, legando-lhe uma sólida tradição retoricista que se firmou através das diversas conquistas territoriais e da apropriação cultural impetradas pelo poderio de Roma, onde os gêneros deliberativo e judiciário adquiriram grande expressividade. A retórica romana conquistada no século I a.C., seu período áureo munida da finalidade de “educar a classe dirigente no exercício do poder, mediante a atividade da oratória” (MOSCA, 1997, p. 131). Nessa direção, um conjunto de retores de grande prestígio fomentou profundas mudanças no comportamento e organização da sociedade romana.

A primeira das tarefas da retórica latina foi a de traduzir os termos gregos para o latim. Os romanos, ao contrário dos gregos, possuíam advogados, “que não tinham o direito de ser pagos, mas tinham um consolo: eram ressarcidos com presentes”. (REBOUL, 2004, p. 71). Cícero e Quintiliano foram grandes advogados e produziram obras que “teorizam sobre a prática retórica”. O primeiro escreveu *Do orador*, completada por *O orador*, 55 a 46 a.C. Quintiliano, por sua vez, escreveu possivelmente em 93 d. C., *Instituição oratória*. Essas obras versavam sobre a arte, a técnica do bom falar.

Os primeiros tratados da retórica latina, no entanto, foram a *Rhetorica ad Herennium*, atribuída por muito tempo a Cícero, mas cuja autoria, ao que se consta pertence a Cornifício²⁶;

²⁶ Barilli (1979, p. 39) não aponta o autor da *Rhetorica ad Herennium*, apenas assevera tratar-se de alguém muito próximo do estilo de Cícero.

e o *De inventione*, autenticamente ciceroniana, escrita quando o autor era ainda muito jovem (talvez em 87 a.C., aos vinte e um anos).

Essas obras alcançaram na Idade Média notabilidade e marcaram a retórica clássica, sobretudo, no caso da *Rhetorica ad Herennium*, pelo conjunto de conhecimentos “no campo puramente cívico-moral [...]; e ainda por uma boa definição do discurso verossímil [como também] por uma boa distinção entre assuntos históricos e assuntos fictícios” (BARILLI, 1979, p. 40-41). Quanto à *Institutio oratoria*, de Quintiliano, documenta uma insuperável amplitude e sistematicidade, uma “nova condição de exercício da retórica”. Quintiliano, mais do que um usuário, foi um autêntico mestre de retórica, “um teórico e um historiador desta ‘arte’, um homem político que dela faz instrumento de combate” (p. 51).

4.4.2 A Retórica e a defesa dos valores cristãos

No século V, com o declínio do Império Romano, a retórica começa a perder o prestígio que detinha no período clássico. A Idade Média foi marcada por valores do Cristianismo, deixando de lado as tradições greco-latinas. Nesse momento, tudo passou a ser revestido pelos valores cristãos, as obras de Cícero e Quintiliano, exemplares bastante difundidos no Mundo Medieval, foram usadas com a intenção de atender o ideal cristão: a conversão religiosa. A ênfase recaiu, então, sobre a arte sermonária, as oratórias dos sermões sacros.

O século XIII consiste num momento de mudança significativa no cenário histórico da retórica, por marcar uma ruptura “pelo afluxo da filosofia aristotélica veiculada pelos pensadores árabes” (p. 66). É um século caracterizado pelos interesses substanciais pela física, pela lógica analítica e pelo grande incremento dado ao espírito dialético. Pontue-se que em Aristóteles, a Dialética compreende a “arte da controvérsia, em si puramente lúdica, mas que serve tanto à filosofia quanto à retórica, cuja parte argumentativa ela continua sendo” (REBOUL, 2004, p. 246).

Nesse período, tem-se uma das mais nítidas demarcações entre Retórica e Dialética. A primeira sofre uma grande derrocada, caindo em certa “indiferença e falta de atenção” (BARILLI, 1979, p. 66). Reforça-se o espírito logístico da Escolástica, cujos representantes de maior expressão foram Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Em *De Doctrina Christiana*, Santo Agostinho tece uma viva e eloqüente negação – embora não tão explícita – à retórica. Por sua vez, São Tomás de Aquino pronuncia-se sobre a retórica de “uma forma correcta, e respeitando as então consolidadas e estereotipadas distinções aristotélicas” (p. 67).

A atenção desse estudioso volta-se para o aspecto “demonstrativo das ciências físicas e para a disputa dialéctica em torno das questões teológicas” (idem).

Os séculos que se seguiram na alta Idade Média são marcados pela ênfase na *elocutio*, compreendida em sua essência enquanto construção estilística no plano da frase e do período. Os vários tratados que se escalonaram ao longo desse período foram marcados por essa tônica, a exemplo da *Ars versificatoria*, de Mathieu de Vendôme e da *Poetria Nova*, de Geoffroi de Vinsauf. Essas “artes” têm por finalidade servir como instrumentos técnicos para a construção de poemas, ou “pelo contrário do *dictare*, do escrever cartas, discursos oficiais, súplicas, etc [...] desenvolvido de acordo com a arte notarial [...] movidos pela preocupação do *bene dicere*”. (p. 69). Consiste no momento do primado do texto escrito.

A partir da Idade Média, a preocupação com a moldura do discurso, com o seu “colorido”, tomou conta do cenário. A gramática e a poética continuavam estreitamente ligadas. Destaque-se que a gramática surge da preocupação de se descrever os textos²⁷ sagrados e poéticos: “normas foram estabelecidas a partir do uso da língua nos autores ‘canonizados’”. Há que se mencionar que a gramática antiga mantinha relação direta com a “arte de bem falar”, restringindo-se “à descrição dos textos, não estudando os mecanismos e as estruturas desses mesmos textos – função da retórica”. (FÁVERO; KOCH, 2007, p. 29).

Para desvelar os juízos de valor que se manifestam na argumentação, mais precisamente “discernir o uso argumentativo de um termo, é importante conhecer as palavras ou as expressões de que o orador poderia ter-se servido e às quais preferiu a palavra utilizada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 170).

O conhecimento lingüístico, nesse sentido, serve como importante ferramenta à retórica. Certos usos lingüísticos evidenciam a tomada de posição do orador diante do auditório ou perpassada no texto escrito. Esses usos estão condicionados à “situação social e histórica”, ao “contexto fornecido pelos hábitos, pelo modo de pensar, pelos métodos, pelas circunstâncias exteriores e pelas tradições conhecidas dos usuários” (p. 580). Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam que sem os elementos lingüísticos nenhum juízo pode ser formulado. Daí a ligação existente entre retórica e gramática.

Esses autores assinalam que na Antigüidade, a Retórica tinha por objeto

a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava. (p. 6).

²⁷ O termo *texto* não era conhecido na Antigüidade, apenas o conceito de palavra era usado.

A partir do final da Antigüidade Clássica a retórica começa a experimentar a perda de sua influência nos mais variados setores. Na Idade Média, ela ficou sendo “essencialmente a arte de apresentar verdades e valores já estabelecidos”. (p. 179). No século XVII, ficou relegada a uma posição marginal, sobretudo em função do cartesianismo e do empirismo. Época “muito contraditória, com profundos desníveis culturais, ideológicos e econômicos no espaço geopolítico europeu”, como lembra Mendes Vieira (1987, p. 15).

Um século caracterizado por grandes transformações políticas e sociais que serviram de ponto de partida para as futuras elaborações revolucionárias. As transformações partem, especialmente, do aspecto religioso/espiritual e refletem em todos os setores, principalmente no político-econômico. O sentimento religioso, atestado na produção artística desse período, evidencia “a grande fonte de inspiração dos artistas” (FRANÇA, 1997, p. 31). Refletia o ideal de busca pela paz interior.

O século XVII também marca a busca por uma disciplina por parte da Igreja, a reorganização de numerosas ordens religiosas e a criação de muitas outras. Foi o século de grandes teólogos, mas o cansaço da teologia militante favoreceu o crescimento das tendências míticas no continente europeu.

Em Portugal, a retórica nos tempos medievais, circunscreve-se exclusivamente ao domínio da escolaridade. O ensino das técnicas retóricas se deu em dois sentidos, conforme aponta Lausberg (2004): o primeiro de ordem profana, tendo como representantes os poetas e prosadores do período; e o segundo “tinha conexão com a arte de pregar e era o fundamento da técnica da palavra, necessária para tornar aptos os sacerdotes” (p. 14) na pregação e na difusão da fé cristã, sobretudo por toda a parte do mundo ocidental. Tal difusão emanava dos grandes centros de ensino lusitanos no tempo medieval, os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça.

Nos *scriptoria* dos referidos mosteiros, copiavam-se tratados que permitiam aos clérigos aumentarem o seu cabedal de conhecimentos gramaticais e retóricos, visto gramática, retórica e dialética formarem conjuntamente o que Alcuíno denominou de *trivium*. (p. 15).

Nas bibliotecas dos mosteiros portugueses encontram-se obras diversas, entre as quais um códice do século XV, entre os manuscritos alcobacenses, da *Rhetorica ad Herennium*, constando em latim; também os escritos de S. Isidoro, cuja retórica era bem conhecida dos religiosos – clérigos – que ali estudavam. Havia ainda obras de cunho gramatical, dedicados à iniciação aos estudos dos princípios retóricos. “Os clérigos – estudantes dos mosteiros

encontravam nesses elementos bibliográficos, ampla matéria para formularem os seus sermões”. (p. 17).

A finalidade era de construir um sermão capaz de lograr eficácia plena, um sermão que conseguisse atingir o auditório e de conquistá-lo. Hansen (194, p. 41) esclarece essa intenção, postulando que o fracasso de um sermão não seria “apenas uma questão de engano retórico, mas de erro teológico e de fé” ou, nas palavras de padre Antonio Vieira, no Sermão da Sexagésima, “um falso testemunho”.

Padre Antonio Vieira foi um dos maiores representantes e usuários da Retórica nesse período. Antes de começar a pregar, ele exerceu a função de professor de Retórica, “o que viria a pesar no assunto predominantemente retórico do Sermão da Sexagésima”. (MENDES VIEIRA, 1987, p. 17).

Os sermões de Vieira tornaram-se “o paradigma do que se convencionou chamar ‘método português de pregar [...] e passaram a ser estudados nos colégios, figurando em várias colecções antológicas”. O grande problema retórico fundamental desse momento da história reside em “como compor um discurso persuasivo, isto é, suficientemente universal nos argumentos para mover particularmente a fidalguia e o clero a colaborar na reconstrução do Reino português”.

Vieira consegue resolver em sua obra sermonária um dos grandes problemas que se apresentava no fim da Antigüidade, “o da relação entre a Retórica e a nova religião, o Cristianismo”. De acordo com Reboul (2004, p. 77), “os cristãos logo aceitaram a escola romana e a cultura que ela veiculava”. A Igreja se tornou a depositária da cultura antiga, inclusive da retórica.

Dois motivos levaram a tal aceitação: o primeiro é que a Igreja, em seu papel missionário não podia deixar nas mãos de seus opositores essas armas, esses “meios de persuasão e de comunicação”; a segunda razão consiste em entender que a própria Bíblia é retórica pela abundância de metáfora, alegorias, jogos de palavras, antíteses e argumentações. Para interpretar os textos sagrados não seria demais utilizar todos os recursos da retórica. Destaque-se que a hermenêutica na Idade Média era tomada por alegorismos, numa proposição de que “todo texto bíblico tem outro sentido além do literal” (p. 79). Na realidade, vários sentidos.

A partir do Renascimento, a retórica, ao mesmo tempo em que resgata os ideais da Antigüidade, deixados por um tempo de lado, começa a experimentar o declínio. O “golpe mortal” vem com o rompimento do elo entre o argumentativo e o oratório, responsáveis pela força e pela valoração atribuídas à retórica. No entanto, apesar desta ter se limitado “ao estudo

dos meios de expressão ornados e agradáveis” (idem), os retóricos que figuraram até o século XIX foram completos quanto às fases retoricistas. A retórica em si deixa, por outro lado, “de ser arte e perde seu instrumento dialético”, sendo considerada como um meio artificial “entre o espírito e a verdade”. Sua aplicabilidade ainda encontra espaço nos discursos jurídicos, políticos e, sobretudo, nas pregações proferidas nos púlpitos das igrejas.

Sob esse aspecto, na Idade Moderna, a retórica foi refutada de compartilhar seu espaço e de estabelecer-se enquanto meio de aquisição do conhecimento. Só no começo dos anos 60, na contemporaneidade, os acadêmicos redescobriram-na, devolvendo o prestígio e a nobreza que ela possuía, mas não houve um consenso quanto ao sentido de tal vocábulo. Somente no século XX é que a retórica ganha atenção novamente, principalmente na segunda metade desse século e nos primeiros anos do novo milênio com os estudos do filósofo belga Chaïm Perelman e também com os trabalhos de Lucie Olbrechts-Tyteca.

Perelman marca o ressurgimento da retórica com a publicação da obra intitulada *Traité de l' argumentation – La nouvelle rhétorique – Tratado da argumentação: a nova retórica*. A assistência permanente de Olbrechts-Tyteca foi decisiva para entender a retórica enquanto “arte de argumentar”, respaldando-se ambos em exemplos extraídos de oradores religiosos, jurídicos, políticos e até filosóficos. (REBOUL, 2004, p. XIII).

No *Tratado a argumentação* ultrapassa-se, de modo amplo, os limites da retórica tradicional, contemplando-se as diferentes espécies de discurso, suas nuances em relação às disciplinas, ao auditório/aos ouvintes, aos mecanismos e estratégias que orientam/apresentam a razões que servem para justificar ou refutar determinado ponto de vista. Nessa obra, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) versam sobre os recursos discursivos a serem utilizados pelo orador “para se obter a adesão dos espíritos” (p. 9), no que concerne à técnica de utilizar a linguagem para persuadir e para convencer. Esses autores tomam por inspiração os lógicos, procurando imitar seus métodos de análise e de procedimento, métodos que procuram conduzir a resultados significativos no uso da arte da persuasão.

Em *Tratado da argumentação: a nova retórica* estabelece-se uma maneira diferenciada de compreender a retórica através de procedimentos argumentativos respaldados na razão lógica e com o redimensionamento dos conceitos de orador, de auditório e da tipificação discursiva. Também se reconhece a importância das “formas gramaticais” na expressão das modalidades da significação”, para tanto, levam-se em conta as disposições e contributos das “novas escolas semióticas” e até mesmo das “velhas disciplinas filológicas”. (p.174).

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca há um empenho das categorias gramaticais na pretensão de exprimir “as categorias de sentido” e “as categorias afetivas” presentes nas modalidades de expressão do pensamento e que permeiam a matéria e a forma do discurso. Por isso, esses estudiosos acreditam ser importante “chamar a atenção para o papel argumentativo desempenhado por certas formas de expressão, atinentes às modalidades” (p. 175), embora não se prendam exclusivamente pelas formas gramaticais, psicológicas e lógicas.

4.3.1 Os artigos à luz da Retórica

Perelman e Olbrechts-Tyteca também tecem observações sobre o uso argumentativo dos artigos no plano retórico. Tomando por aporte a língua francesa, esses estudiosos evidenciam que os artigos exercem papel fundamental no encadeamento e manutenção do discurso. Tais considerações servem para alargar a compreensão dos mecanismos de utilização e funcionamento desses itens também no português. Itens que, sob hipótese alguma, podem ser descartados das análises ou vistos como secundários, pois, como bem lembra Bakhtin (1992, p. 31), toda palavra num enunciado possui uma importante carga de significado(s), motivo pelo qual “nenhuma escolha lexical será neutra por parte do redator” ou do orador. Logo, até mesmo os artigos desempenham função retórica ou podem servir como instrumentos retoricistas.

Os artigos atuam significativamente na inserção de argumentos – diretos e indiretos - de autoridade, refletindo – o que atualmente também pontua a Lingüística Cognitiva – determinantemente, na explicitação das intenções e na tessitura dos juízos de valor do sujeito-enunciante, servindo ainda às categorias opinativa e interpretativa, influenciando na produção do sentido do texto e do discurso.

No plano retórico, podem os artigos, bem como os demais elementos lingüísticos constitutivos de dado texto ou enunciado, denunciar a presença da subjetividade e demonstrar a introdução de argumentos de autoridade nos diversos tipos discursivos, encetando generalizações e atuando no desvelamento ou no mascaramento de ideologias, o que se evidencia, comprovadamente nos textos de cunho jurídico, político e religioso. O discurso é ideológico, pois se encontra assentado e mediado por palavras que são autênticos signos semióticos responsáveis pela constituição ideológica dos sujeitos sócio-históricos.

Diante desse quadro, percebe-se que o uso dos artigos obedece a um nítido interesse argumentativo. O funcionamento do artigo definido em epítetos, ou seja, nas qualificações de

peças e objetos, como em “Miguel, o arcanjo”, coloca em evidência, retoricamente, a qualidade que por ele se enfatiza e que vem “completar o conhecimento do objeto” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 143).

De acordo com Neves (2006, p.133), os artigos definidos atuam na referência definida apontando “objetos únicos para uma determinada situação de enunciação”, fazendo com que os interlocutores compartilhem um “bloco de conhecimentos”, sem que para isso seja necessário que um dos participantes do ato comunicativo, “esteja vendo o referente na situação imediata, bastando que ele infira apenas a sua existência” (p. 134).

No plano retórico, o artigo definido atua decisivamente para o “aclaramento das noções²⁸”, imprescindível para a “interpretação dos signos” e para a especificação e melhor organização dos conceitos e noções. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) encetam que “uma noção parece suficientemente clara enquanto não se vêem situações em que ela se prestaria a interpretações divergentes”. (p. 153). Em textos jurídicos, de prescrição legal, e religiosos, especialmente os textos sagrados, as noções e as proposições têm a possibilidade de serem obscuras quando inseridas em argumentação difícil de rejeitar.

Ainda sobre os artigos definidos, esses autores pontuam que no uso desses elementos, no singular pelo plural, como em “o brasileiro”, “o italiano”, “tem um significado inegável”, reconhecendo-se nesses casos, o tratamento “de amostras como representantes de uma espécie” e, a um só tempo, “uma ação de presença, pela transformação do grupo em uma pessoa, e a unificação do ponto de vista”. (p. 184).

Tanto os artigos definidos quanto os indefinidos desempenham influência sobre aquilo que os lógicos consideram as modalidades de uma afirmação: “certeza, possibilidade e necessidade”.

O uso do artigo indefinido no plano retórico, por vezes, parece “diminuir de certo modo, a responsabilidade pessoal no juízo” (p. 183) por parte do orador, por isso possibilita muitas vezes entre “quem fala e o que [se] diz”, um certo distanciamento, como em casos de situação ampla, na qual o referente é localizado num grupo ou conjunto, ou quando o referente não pertence ao campo de informações/conhecimentos dos interlocutores.

Os artigos também exercem papel significativo em SNs genéricos, como em “o governo”/“um ministro”. A generalização consiste numa das estratégias retóricas de introduzir e fixar argumentos de autoridade. A utilização de artigos nesse plano possibilita a inserção e a

²⁸ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) consideram noção, como a “qualificação dos dados e sua inserção nas classes [...], focalizada ora como compreensão, ora como extensão [...] que se aplica ao objeto do discurso” (p. 147).

edificação dos argumentos, favorecendo o estabelecimento da determinação e/ou da indeterminação de SNs num segmento discursivo quer propositalmente ou não, obedecendo-se aos interesses retóricos dos interlocutores, reforçando/enfatizando informação(ões).

Os artigos podem ainda funcionar como pistas aos interlocutores no desvelamento de técnicas retóricas de indução e de organização da teia argumentativa. Os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) nesse âmbito, utilizando-se dos recursos analíticos da Retórica, associados às contribuições teóricas advindas do Funcionalismo e da Referenciação tornam mais segura a compreensão e a análise dos usos e do funcionamento dos artigos definidos e indefinidos nos textos que compõem o corpus deste trabalho.

Dessa forma, auxiliam decisivamente na perscrutação dos SNs encetados por artigos, pois consideram a língua em sua utilização e enquanto instrumento ideologizante no campo dos mecanismos e processos persuasivos, levando em conta todo o entorno e as circunstâncias que permeiam/sustentam os enunciados e os eventos lingüísticos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 POR UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS

Para uma melhor apresentação das análises desenvolvidas a partir do levantamento e da interpretação das ocorrências dos artigos nos textos do FR, do FS e do SS, que compreendem o *corpus* selecionado e definido para este trabalho, optou-se por contemplar alguns pontos considerados essenciais ao estudo dos usos e do funcionamento dos artigos definidos e indefinidos no português arcaico e no moderno. Pontos esses que se encontram de acordo com os procedimentos elencados na metodologia de pesquisa, a qual compõe o primeiro capítulo deste estudo.

5.1.1 Ocorrências percentuais do artigo *el* em *el rey*.

Antes de apresentar os dados como um todo, vale discutir sobre uma das formas funcional e retoricamente mais significativas do artigo: *el*. Tal forma registra-se tanto no século XIII quanto no XIV, usada sempre como demonstra o *corpus*, diante da palavra *rey*, portanto no sintagma *el rey* e variações (com hífen e sem hífen). Não aparece no século XVII, no texto do SS. O FR revelou conter maior número de ocorrências, como demonstra a Tabela 1, obviamente por se tratar de texto jurídico, elaborado pelo próprio rei Afonso X ou a seu mandado, com o intuito de não apenas organizar ou ditar as regras ao(s) povo(s) sob seu domínio, mas retoricamente, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.161), para tornar centralizada a figura do rei, despertando em todos os seus comandados/súditos, o respeito, o temor.

Dessa forma, “a argumentação de que se vale, o permite [o rei] ficar no primeiro plano da consciência” dos interlocutores, fazendo prevalecer “certos esquemas interpretativos” (idem), o que se poderia denominar de uso ideológico do artigo. Na verdade, uso retórico persuasivo do artigo *el*, num nítido argumento de autoridade.

Note-se que, conforme a Tabela 1, o *el rey* (sem hífen) realmente não aparece no FS e a explicação é simples: enquanto no FR e no FS tem-se, principalmente no primeiro, a presença do rei muito marcantes, no SS a autoridade maior é Deus, o rei maior é Deus, ele é o soberano universal, o definido por natureza, o detentor do poder, restando ao rei terreno a figura de representante, mas de súdito, como todos de seu reino.

Ocorrências	FR		FS		SS	
el Rey	19	33,3%	-	-	-	-
el-rey	-	-	02	40%	-	-
del Rey	26	45,6%	-	-	-	-
d'el-rey	-	-	01	20%	-	-
a el Rey	06	10,5%	-	-	-	-
a el-rey	-	-	02	40%	-	-
al Rey	01	1,8%	-	-	-	-
a al Rey	03	5,2%	-	-	-	-
de el Rey	01	1,8%	-	-	-	-
dal Rey	01	1,8%	-	-	-	-
Total	57	100	05	100	-	-

Tabela 1 : Ocorrências de *el* encontradas no *corpus*.

Os excertos (01), (02), (03) e (04) mostram algumas das formas do *el* encontradas nos textos do FR e do FS, apresentadas na Tabela 1. Destaque-se que ao figurar isoladamente, no entanto, o *el* funciona apenas como pronome pessoal do caso reto.

(01) (XIII FR 96-98:129)[...] *de ir contra el rey nẽ contra seu senhoryo nen f[a]zer aleuantamento nen bolico contra el(*)²⁹ nen contra seu reyno [...].* .

(02) (XIII FR 192-193:133)[...] *por guarda dalgũa cousa que peteesca a senhorio del rey e nõ por outro engano [...].*

(03) (XIV FS 347-350:240) *E el-rey lhis deu juiz com ela que os ouvisse e que soubesse a verdade daquel feyto. Aquel juyz havia nome Angelata. Este foy ao moesteiro demandado d'el-rey e disse sã Fruytoso que fezesse viir aquela donzela ant'el(*) e que respondesse a seu esposo do que lhi demandasse.*

(04) (XIV FS 366-368:241) [...] *estas novas chegarom a el-rey que em aquel tempo era senhor daquel terra. E el(*), que entendeu que per sa yda seeria o lume d'Espanha destroydo, mandou-o prender e que o adussessem ant'el(*)*.

5.1.2 Ocorrências percentuais das demais formas dos artigos

Num plano maior de análise, verificou-se que quanto às demais formas dos artigos utilizadas no FR, no FS e no SS, essas são, em sua maioria, as de hoje, não havendo a notar senão alguns casos particulares no tocante ao FR e ao FS. Diferentemente dos séculos XIII e XIV, no século XVII, o português estava quase que totalmente bem definido no que tange ao aspecto ortográfico da língua, sobretudo no que se refere à grafia dos artigos, segundo indica a Tabela 2.

²⁹ (*)*el* funcionando como pronome pessoal do caso reto

	FORMAS	DOCUMENTO					
		FR		FS		SS	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARTIGOS DEFINIDOS	o	129	35,3	87	31,3	322	34,8
	lo	-	-	1	0,3	-	-
	llo	2	0,5	-	-	-	-
	os	88	24,1	63	22,7	154	16,7
	los	-	-	5	1,8	-	-
	llos	2	0,5	-	-	-	-
	huu	4	1,1	-	-	-	-
	huus	-	-	2	0,7	-	-
	a	91	24,9	29	10,5	238	25,8
	as	41	11,2	21	7,6	145	15,7
	las	-	-	9	3,2	-	-
	llas	2	0,5	-	-	-	-
	lhas	2	0,5	-	-	-	-
Subtotal	361	98,6	217	78	859	93	
ARTIGOS INDEFINIDOS	um	-	-	-	-	39	4,2
	huum	-	-	2	0,7	-	-
	hũũ	-	-	5	1,8	-	-
	hũu	1	0,3	1	0,3	-	-
	huũ	-	-	31	11,2	-	-
	hũa	4	1,1	20	7,2	-	-
	huã	-	-	2	0,7	-	-
	uma	-	-	-	-	25	2,7
umas	-	-	-	-	1	0,1	
Subtotal	5	1,4	61	22	65	7	
TOTAL GERAL		366	100	278	100	924	100

Tabela 2: Ocorrências das formas de artigos no *corpus*.

De acordo com as disposições presentes na Tabela 2, contam-se 366 ocorrências de artigos definidos e indefinidos no Livro I do FR, 278 desses elementos no Códice A do FS e 924 no SS. Nesses textos, a incidência dos definidos em SNs é superior a dos indefinidos, principalmente no FR, de caráter jurídico, e no SS, de caráter religioso, textos cuja intenção norteadora de expressão é de uma direcionalidade discursiva mais imediata, e de um discurso que não suscite dúvidas/ambigüidades, isso contribui para tal preferência.

Das formas dos artigos definidos encontradas no *corpus*, o artigo *o* consiste na forma mais presente, com registros de 35,3% no FR, 31,3% no FS e 34,8% no SS. A forma definida feminina, *a*, vem em seguida com percentuais de 24,9% no FR e com 25,8% no SS, registrando baixa significativa no FS, com apenas 10,5%. Matematicamente, a diferença nas percentagens de registros entre a forma masculina *o* e a forma feminina *a* é de 10,4% no FR, de 9% no SS e de 20,8% no FS. O maior índice diferencial, nesse aspecto, encontra-se,

portanto no FS. Ao que parece, no século XIV o discurso religioso ainda era de preponderância masculina, daí a presença no FS de maior número de SNs encetados pelos artigos definidos nesse gênero.

Nos excertos (05) e (06), extraídos do FS, é possível verificar essa presença acentuada dos artigos definidos, sobretudo dos masculinos.

(05) (XIV FS 31-32:229) *E pois esto disse deo a alma a Deus e os sacerdotes e os monges que hi eram todos virom que os anjos a receberom e yam com ela cantando.*

(06) (XIV FS 294-299:238) *E há este nome o mar da insoa. Ca a verdade dizer o dereyto nome da insoa ñ ha nome Cádiz, mais Guadiz. E de Guadiz ha o mar nome Guaditaneo, mais os homeens tolherom o nome aa insoa Guadiz e chamam-na Cádiz porque lhis semelha o nome chus fremoso. E o dia que sã Fruytoso moveu era domingo e fazia ta grandes chuvhas e ta grandes tempestades que volo ñ poderia homem devisar. E o arcebispo e os da cidade o quiserom [...].*

As formas mais arcaicas dos artigos definidos – como *lo* (0,3%), *los* (1,8%), *llo* (0,5%), *llos* (0,5%), *huu* (1,1%), *huus* (0,7%), *las* (3,2%), *llas* (0,5%), *llhas* (0,5%) – apresentam, como se pode notar, percentuais modestos em relação às demais formas. Há que se dizer, que boa parte das formas antigas já conviviam com as formas atuais dos artigos definidos, como se verifica através da Tabela 2, e ainda, a maioria delas (*llo*, *llos*, *huu*, *llas*, *llhas*)³⁰ não ultrapassou os limites do século XIII. Em (07), (08), (09) e (10), algumas dessas formas são veiculadas.

(07) (XIII FR 135-136:130-131) *Ca diz a Sancta Escripura que ñ é huu mayor enemigo ca aquel que dana a boa fama do outro.*

(08) (XIII FR 623-626:149) *Se alguu ome ouuer muytos preytos possa dar huu pessoeyro por todos se quiser, quer seyã começados os preytos quer ñ começados. E outrosy possa dar. II . pessoeyros e mays se quiser en huñ.*

(09) (XIII FR 547-551:146-147) *Este que a ñ quiser teer por lla uintena da demanda, non tenha uoz a nenguu em todo aquel ano ena uilla, se ñ for sua uoz própria. E sse outra uoz teuer peyte por cada hũa uoz . L . maauidis, os meos a al Rey e os m[e]yos ao alcayde [...].*

(10) (XIII FR 266-269:136) *[...] e per el uijam todollos bees, e porque a dyzyna é diuido que deuemos dar a Nostro Senhur de todo, nenguu ñ se possa escusar de o ñ dar. Ca se os mouros ou os judeos ou os gentios que som doutras leys que ñ na conhocença da verdeyra fe Dan os diziyos dereytamente segundo os mandamētos das sãs leys [...].*

³⁰ No FS encontram-se alguns registros com as formas *-los*, *-las*, *-lo*, como em: (XIV FS 41:229) *E todolos outros [...];* (XIV FS 91:229) *[...] todolos marteyros [...];* (XIV FS 157:233) *[...] todolos santos [...];* *E todolos outros [...];* (XIV FS 292:238) *E todolos outros [...].*

Os artigos indefinidos também chamam a atenção pelo fato de que as suas formas arcaizantes prevaleceram, como se verificou através do *corpus*, ao longo dos séculos XIII e XIV, embora com percentuais pequenos: *huum* (0,7%); *hũũ* (1,8%); *hũu* (0,3%, no FR e 0,3%, no FS); *huũ* (11,2%); *hũa* (1,1%, no FR e 7,2%, no FS). As formas atuais (*um*, *uma*, *umas*) no *corpus* têm registro apenas no século XVII, no SS, o que não significa, no entanto, que não fossem já utilizadas em séculos anteriores a esse.

Destaque-se que no FR a presença dos indefinidos (1,4%) chega a ser ínfima, embora não passe despercebida diante do universo dos definidos (98,6%), conforme se pode melhor visualizar através do Gráfico 1. O FS é o que apresenta maior percentual de usos de artigos indefinidos em comparação com os demais textos (22%). Isso tem relação com o uso de adjuntos adverbiais de tempo e de lugar para situar as histórias e os feitos dos santos, narrados ao longo desse texto.

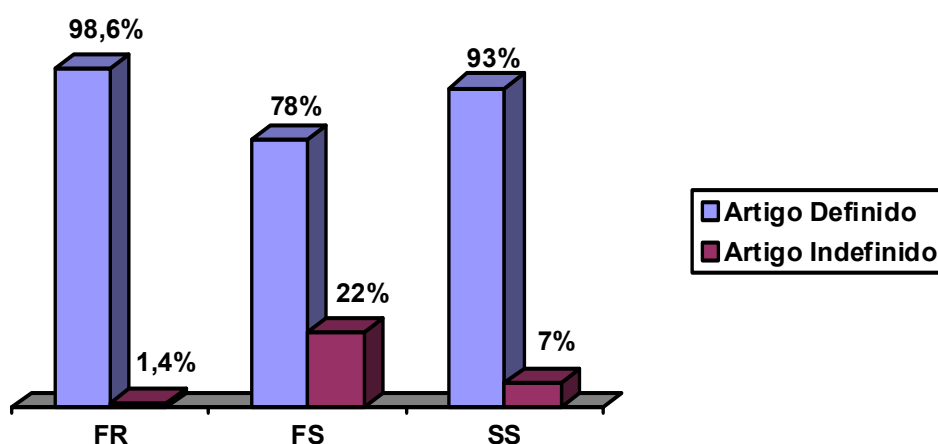


Gráfico 1: Do percentual de artigos no *corpus*

Em (11), (12), (13) e (14) têm-se exemplos de algumas das formas de artigo indefinidos presentes no FR e no FS.

(11) (XIII FR 44-45:127) Deus e uma natura e **hũa** cousa que fez de nada os angos, os omees e o CEO e a terra.

(12) (XIII FR 606-607:149) E isto meesmo seya dos herdeyros e dos companeyros em **hũa** demanda ou de clerygo en preyto de sa eygreya.

(13) (XIV FS 06:228) Tu semelhas **huũ** mercador. A ti veeras viir e levate toste e vay contra el.

(14) (XIV FS 121-122:232) E quando queria cantar missa entrava a ela com tã grande homildade que era **hũa** gram maravilha [...].

Analisando o que dispõem a Tabela 2 e o Gráfico 1, é possível perceber que no SS padre Antonio Vieira muito privilegia o uso dos artigos, sobretudo dos definidos no singular, que em maior número figuram ao longo do Sermão, cerca de 93%. Essa preferência não é aleatória, ela obedece a princípios perfeitamente relacionáveis às estratégias retórico-discursivo-teológicas desse autor que, por dominar as técnicas da boa oratória, da retórica e dos conhecimentos em teologia moral e doutrinária, percebia o valor e a relevância do artigo definido singular na expressividade e clareza dos enunciados, na argumentação, no discurso propriamente dito, além desses elementos atuarem como facilitadores de uma aproximação maior entre o orador e o interlocutor/o público/o auditório, como se pode verificar logo no parágrafo de abertura do SS, disposto em (15), e no excerto (16) em que Vieira apresenta os quatro gêneros de criaturas existentes no mundo, as quais, por sua vez, se armaram contra o semeador.

(15) (XVII SS 3-6:29) *E se quisesse Deus que este tão ilustre e tão numero auditório saísse hoje tão desenganado da pregação, como vem enganado com o Pregador! Ouçamos o Evangelho, e ouçamo-lo todo, que todo é do caso que me levou e trouxe de tão longe.*

(16) (XVII SS 47-50:30) *Faltou alguma destas que não armasse contra o semeador? Nenhuma. A natureza insensível o perseguiu nas pedras; a vegetativa nos espinhos; a sensitiva nas aves; a racional nos homens. E notai a desgraça do trigo, que onde só podia esperar razão, ali achou maior agravo.*

A partir das disposições de Neves (2007, p. 243), quanto ao modelo de interação verbal funcionalista proposto por Dik (1997), é possível interpretar – lembrando-se que a expressão lingüística constitui instrumento de mediação entre falante e ouvinte, e também entre texto e leitor –, a predominância dos artigos definidos no *corpus*, como uma implicação necessária para a percepção pelo ouvinte/leitor das relações referenciais que se estabelecem no discurso/no texto. Para essa autora, como esboçado em capítulo anterior, esses são os artigos mais utilizados, pois permitem ao interlocutor relacionar mais rápida e perceptivelmente o objeto lingüístico ao objeto particular em sua memória.

O Gráfico 1, disposto sob um plano comparativo de dispersão matemático-espacial, melhor esboça a tendência no uso dos artigos no *corpus* ao longo dos três séculos em questão, como se pode notar, a partir de sua remodelação no Gráfico 2.

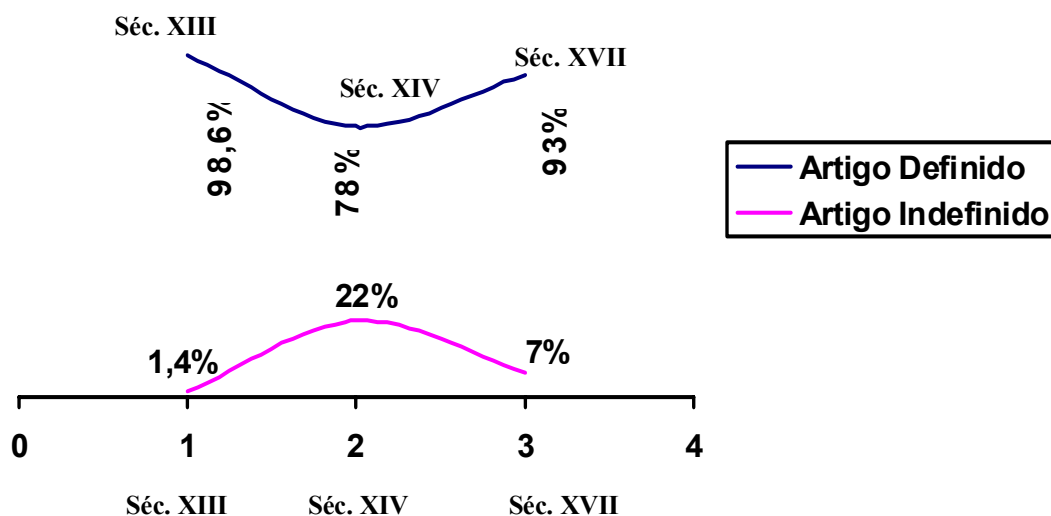


Gráfico 2: Perspectiva de uso dos artigos no *corpus* em plano dispersional gráfico-parabólico.

O Gráfico 2 mostra, no caso dos artigos definidos, uma percentagem alta de uso no século XIII (98%), caindo no século XIV (78%) e retomando o crescimento no século XVII (93%), numa nítida tendência à definitude na organização discursiva, o que encontra respaldo nas disposições da Gramática Funcional; tais percentagens demonstram ainda, um caminhar para uma pragmaticidade interacional-discursiva, através de uma maior disponibilidade informacional, algo que se consegue alcançar nos sermões vieirenses do século XVII, a exemplo do SS. Ao contrário, os artigos indefinidos têm pequeno índice de presença no texto do século XIII (1,4%), com aumento mais que significativo no século XIV, num verdadeiro salto para a marca dos 22%; e com queda também significativa de 15%, ficando em índice de 7% no século XVII.

O uso parcimonioso dos artigos indefinidos encontra nos pressupostos referenciais e retóricos explicação: deve-se ao fato desses itens não portarem a função ou de não terem a propriedade de atuar como fixadores de argumento definido³¹, na maioria das vezes, por não conduzirem o interlocutor diretamente à visualização do objeto e/ou ao esclarecimento de determinadas noções, conceitos, conjecturas. Também encontra justificativa nos aspectos elencados acima (no parágrafo anterior) no que se refere ao interesse maior pela definitude, marca funcional dos artigos não só sob as bases do funcionalismo lingüístico, como ainda, do plano retoricista-político-teológico.

³¹ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) deixam a entender que há contextos em que os artigos indefinidos podem expressar definitude, como se fossem artigos definidos.

Quando o autor/o texto tem a intenção – como é o caso dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa – de estabelecer, transmitir ou defender determinados pontos ou tópicos, idéias e argumentos, envolvendo diretrizes jurídicas, leis, cânones religiosos, doutrinas ou preceitos de comportamento social e espiritual, visa expor, para convencimento do interlocutor/público, uma argumentação segura, portanto revestida de autoridade, algo que privilegia a definição, a clareza, que se conquista e se consegue com a utilização, dentre outros elementos, dos artigos definidos. Isso, retórica e funcionalmente, não diminui o valor e o papel dos indefinidos. Observe-se, para tanto, as disposições suscitadas pelos artigos nos excertos (17) e (18).

(17)(XIII FR 01:125) [FORO] REAL. (LIVRO I) Este é o primeiro liuro dos foros [...].

(18)(XIV FS 215-216:235) **Hũũ** frade nos contava que [...]. E **huũ** deles era natural do Egipto. E o outro [...].

Em (17) a argumentação alcança o valor incontestado da autoridade com o artigo definido a apontar tratar-se realmente do *primeiro livro* do foro. O aporte da definitude, num diálogo funcional-retórico-referencial, é que sustenta a progressão, assegura a continuidade do enunciado, do próprio fluir informativo do texto. Note-se, como pressupõe Kabatek (2007, p. 15), que esse artigo (no século XIII, portanto mais próximo do período de desenvolvimento dos demonstrativos) conserva certo valor dêitico. O fato de vir posposto ao verbo, na ordem sujeito-verbo, também não é por acaso, acena para a ênfase na ação, como se comentará melhor mais adiante nesse capítulo.

Por sua vez, em (18), vale lembrar Pezzati (2005), tem-se o caráter da indefinitude expressa pelos artigos indefinidos *Hũũ* e *huũ*. Apesar de sua atuação na construção funcional dos referentes, o indefinido não possui a mesma força do definido junto ao interlocutor, de todo, quanto argumento de autoridade plena, devido a certa impessoalidade informativa que deixa/permite perpassar (como se costuma fazer nas fontes jornalísticas ao se atribuir a um ser indeterminado determinada afirmação), sobretudo pelo distanciamento entre orador – objeto do discurso ou interlocutor – objeto do discurso. (MONDADA; DUBOIS, 1995). Não haveria, dessa forma, uma imediaticidade ou visualização definida entre esses.

Esse uso do indefinido em (18), no entanto, também pode ser encarado como intencional, na medida em que se interprete a atitude do narrador como um desejo de não comprometimento em relação à fonte da informação veiculada (**Hũũ frade nos contava**[...]), ou mesmo em relação à própria informação (tal qual fazem os jornalistas ao querer ocultarem

suas fontes para não se comprometerem, nem comprometê-las). Pode-se pensar também que tal história – a passagem narrada em (18) – não tivesse, de todo, sua divulgação autorizada pelas autoridades religiosas, ou não fosse de todo verdadeira, confiável, daí não se querer identificar o frade que a contou.

Não se pode, no entanto, negar outra possibilidade interpretativa, a de que o autor não soubesse o nome do frade. De qualquer modo, essa linha de raciocínio serve para demonstrar que os artigos indefinidos têm uso precioso no plano do estabelecimento da coerência no texto, bem como na firmamento e arcabouço da estrutura argumentativa. Um uso, portanto, funcional, referencial e retórico que serve para mostrar o valor desses artigos.

5.1.3 Os artigos enquanto elementos referenciadores

Em Liberato (2001, p. 91), ao contrário dos indefinidos, os determinantes definidos são considerados como “recortadores universais”, pois conseguem funcionar como indicadores da totalidade da qual o referente é constituído, responsáveis pela delimitação qualitativa do elemento.

Em Givón (1984), no entanto, os artigos definidos e mesmo os indefinidos são marcados por uma “disponibilidade dêitica imediata”, o que garante a unicidade e a identificabilidade referencial associada aos interlocutores, ou seja, a referência é bem sucedida, pois o destinatário consegue perceber e identificar “o sintagma antecedente e as descrições que ele faz”, como se pode notar nos exemplos abaixo.

(19) (XIII FR 01-03:125) [FORO] REAL. (LIVRO I) Este é o primeiro liuro dos foros que deu don Alfonso rey filo del rey dõ Fernando rey de Castella e de Tulleo e de Leon (...).

(20) (XIII FR 14-15:125-126) Nono titulo dos uozeyros. Decimo titulo dos pessoeyros cuyo é o preyto.

(21) (XIV FS 19-38:229) Entõ se tornou sam Panuço pera sa cela e (...) deo a alma a Deus e os sacerdotes e os monges que hi eram todos virom que os anjos receberam e yam com ela cantando. Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada, cercado de muy gram muro assi que bem cabiam hi mil celas e ante cada hũa cela havia seu poço. E dentro na cerca havia hortas grandes da fruyta do parayso. E aa porta siia huũ velho de grande ydade que a guardava. E a cabo da horta havia huũ spital em que albergava os hospedes. Este homem boo recebeu-nos muy bem e disse-nos: (...)

(22) (XIV FS 47-50:229) Vymos na terra de Arsenyota huũ sancto homem que havia nome Serapion e era padre de muytos moesteiros em que havia muytas celas esparjudas per muytos logares, em que moravam bem dez mil monges.

(23) (XVII SS 19-26:29-30) *Ah Pregadores! (...)Mas daqui mesmo vejo que notais (e me notais) que diz Cristo que o semeador do Evangelho saiu, porém não diz que tornou; porque os Pregadores Evangélicos, os homens que professam pregar e propagar a Fé, é bem que saiam, mas não é bem que tornem. Aqueles Animais de Ezequiel, que tiravam pelo carro triunfal da glória de Deus, e significavam os Pregadores do Evangelho (...)*

(24) (XVII SS 52-63:30) *Quando Cristo mandou pregar os Apóstolos pelo mundo, disse-lhes desta maneira: Euntes in mundum universum, praedicate omni creaturae: Ide, e pregai a toda a criatura. (...)Porque como os Apóstolos iam pregar a todas as nações do mundo (...) vão pregar a toda a criatura (...)*

Em (21) os sintagmas *alma*, *sacerdotes*, *monges*, *anjos* e *hospedes*, encetados por artigos definidos, e *moesteiro*, *velho*, *spital*, marcados por artigos indefinidos, são plenamente identificáveis não apenas no texto como também no plano referencial universal, pois pertencem ao conhecimento de mundo da maioria dos leitores. Tal fato se repete em (19), com os sintagmas *primeiro liuro*, em (22), com os sintagmas *sancto homem*, em (23), com os sintagmas *Pregadores*, *homens* e *Fé* e em (24), com *Apóstolos* e *criatura*.

Nesses exemplos, os artigos funcionam como elementos referenciadores. A presença dessa classe obriga a considerar os SNs, por ela encetados, como um grupo de retomada. Milner (2003) chega a afirmar que as relações referenciais encadeadas por artigos, sobretudo as anafóricas, se estabelecem mais facilmente do que se realizadas por “pronomes de terceira pessoa” (p. 98).

No plano das relações referenciais de ordem endofórica (anáfora e catáfora), como visto no capítulo anterior, tem-se a recorrência a elementos presentes no texto ou no contexto. Isso acontece em (21), com os sintagmas *sam Panuço* e *a alma*, em que só é possível saber que esta pertence/corresponde a *sam Panuço*, através de informações dispostas no interior do texto, típico exemplo de anáfora associativa.

Ainda em (21), no trecho *Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada*, o artigo indefinido em destaque anuncia informação nova – *moesteiro* – numa referência catafórica, o que também ocorre em (22), com o artigo sublinhado no segmento *Vymos na terra de Arsenyota huũ sancto homem que havia nome Serapion* e em (25), no fragmento abaixo, em que uma nova informação é apresentada/introduzida no plano discursivo do texto.

(25)(XVII SS 123-125:32) *Mas para que possais ir desenganados com o Sermão, tratarei nele uma matéria de grande peso e importância.*

Para Milner (2003, p. 99), a anáfora merece consideração especial, porque o tipo de relação que ela estabelece exige retomada de elemento mencionado anteriormente dentro do próprio enunciado ou “mencionado em um enunciado anterior identificante”. É o que se pode

observar, tomando-se mais uma vez as unidades sintagmáticas destacadas em (21), *sam Panuço e a alma*, e em (24), *os Apóstolos e os Apóstolos*. Em ambas, a última retoma a primeira dentro do mesmo enunciado. Os casos registrados em: (23), notadamente na relação entre *os Pregadores Evangélicos e os Pregadores do Evangelho*; em (19), com as unidades *LIVRO I e o primeiro liuro* e em (24) consistem no que Milner chama – e aqui se dispõe como **anáfora direta** – de “relação anafórica análoga à anáfora pronominal³². Se o sintagma referente fosse identificado de outro modo, não se teria a necessidade da retomada, logo, não haveria anáfora.

Um outro tipo de relação anafórica, também apontado por Milner, tomando como base a língua francesa, é a nominal de sucessão *un...le*³³ aqui reformulada como **anáfora seqüencial i-d**³⁴, ou seja, o referente vem precedido de artigo indefinido e o item referenciador apresenta-se encetado por um artigo definido, como em (26), nos itens destacados.

(26) (XIV FS 219-224:235-236) *E aveo hũa vez que matarom **huũ homem** preto daly e as justiças andavam buscando aquel que o matara. E correndo assi pelas ruas os alvaziis vyu-os huũ homem que nõ havia hi culpa e começou a fogir e colheu-se aa cela daquel Macário do Egipto. E ali o prenderom e levarom-no aa justiças. E Macário se foy com el polo livrar se podesse. E quando razoavam por saber a verdade disse el aos juyzes:*

– *Vaamos ao muymento daquel morto que dizem que este matou e el nos dirá se o matou.*

*Entõ foy com el muy gram companha de gente. E Macário se foy parar sobrelo muymento e ficou os geolhos e chamou **o homem morto** per seu nome e disse:*

– *Eu te conjuro pelo nome de meu senhor Jhesu Christo que digas se este homem é culpado de ta morte?*

*Entõ respondeu **o morto do muymento**³⁵ alta voz e dise que o nõ matara el. E quando eles esto virom, maravilharom-se e deytarom-se a seus pees e rogaom-lhi que lhi fizesse dizer quem o matara. E el disse:*

– *Esto nõ faria eu em nõhũa guysa. Ca avonda a mim de livrar o que nõ ha culpa, nem razõ nõ é que o culpado seja descoberto.*

Os sintagmas *o homem morto* e *o morto do muymento* em (26) são definidos, pois, relacionam-se anaforicamente ao sintagma *huũ homem*. Por sua vez, *huũ homem* pode ser classificado como um sintagma de relação catafórica em relação à situação narrada no texto, situação aberta no exato instante em que o indefinido se instala e prepara o leitor para as informações que a aquele homem corresponderão, informações acerca dos acontecimentos envolvidos diretamente em sua morte, portanto, uma catáfora indireta ou contextual.

³² Anáfora pronominal é aquela em que o pronome retoma o referente, como em: “Olhai as aves do céu: *elas* não semeiam, nem ceifam, nem recolhem nos celeiros e vosso pai celeste *as* alimenta.” (Mt 6, 26) . [*Elas e as* retomam *as aves do céu*.]

³³ um...o

³⁴ Seqüencial indefinido – definido

³⁵ Muymento – sepultura, túmulo.

Em (22), por outro lado, é possível perceber um nítido exemplo de catáfora direta, no trecho *huũ sancto homem que havia nome Serapion*. Neste segmento, *huũ sancto homem*, item referenciador, até então não mencionado no texto, portanto sem referente anterior, deixa o interlocutor/leitor na expectativa de informação, prepara-o para ela, que logo surge diretamente na seqüência discursiva, identificada através do SN, *Serapion*, termo referente. Situação idêntica é encontrada no fragmento (27), envolvendo os itens *huũ sancto homem* e *Apollonio*.

(27) (XIV FS 64-66:230) *Vymos dizer a homeens boos velhos que, em tempo dũa perseguçõ de cristaaos que houve no Egipto, era hi huũ sancto homem que havia nome Apollonio. Este, vivendo e outros monges muy sancta vida, foy ordiado d'avangelho.*

Koch (1990), Neves (2007) e Koch e Elias (2007) consideram um outro tipo de anáfora, a **anáfora indireta**, ou seja, aquela cujas unidades sintagmáticas não possuem antecedentes explícitos no co-texto, mas, sim, “um elemento de relação que se pode denominar de *âncora* e que é decisivo para a interpretação” (p. 128), como acontece em (20) com o segmento *o preyto*. Este item não possui referente direto, explícito, mas encontra nos itens *Foro, pessoeyros, uozeyros*, indicativos suficientes para se saber tratar de “questão em juízo, demanda, litígio”, em que se envolvem *pessoeyros* e os *uozeyros* ou todo aquele que procura a justiça como dispositivo de defesa ou para resolução de contenda. Portanto, *o preyto*, tem assento lógico no texto do FR e tem neste seu maior referente, a ele se liga indiretamente.

Outro exemplo é encontrado no excerto (28) que se segue.

(28)(XVII SS 320-:37) *Vai um Pregador pregando a Paixão, chega ao Pretório de Caifás, conta como a Cristo o fizeram Rei de zombaria, (...). Corre-se neste espaço uma cortina, aparece a imagem do Ecce Homo, eis todos prostrados por terra, eis todos a bater no peito, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas (...)*

Os sintagmas *as lágrimas, os gritos, os alaridos, as bofetada* em (28) não possuem referente direto, explícito, mas encontram nos itens *Paixão, Ecce Homo, prostrados por terra, todos*, indicativos suficientes para se saber tratar de alguns poucos defensores e de outros, na maioria, os algozes de Cristo, ou seja, todos aqueles que o perseguiram e contra ele blasfemaram. Portanto, esses sintagmas têm, como no caso de *preyto* tomado em relação ao FR, em (20), assento lógico no texto do SS e possuem neste seu maior referente, portanto a ele se ligam indiretamente.

Alguns autores chegam a considerar tal ligação como associativa, Koch e Elias, no entanto, diferenciam a anáfora indireta da **anáfora associativa**. Essas autoras definem a relação associativa como a que “introduz um referente novo no texto, por meio da exploração de relações meronímicas”, quer dizer, todas aquelas em que um dos elementos da relação pode ser considerado, de alguma forma, ingrediente do outro, como visto em (21) nas unidades *sam Panuço* e *a alma*, e, do mesmo modo se expressa em (29), no que tange à relação entre *o astroso* e *o juyz* e *os corpos* e *cristaaos*, ambas por associação, diferente da relação direta que se estabelece entre *o adeantado* e *o juiz*, também em (29).

(29) (XIV FS 112-118:232) (...) **o juyz** e outorgarom-se ant’el que eram **cristaaos**. Quando esto vyo **o adeantado**³⁶ mandou-os filhar todos e deytá-los no fondo do mar, nom sabendo **o astroso** que fazia. E sabede que esto nõ foy morte aos sanctos, mais batismo. Mais a piedade de Deus quis assi que o mar filhou **os corpos** enteyros e saaos e deu com eles na riba. E algũus daqueles que veerom por veer sa morte filharom **os corpos** e meretom-nos desũũ em huũ moymento em hũa casa hu Deus fez e faz, des que hy foram metudos, miragres e muytas maravilhas a aqueles que os vã demandar.

Por sua vez, a exófora toma como referentes elementos que não se encontram no texto propriamente, mas que podem ou não fazer parte do conhecimento de mundo do interlocutor/leitor. Compreende informações extra-textuais para as quais o texto aponta ou delas se serve na tentativa de se tornar mais explícito, mais ilustrado, enfim, mais rico. Naturalmente, o interlocutor/leitor pode não deter tais informações o que comprometerá parte de sua compreensão plena do texto. No excerto (30) é possível identificar esse tipo de relação referencial.

(30) (XIII FR 52-56:127) E depoyz Nostro Senhur Ihesu Cristo (...) conpriu **a**³⁷ ley que foy dada primeyramẽte per Moysẽ (...).

Um alerta se faz necessário: não se pode confundir termo genérico com elemento de exófora. Em (21), no fragmento *virom que os anjos receberom*, tem-se um bom exemplo de termo genérico, de conhecimento partilhado que não pode ser considerado, portanto como exofórico, pois sabe-se tratar de entidade conhecida ou entende-se que o interlocutor/leitor conheça não apenas esses seres, mas as entidades lingüísticas que a eles se relacionam, como céu, paraíso, bondade, luz, paz, lua.

³⁶ Adeantado – juiz, governador.

³⁷ Um nítido caso de exófora, pois reporta aos Mandamentos da Lei de Deus conferidos no Monte Tabor a Moisés.

Pelo que a análise das ocorrências de artigos no *corpus*, no aspecto função referenciativa, demonstrou, há realmente uma maior tendência dos artigos indefinidos à catáfora e dos definidos à anáfora. Para melhor controle e disposição dos dados, preferiu-se agrupar as anáforas em apenas dois blocos: diretas e associativas, esta última englobando indiretas, seqüenciais i-d e associativas – e as catáforas em bloco único, conforme demonstram a Tabela 3 e o Gráfico.

MODALIDADE REFERENCIATIVA	FR		FS		SS	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Anáfora Direta	238	65,1	117	42,1	494	53,5
Anáfora Associativa	76	20,7	93	33,4	328	35,5
Catáfora	10	2,7	37	13,3	20	2,2
Exófora	42	11,5	31	11,2	82	8,8
Total	366	100	278	100	924	100

Tabela 3: Funções referenciativas das formas de artigos identificadas no *corpus*.

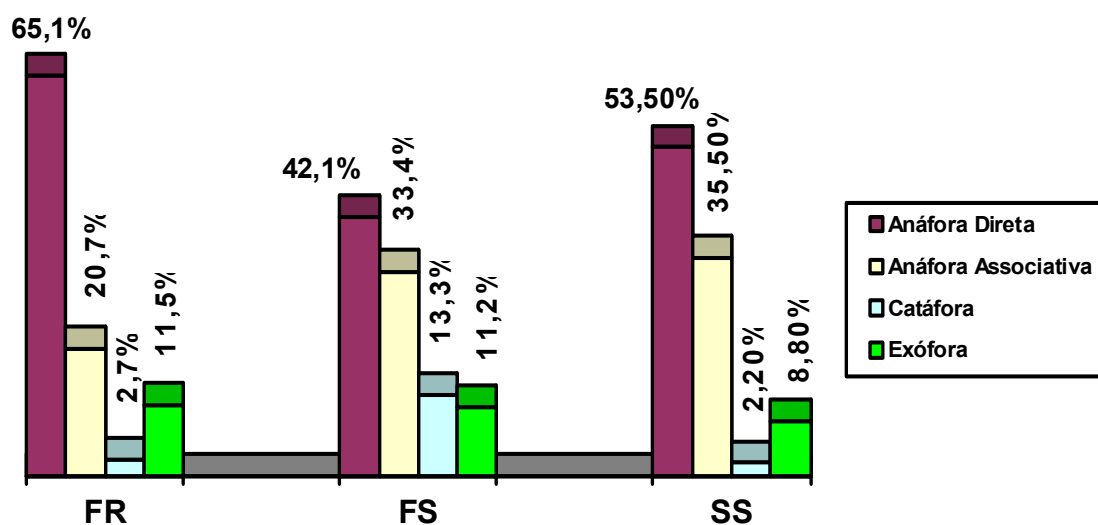


Gráfico 3: Distribuição referenciativa dos artigos

Verifica-se, a partir da Tabela 3 e do Gráfico 3, que o percentual de anáforas, sobretudo das diretas, supera o índice de catáforas e de exóforas no *corpus*. Essa situação se dá ainda de maneira expressiva no texto do FR, com 65,1% de registros, no texto do FS com 33,4% e no do SS, com 53,5% de registros. Colaboraram para esses índices, a necessidade de clareza exigida por esses documentos, sobretudo o FR e o SS, este último pelo caráter sacro, numa tentativa de se evitarem interpretações equivocadas das leis, dos fatos e da própria palavra de Deus, priorizando-se a percepção otimizada do leitor/ouvinte dos referentes

textuais. Enfim, a redação do texto jurídico e religioso privilegia a anáfora direta pela rápida e, espera-se – o que nem sempre acontece –, “mais precisa” identificabilidade referencial que ela permite ao interlocutor estabelecer entre elemento referenciado e o elemento referenciador.

No plano das funções sintáticas do SN encetado por artigos, as análises mostraram que duas funções se destacam dentre as demais, como se observa na Tabela 4. Vale destacar que preferiu-se, nessa tabela, pela conservação da nomenclatura tradicional das funções sintáticas dos substantivos em língua portuguesa, por se entender neste trabalho, ser essa fundamental para um estudo ainda mais nítido em contraposição ao estudo funcional-referencial aqui também desenvolvido.

FUNÇÃO	FR		FS		SS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sujeito	120	32,8	73	26,3	419	45,3
Objeto Direto	188	51,4	127	45,7	277	30
Objeto Indireto	-	-	7	2,6	22	2,4
Complemento Nominal	5	1,3	4	1,4	14	1,5
Adjunto Adverbial	44	12,1	59	21,2	109	11,8
Predicativo do Sujeito	9	2,4	6	2,2	81	8,8
Agente da Passiva	-	-	1	0,3	-	-
Aposto			1	0,3	2	0,2
Total	366	100	278	100	924	100

Tabela 4: Funções sintáticas das formas de artigos identificadas no *corpus*.

A Tabela 4 mostra que os artigos são favorecidos nos enunciados do *corpus*, destacadamente, na posição de objeto direto – 51,4% de ocorrências para o FR e 45,7% para o FS – e na posição de sujeito – 32,8% para o FR e 26,3% para o FS. Nessas duas posições/funções, não apenas se têm um registro quantitativo maior de ocorrências de artigos – sobretudo dos definidos, embora não tenha sido alvo de amostra na tabela –, mas um demonstrativo da presença intensa desses itens, de seus usos e de seu funcionamento junto ao SN no português arcaico.

Não foram identificadas diferenças de papéis ou de funções entre os artigos nos séculos XIII, XIV e XVII. O FR supera, mais uma vez, o FS em todos os aspectos quantitativos das ocorrências, excetuando-se na função adjunto adverbial em que a liderança do FS é absoluta, com 21,2% dos casos, contra os 12,1% do FR. A situação no SS é diferente, pois neste texto prevalecem os artigos na função de sujeito, com um percentual de 45,3%.

A explicação encontra assento na retórica: quando a intenção é de ditar regras de conduta, prescrever comportamentos – caso em que se enquadra o FR – e/ou de fazer prevalecer as ações, os feitos, ressaltar as qualidades – caso em que se aplica o FS –, têm-se a ênfase no predicado e em seu complemento, portanto, o artigo vem em SN posposto ao verbo; do contrário, quando a intenção é de centralizar o discurso no sujeito, a fim de evidenciá-lo – caso em que se aplica o SS –, tem-se a ênfase no sujeito, portanto, artigo em SN anteposto ao verbo. A partir dos excertos (31), (32), (33) e (34) pode-se observar a anteposição ou a posposição do artigo em SN tomado em relação ao verbo.

(31) (XIII FR 119-133:130) *Nostro Senhur Ihesu Cristo [...] pose ao home a cabeça encima do corpo e neella posse razão <e> entendimento de como se deuê a guiar os outros membros [...] e d'aguardar todos a cabeça mays qua a ssy meesmos. E disy ordy a corte terreal enaquella meesma guysa que era ordiada en ceo [...].E mandou que todo o pobuu en huu e cada huu per si obedeecessẽ aos mandamentos de seu Rey [...].*

(32) (XIII FS 110-111:231) [...] *e eles se tornarom todos cristaaos e receberom a fe de Jhesu Christo enteyramente em seus corações [...].*

(33) (XVII SS 281-282:36) *Q sementeor e o Pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao Pregador.*

(34) (XVII SS 301-303:37) *Q Filho de Deus enquanto Deus, é palavra de Deus, não é obra de Deus [...]. Q Filho de Deus enquanto Deus e Homem, é palavra de Deus e obra de Deus juntamente: Verbum caro factum est.*

5.1.4 Fator número do artigo no SN

A Tabela 5 demonstra os resultados quantitativos e estatísticos relacionados à questão do fator número do artigo no SN. Esse fator é essencial para compreender a funcionalidade, as intenções referenciais e retóricas, a própria pragmaticidade no uso dos artigos. Isso com vistas ao caráter da definitude e da indefinitude, da direcionalidade e da progressão que se pretende dar ao enunciado, ao discurso.

	FR		FS		SS	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
SN Singular definido	226	61,8	117	42	562	60,8
SN Plural definido	135	36,9	100	36	299	32,4
SN Singular indefinido	05	1,3	61	22	62	6,7
SN Plural indefinido	-	-	-	-	1	0,1
TOTAL	366	100	278	100	924	100

Tabela 5: Fator número das formas de artigos presentes nos SNs no *corpus*

Interessante notar, mediante a visualização do levantamento dos fatos elencados na Tabela 5, a inexistência de artigos indefinidos nos SNs plurais do FR e do FS. Num confronto rápido e direto entre os três textos, entretanto, percebe-se que os percentuais de artigos indefinidos no singular são relativamente mais baixos no FR, do que a percentagem registrada no FS e no SS, sendo no FS o percentual mais alto, conforme também está explícito nos resultados dos Gráficos 1 e 2. Os artigos definidos singular prevalecem com 61,8% dos casos no FR e com 60,8% no SS contra os 42% no FS. Os textos, por sua vez, muito se aproximam no que diz respeito à percentagem de artigos definidos no plural, 36,9% para o FR, 36% para o FS e 32,4% para o SS.

A preferência pelo uso dos definidos do singular e mesmo no plural encontra em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 239) uma explicação que, de certo, foi absorvida e endossada pelos pressupostos funcionais, referenciais e fóricos. Consiste, pois, numa intenção de forçar ou promover a identificação, no plano lógico, dos objetos do discurso por parte do leitor ou do interlocutor. Autêntica evidência do orador/do autor, de comprometer-se com aquilo que argumenta, com a palavra que veicula, portanto, evidencia “um compromisso individual” deste com os fatos apresentados, numa amostra de que se encontra em comum acordo com “a ordem destinada a outros, com a regra que se crê que deveria ser seguida por todos”. Lingüisticamente, mostra o comprometimento também com o sentido que se quis dar à palavra encetada pelo artigo e ao próprio SN do qual essa palavra faz parte ou está fazendo referência.

5.1.5 Animacidade dos nomes antecidos por artigos

A Tabela 6, por sua vez, especifica os tipos de nomes veiculados ou encetados por artigos, se +animados ou –animados, o que possibilita indicar e compreender qual a preferência e ainda determinadas intenções perpassadas em cada um dos textos que integram o *corpus*.

	FR		FS		SS	
+ Animado singular	86	23,5%	81	29,1%	309	33,4%
+ Animado plural	76	20,8%	74	26,6%	197	21,4%
- Animado singular	144	39,3%	95	34,2%	319	34,5%
- Animado plural	60	16,4%	28	10,1%	99	10,7%
Total	366	100	278	100	924	100

Tabela 6: Animacidade dos substantivos precedidos por artigos no *corpus*.

Note-se que, conforme a Tabela 6, os artigos encetam, em sua maioria, SNs de núcleo –animado (39,3% no FR, 34, 2% no FS e 34,5% no SS) pois, na totalidade dos textos analisados, prevaleceu o interesse dado ao predicado, à informação sobre o sujeito, mesmo no SS, onde a centralização no sujeito quantitativamente é maior (conforme Tabela 4, com 45,3% para a função sujeito *versus* 30% para a função objeto direto).

Isso encontra respaldo diretamente na questão da perspectiva funcional da sentença, de maneira mais nítida, na Teoria da Articulação Tema-Rema. Nesse sentido, os percentuais apresentados na Tabela 6 conduzem à interpretação de que o quadro configurado no *corpus* é de uma baixa informatividade do tema e de uma alta informatividade do rema.

A centralização ou ênfase maior no rema atende a um plano/jogo funcional-retoricista de fazer com que o orador/o texto/o interlocutor, partindo de informações já conhecidas do público/ouvinte/leitor, portanto velhas (tema), possa ou consiga mais rapidamente fazer com que esses últimos incorporem/aceitem os argumentos ou informações novas que lhes forem apresentados, incorporando-os em suas consciências. (CHAFE, 1976 apud PEZZATI, 2005, p. 81). O que em Halliday e Hasan (1976) relaciona-se com as disposições de sentido de “predizibilidade/recuperabilidade”. Como bem sinaliza Ilari (1986, p. 42), geralmente o tema compreende o sujeito e o rema, o predicado (verbo + argumentos).

Os índices de +animacidade, no entanto, não são desprezíveis, haja vista que ao longo do *corpus* identificou-se esse traço com função de referência a personagens ou SNs importantes para a manutenção da informação e, conseqüentemente, da própria coerência e coesão textuais. Em relação aos três séculos estudados, tem-se um aumento no uso dos artigos e uma leve tendência à utilização de SNs –animados, com uma disposição crescente para o uso de SN +animados. Os Gráficos 4 e 5 melhor auxiliam na visualização dos dados.

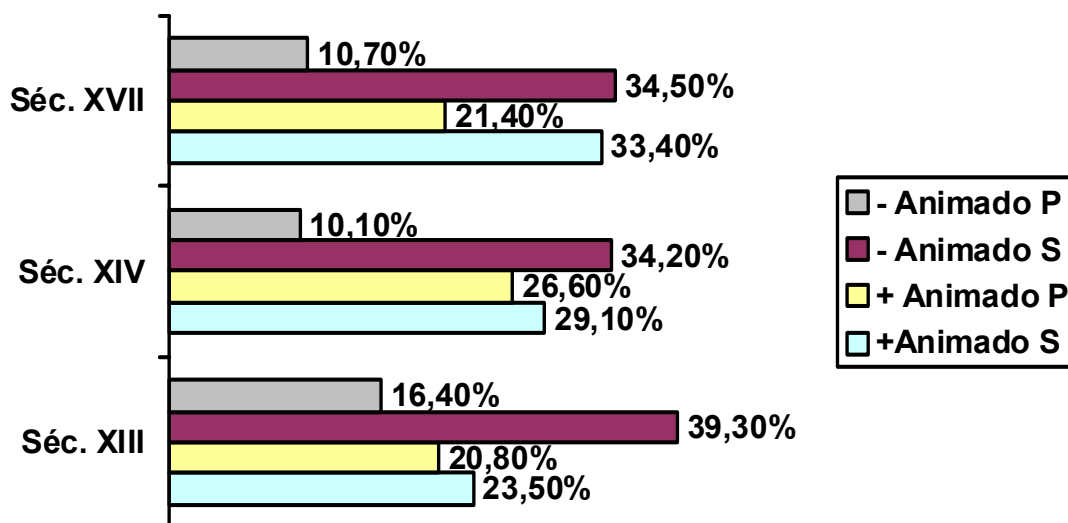


Gráfico 4: Preferência histórica dos substantivos precedidos por artigos

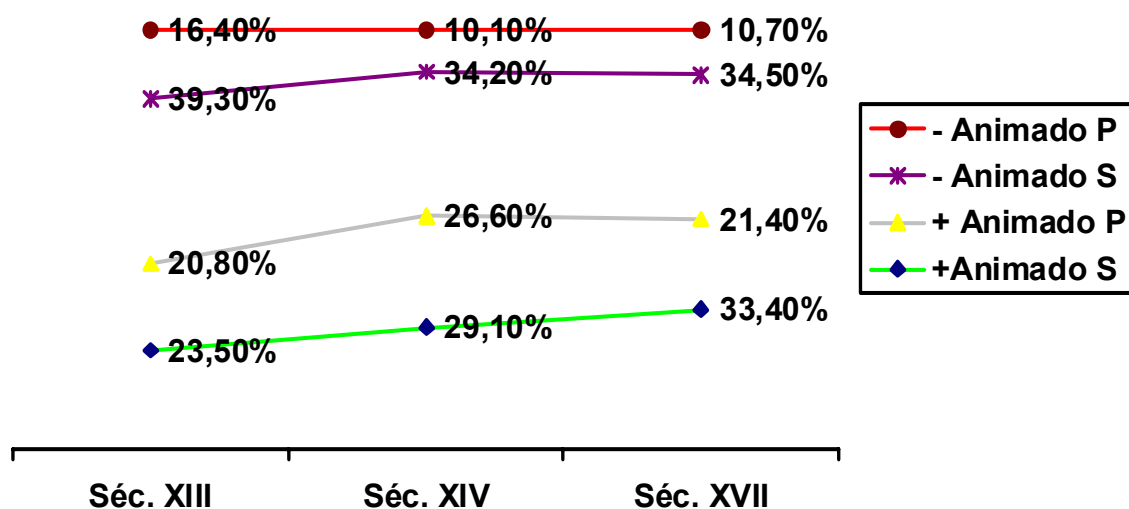


Gráfico 5: Perspectiva radial histórica dos substantivos precedidos por artigos

Note-se, principalmente a partir do Gráfico 5, que há uma visível diminuição, do século XIII para o XIV, dos percentuais de SNs -animado singular e -animado plural, especialmente os primeiros que passam de 16,4% para 10,1%. Por outro lado, registra-se um aumento dos índices de SNs +animados singular ao longo dos três séculos e +animados plural dos séculos XIII para o XIV, com decréscimo no século XVII, em função da tendência de individualização do elemento no plano retórico, sobretudo, e na necessidade lingüística, funcionalmente motivada, pelo interesse de uma referência única e de uma identificabilidade mais universal e direta entre argumento e objeto do argumento.

Em (35), (36), (37), (38), (39) e (40), tem-se uma amostra de SNs +animados ou -animados encetados por artigos ao longo do *corpus*.

(35) (XIII FR 20-21:126) Vnde comuen a todo Rey que há de teer ^(+animado) **os poobos** en justiça [...].

(36) (XIII FR 52-57:127) E depoyz Nostro Senhur Ihesu Cristo, fillo Deus e Deus verdadeyro, huu sôo con Padre e co Spiritu Sancto recebeu carne e foy concebudo do Spiritu Sancto, reenascceu da Uirgẽ Sancta Maria uerdadeyro ome est uerdadeyro Deus, enderẽçou e conpriu **a ley** que foy dada primeyramête per Moysẽ [...].
(-animado)

(37) (XIV FS 26:228) – Nenguũ nõ devia a despreçar **o homem** ainda que seja ladrom [...].
(+animado)

(38) (XIV FS 59-60:230) Ali, dizem que fez Joseph, filho de Israhel, celeyros de pam em tempo de Rey Pharaao quando foram **os anos** maaos.
(-animado)

(39) (XVII SS 128-129:32) ^(-animado) **O trigo** que semeou ^(+animado) **o Pregador** Evangélico, diz Cristo, que é ^(-animado) **a palavra** de Deus.

(40) (XVII SS 136-137:32) Finalmente, ^(-animado) *a terra* boa são ^(-animado) *os corações* bons, ou ^(+animado) *os homens* de bom coração [...].

Para finalizar essa interpretação analítica dos dados, há que se retomar, apenas a título de síntese, através de uma escala substitutiva, as formas definidas e indefinidas dos artigos, veiculadas ao longo dos três textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. A escala, projetada sob a forma de um quadro panorâmico, apresenta os artigos no âmbito dos séculos XIII, XIV e XVII, e serve como meio de registro ou de demonstrativo para se ter uma melhor noção também das formas gráficas desses itens no português arcaico e no moderno, como se pode vislumbrar no Quadro 2.

OCORRÊNCIAS	SÉCULO XIII	SÉCULO XIV	SÉCULO XVII
o	X	X	X
huu	X		
a	X	X	X
lo	X	X	
llo	X		
os	X	X	X
los		X	X
las		X	X
huus		X	X
llos	X		
as	X	X	
llas	X		
las	X		
lla	X		
hum	X		
huum		X	
hũũ		X	
hũu	X	X	
huũ		X	
hũa	X	X	
huã	X	X	
huua	X		X
um			X
uma			X
umas			X

Quadro 3: Escala das formas de artigos presentes nos SNs do *corpus*.

5.1.6 Quanto à questão da gramaticalização dos artigos

Tomando-se as análises do *corpus* percebeu-se que tanto no século XIII quanto no século XIV e no XVII, portanto no período arcaico e moderno da Língua Portuguesa, os artigos definidos e indefinidos exercem/desempenham as mesmas funções, quer dizer, funcionam como especificadores e indeterminadores de SN e ainda atuam enquanto determinantes referenciais³⁸, endofórica e exoforicamente, colaborando de maneira significativa para o estabelecimento e manutenção da coerência e da coesão textual.

Dessa maneira, de acordo com a frequência de uso/de ocorrência dos artigos na fase arcaica do português, nos textos do FR e do FS e do SS, pôde-se constatar que esses itens encontram-se devidamente gramaticalizados. Nota-se que no SS há maior ocorrência de artigos do que no FR e no FS; por sua vez, o FR tem mais artigos que o FS. Esse resultado era esperado, pois, quando se gramaticaliza, o item, além dos usos em sua primeira função, seja lexical, seja gramatical, passa a ser empregado desempenhando função quer gramatical, quer mais gramatical. Embora, como bem lembra Vitral (2006, p. 108), a frequência de uso de um item ao desempenhar função lexical tende a diminuir “em detrimento do aumento do seu uso enquanto item que desempenha uma função gramatical”.

Ao que parece, a ocorrência maior de artigos definidos, especialmente do artigo *o*, no FR (conforme Tabela 2), texto do século XIII, se justifica não apenas pelo fato de se tratar de um texto jurídico, que se subentende prezar pela clareza no trato das leis, mas por estar historicamente esse texto mais próximo do período da gramaticalização dos artigos.

A correspondência desses itens com o determinante latino *ille*, no caso dos artigos definidos, e com o quantificador latino *unu*, no que diz respeito aos indefinidos, evidencia a especialização desses elementos antes dos séculos XIII e XIV, portanto, possivelmente no latim tardio ou na passagem deste para o português.

Emiliano (2003), a partir da análise do *Liber Fidei de Braga*, conjunto de documentos notariais da segunda metade do século XI, acena para a primeira perspectiva, embora afirme ser na maioria das ocorrências encontradas no *corpus* que analisou, “difícil determinar quando se trata de um emprego claramente gramaticalizado, como artigo, ou de um emprego enfático ou deíctico, e, portanto, demonstrativo” (p. 326). Intenciona-se alargar a linha investigativo-argumentativa nesse campo.

³⁸ Para Rosa (2003, p. 112), artigos, sobretudo, *o*, *um*, e demonstrativos como *este*, *esse*, *aquele*, são considerados por muitos autores como determinantes. No entanto, num uso mais amplo, essa autora postula que tanto artigos quanto demonstrativos são determinantes referenciais, destacando-se de dois outros tipos de determinantes: os quantificadores e os possessivos.

O levantamento das freqüências de *ille*, *ipse*, *iste* e *hic*, desenvolvido por Emiliano e reproduzido a seguir na Tabela 8, serve como indicio de que a gramaticalização dos artigos tenha ocorrido realmente no latim tardio, em virtude de alguns pressupostos que serão apresentados mais adiante. Destaque-se, inicialmente, que a quantificação das ocorrências levantadas por esse pesquisador toma como *corpora* os 210 textos que compõem o *Liber Fidei de Braga*³⁹.

Ocorrências	P1	R1	PL1	P2	R2	PL2	Total	Total %
<i>ille</i>	167	111	66	42	269	13	668	40,8
<i>ipse</i>	123	94	24	32	179	11	463	28,3
<i>iste</i>	6	21	12	4	52	9	104	6,4
<i>hic</i>	112	70	13	44	154	8	401	24,5
Total	408	296	115	122	654	41	1636	100%

Tabela 8: Freqüências de *ille*, *ipse*, *iste* e *hic* no *Liber Fidei de Braga*.

Fonte: Adaptação elaborada a partir das disposições de Emiliano (2003, p. 324).

Como se pode notar, através da Tabela 8, a predominância no uso do *ille* é maior, com 40,8% das ocorrências em relação aos demais itens no *Liber Fidei de Braga*. Para Emiliano, tal fato revela que “a língua dos textos (nesse documento) é sem dúvida ‘latim com artigo’”. (idem). A freqüência do *ille* (40,8%) serve aqui como instrumento comprovador de que esta já era a forma mais utilizada “com valor demonstrativo articulóide”, de acordo com Emiliano, no latim tardio, um latim já com “um SN configuracionalmente reconhecível e identificável” (p. 326).

A maioria dos autores/teóricos parece concordar com Emiliano – de que também é partidário este trabalho – quanto ao fato de que os artigos não são fruto de um “aparecimento”, mas de um “desenvolvimento ou especialização” do demonstrativo na língua latina, que em sua fase tardia, tendo perdido a flexão de casos, necessitou desses elementos para uma melhor ordenação dos SNs e da disposição destes na estrutura sintática das frases e orações em português.

As discussões sobre a existência ou não de um processo de gramaticalização dos artigos, na verdade, têm conquistado com destaque o palco dos estudos lingüísticos, por parte de inúmeros teóricos. Greenberg (1978, 1991 apud KABATEK, 2007, p. 15) enceta que o processo de gramaticalização de um demonstrativo (ponto de origem dos artigos definidos)

³⁹ Emiliano divide os textos pertencentes ao *Liber Fidei de Braga*, escritos entre 1091 e 1110, em três categorias: P(articular) – atos jurídicos celebrados entre particulares (86 textos); R(religiosos) – atos jurídicos celebrados entre particulares e uma instituição religiosa (107 textos) e PL(ácitos) – acartas de agnição e prazos (17 textos). Essas categorias subdividem-se em P1 com 61 textos, P2 com 25 textos, R1 com 40 textos, R2 com 67 textos, PL1 com 10 textos e PL2 com 7 textos.

pode ser explicado tomando-se a diminuição de sua forma dêitica, o que levaria (o demonstrativo) a ser considerado um “identificador geral” por seu “caráter universal”, enquanto termos de conhecimento partilhado por todos, como em “a nuvem”, “o mar”, “o sol”.

Greenberg estabelece – segundo leitura desenvolvida por Kabatek (2002, p. 2), em artigo intitulado *Existe-il un cycle de grammaticalisation de l'article dans les langues romanes?* –, tomando-se a análise de línguas diversas pertencentes à família Níger-Congo, “uma escala de evolução dos denominado ‘marcadores de gênero’⁴⁰”, constituída de quatro níveis:

- (a) Nível 0 – onde estão os demonstrativos, “considerados como a origem mais comum do artigo definido”⁴¹;
- (b) Nível I – em que o demonstrativo “se transforma em um identificador geral mesmo para os elementos conhecidos por meio do contexto ou por fazerem parte da cultura geral” (de caráter universal).⁴², como no caso de “a lua”;
- (c) Nível II – em que o artigo definido tem seu uso estendido a quase todos os substantivos e torna-se “cada vez mais redundante, salvo as típicas exceções como no caso dos nomes próprios, dos predicados nominais e dos objetos negativos”⁴³. Tais exceções se dão em dois pólos de oposição: de um lado, “nos casos onde o nome já é determinado de modo inerente (por exemplo, os nomes próprios)”⁴⁴, do outro, “nos casos de emprego genérico”⁴⁵;
- (d) Nível III – em que a utilização do artigo é ampliada, absolutamente, a todos os substantivos, transformando-se numa “marca nominal, que pode também ser utilizada para nominalizar (substantivar) verbos”⁴⁶.

Himmenlman (1997, p. 96 apud KABATEK, 2007, p. 15), ao contrário de Greenberg, assevera não se poder explicar a gramaticalização “como uma perda progressiva da força dêitica do demonstrativo latino”, vez que esta deveria ser melhor expressada como “uma rede

⁴⁰ “une échelle de l'évolution des soi-disant ‘marqueurs de genre’”[...]

⁴¹ “consideres comme l'origine la plus commune de l'article défini”

⁴² “se transforme em identificateur général, même pour des éléments connus par le contexte ou qui font partie de la cultura générale”

⁴³ “de plus em plus redondant, sauf dans des exceptions typiques comme les noms propres, les prédicats nominaux et les objets négatifs”.

⁴⁴ “dans des cas où Le nom est déjà determine de façon inhérente (p. ex. les noms propres)”.

⁴⁵ “dans des cas d'emploi générique”

⁴⁶ “marqueur nominal, qui peut aussi être utilisé pour nominaliser par exemple des verbes”.

de possíveis pontos de transição entre contextos de uso pragmática e semanticamente definidos”. Importa destacar que para esse estudioso, os contextos anafóricos não explicam em sua totalidade a origem dos artigos.

Embora alguns pesquisadores acreditem ou até mesmo defendam que os artigos têm importância apenas por marcarem o gênero e o número do substantivo ao qual acompanham, mais do que “marcas de gênero e número”, esses itens possuem determinados usos e não-usos, que explicados sob o enfoque discursivo-pragmático, como pontua Epstein (1995, p. 163 apud KABATEK, 2007, p. 19), evidenciam uma “alternância significativa” de sua funcionalidade “em uma grande variedade de contextos”.

Partindo das disposições de Greenberg (1978, 1991) e da questão da existência de um ciclo de gramaticalização do artigo nas línguas românicas, Kabatek (2007) constata haver “um tipo de evolução histórica linear em direção a uma obrigatoriedade contínua de utilização do artigo” (p. 42) e assevera ser o francês, o idioma que “mais se aproxima do nível III proposto por Greenberg. Quanto ao português, quer o europeu quer o brasileiro, assim como o espanhol, “recuam na escala de Greenberg”. No que concerne ao português brasileiro, foram identificadas por esse estudioso, maneiras inovadoras “na ausência do artigo e em casos não aceitáveis no sistema das outras línguas” (KABATEK, 2007, p. 43) e conclui:

Isso significa que se a escala universal de gramaticalização do artigo fornece certos indícios de probabilidades de evolução que se repetem nas línguas do mundo (provavelmente, por diversas razões, perfeitamente conserváveis), essa escala não corresponde, portanto, a um avanço obrigatório (a um caminho predefinido). (KABATEK, 2002, p. 18).⁴⁷ (Tradução minha).

Para demonstrar que os artigos no período arcaico da língua portuguesa encontravam-se devidamente gramaticalizados, sendo usados com as mesmas funções identificadas na fase moderna dessa língua, vale retomar, analiticamente, uma das hipóteses norteadoras deste trabalho, segundo a qual a trajetória de mudança desses itens por gramaticalização, obedeceria ao plano: demonstrativo > identificador > identificador/referenciador.

Em (23), no segmento “*porque os Pregadores Evangélicos, os homens que professam pregar e propagar a fé*”, o artigo *os* em “*os homens*”, não apenas aponta para “*os Pregadores Evangélicos*”, definindo-os, demonstrando-os/identificando-os no discurso, como também os

⁴⁷ Cela signifie que si l'échelle universelle de grammaticalisation de l'article fournit certes des indices pour les probabilités d'évolution qui se répètent dans les langues du monde (probabilités, pour diverses raisons, tout à fait concevables), cette échelle ne correspond pourtant pas à un cheminement obligatoire⁴⁷. (KABATEK, 2002, p. 18)

retoma anaforicamente. Portanto, no FR, século XIII, os artigos já veiculavam as funções demonstrativa, identificadora ou definidora e ainda referenciadora.

Tais funções também estão presentes em (26) em “*Entõ respondeu o morto do muymento*”, fragmento que permite a constatação: do caráter demonstrativo, pois aponta, numa relação espaço-tempo, para o morto encontrado num determinado “*muymento*”; do caráter definidor, identificador, pois delimita/enuncia diretamente de que indivíduo se fala, não sendo todo e qualquer morto, mas apenas o que fora assassinado na região próxima ao mosteiro em que residia São Macário; e do caráter referenciativo, pois retoma, faz remissão à informação (mais precisamente o SN “*huũ homem*”) veiculada pelo narrador do episódio quando abre o comentário sobre “*E aveo huũ vez que matarom huũ homem*”.

Essas funções são identificadas ainda em (29), no SN “*o astroso*”, cujo artigo aponta de maneira demonstrativa e identificadora/definidora, para “*o juyz*”, enunciado no início de (29), tratando-se de uma espécie de conceito qualificador atribuído pelo narrador ao “*juyz*”; que serve como meio de, anaforicamente, retomá-lo.

Diante desse quadro, tomando-se todo o *corpus* que integra esta pesquisa, é possível afirmar que os artigos, nos séculos XIII, XIV e XVII, encontravam-se gramaticalizados e eram utilizados com as mesmas características, servindo, visivelmente, aos mesmos propósitos funcionais e retóricos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando-se/confrontando-se a frequência dos usos e o valor funcional dos artigos nos SNs dispostos ao longo dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, verificou-se que esses elementos, nos séculos XIII, XIV e XVII, além de ocuparem posição fixa no SN, já dispunham das especificidades não apenas necessárias para determinar o número e o gênero do SN, mas também para identificar, definir ou indefinir o SN e ainda nele atuar de modo referencial e fórico. Além disso, também nesses períodos, os artigos sinalizam a fronteira do próprio SN em português, haja vista acontecerem sempre na posição inicial do SN. Portanto, funcionalmente, os artigos no português arcaico possuem as mesmas características, desempenham as mesmas funções que no português moderno.

O fato de apresentarem posição fixa no SN faz com que os artigos sejam de utilização previsível, como acontece com todo elemento ao exercer função gramatical na cláusula, como afirma Martelotta (1996). Tomando-se por analogia as disposições de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) no processo *espaço > discurso*, em que a expressão de dados espaciais se mostra mais concreta, e comparando-se com o estabelecimento das relações textuais, verifica-se ser a organização do plano universal do texto, marcada por referentes espaciais, sobretudo anafóricos e catafóricos. Essa extensão analógica serve para fundamentar não apenas o modo como os elementos dêiticos espaciais são utilizados, mas para mostrar o comportamento referencial dos artigos: utilizados tanto para aludir, como já esboçado, a dados já mencionados ou ainda por mencionar no texto.

Isso serve para revelar que por ser um universo mais abstrato, o texto constitui território fértil para que itens como os artigos, ou determinantes referenciais, também possam se configurar em elementos alusivos a pontos ou unidades no espaço e no tempo, seja no âmbito do texto (endófora), seja fora do texto (exófora).

O levantamento quantitativo e qualitativo das ocorrências de artigos no *corpus* evidenciou que desde o século XIII muitas das formas atuais dos artigos já existiam e conviviam ao lado de formas desses itens hoje não mais utilizadas, por terem caído em desuso. A preferência/predominância nos textos do *corpus* pela utilização de artigos definidos masculinos no singular e no plural atende a estratégias argumentativas e discursivas que encontram assento não apenas nos pressupostos do Funcionalismo e da Linguística Textual, como também nos princípios da Nova Retórica, desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Não houve processo de gramaticalização dos artigos nas fases arcaica e moderna da língua portuguesa, portanto, a hipótese de que a gramaticalização dessas unidades teria seguido, nessa língua, o plano: demonstrativo > identificador > identificador/referenciador não pode ser tomada em sua totalidade, carecendo ainda de investigação mais delineada, o que se pretende com a continuidade desta pesquisa no Doutorado.

Desse modo, o fato de que os artigos nos textos estudados dos séculos XIII, XIV e XVII, apresentaram condições idênticas de uso e de função – demonstrativo, definidor/indefinidor (identificador) e referenciador, fórico –, conduz a afirmação segura de que essas unidades encontram-se, desde o período arcaico do português, gramaticalizadas.

Acredita-se, pois, tomando-se as disposições de Emiliano (2003, p. 324), que os artigos tenham se gramaticalizado no latim tardio, período em que é possível encontrar SNs organizados tal qual a estrutura sintática do português.

A alta frequência do *ille* (a partir do qual se desenvolveram os artigos definidos no português) nos textos jurídicos e religiosos que compõem o *Liber Fidei de Braga* também serve para justificar os altos índices de uso das formas dos artigos definidos nos textos do *corpus* desta pesquisa, sobretudo do *o* e dos *os*, preferencialmente os mais utilizados no FR (*o* = 35,3%; *os* = 24,1%), no FS (*o* = 31,3%; *os* = 22,7%) e no SS (*o* = 34,8%; *os* = 16,7%).

Justifica-se o uso elevado dessas formas em virtude de se encontrarem, possivelmente, mais próximas do período em que se deu a gramaticalização dos artigos, e ainda, devido ao fato dos definidos permitirem maior rapidez na identificação/visualização do “objeto do discurso”, ou do referente por parte dos interlocutores/leitores/ouvintes, ou também por servirem enquanto instrumento retórico de maior aproximação entre o orador e o auditório, entre os interlocutores no ato comunicativo, ou entre texto/discurso e leitor/ouvinte.

No FS, século XIV, registrou-se o maior percentual de uso dos artigos indefinidos (22%) em relação aos índices identificados no FR (1,4%) e no SS (7%). Tal fenômeno se explica, sobretudo, pelo caráter narrativo dessa obra que faculta maior possibilidade de usos não-definidos dos artigos.

No plano referencial e fórico, os artigos mostraram-se atuantes no âmbito interno (endofórico) e externo (exofórico) do texto, respondendo junto ao SN do qual fazem parte, pelo estabelecimento de relações, principalmente, anafóricas diretas (com 65,1% de ocorrências no FR; 42,1%, no FS, e 53,5%, no SS), seguidas pelas relações anafóricas associativas (20,7%, no FR; 33,4%, no FS e 35,5%, no SS). Os menores índices foram registrados nas relações catafóricas, em que, com exceção do FS (13,3%), identificaram-se percentuais de 2,7%, no FR, e de 2,2% no SS.

A atuação funcional maior dos artigos como elementos participantes no estabelecimento das anáforas diretas está no interesse pela rápida identificabilidade dos SNs e de seus referentes, percebido nos textos do *corpus* deste trabalho.

A importância dada ao predicado refletiu-se na alta informatividade que se observou no FR, no FS e no SS, embora, neste último, os percentuais de +animado singular e de –animado singular diferenciem-se apenas por uma margem de 1,1% (+33,4%, –34,5%) – ver a Tabela 6.

Por fim, faz-se necessário destacar que, em conformidade com todo o quadro reflexivo esboçado ao longo desta pesquisa, e ainda, apoiando-se em autores, a exemplo de Fávero e Koch (2007), Castilho (1993, 2006), Neves (2000, 2006) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os artigos não devem ser tomados como uma classe isolada, de meros termos acessórios da oração, como preceitua a perspectiva gramatical normativista, mas – por seu caráter funcional, pela propriedade demonstrativa, referencial e fônica que detêm e desempenham no enunciado, no discurso –, como elementos “determinantes” na continuidade textual, na progressão e manutenção tópica. Em síntese: os artigos devem ser vistos como elementos importantes nos processos de estabelecimento e operacionalidade da coerência e da coesão textuais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 131-176.
- APOTHÉLOZ, D. Référent sans expression référentielle : gestion de la référence et produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: NÉMETH, Enikö (Ed.). *Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*. Antwerp: International Pragmatics Association, v. 2, 2001. p. 30-38.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 14. ed. São Paulo: Ediouro, 1999.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. (Estudos Gerais – Série Universitária – Clássicos de Filosofia).
- AUROUX, Sylvain. O nascimento da metalinguagem. O fato da gramatização. In: *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988. p. 11-63.
- AZEVEDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1885.
- BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo da viciosa vergonha*. Ed. Crítica de M. L. C. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, Lisboa, 1971.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 153-161.
- BECHARA, E. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Descrição do português II*. Publicação do curso de Pós-Graduação e Língua Portuguesa, UNESP – Campus de Araraquara, ano V, n. 1, 1991.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. Einführung in die textlinguistik. Tübingen : Max Niemeyer Verlag, 1981. Trad. Inglesa: *Introduction to textlinguistics*. London: Longman.
- BOSI, Alfredo. Vieira ou a cruz da desigualdade. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 119-148.
- BRASIL. Congresso. Senado. Secretaria de Comunicação Social. *Manual de redação*. Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2001.
- BUENO, Fransciso da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho (Ed.). *Ortografia e origem da língua portuguesa de Duarte Nunes de Leão*. [s.l.]: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- BÜHLER, Karl. Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache. Frankfurt am Main, Ullstein, 1978[1934].

- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico – INK, 1977[1965].
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARDOSO, S.H.B. *A propósito da questão de referência*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida T.; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 329-360.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Proposta funcionalista de mudança lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 223-296. v. 6, t. 1.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 23-24, Salvador: EDUFBA, 1997. p. 25-61.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CESARIO, Maria Maura (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 25-63.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. *Alfa*, n. 38, p. 75-96, 1994.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *A gramática do português falado: as abordagens*. Campinas: FAPESP, v. 3, 1993. p. 119-147.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, I. *Sete ensaios sobre a obra de J.M. Piel*. Lisboa: Publicações do Instituto de Lingüística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.
- CEZÁRIO, Maria Maura; COSTA, Antonio Marcos; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M.A.F.; OLIVEIRA, M.R. de; MARTELOTTA, M.E. (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29-55.
- CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LI, C. N. *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 25-35.
- CHOMSKY, Avram Noam. *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995. (Tradução para o português – *O programa minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999.).
- CHOMSKY, Avram Noam. *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- CONFORD, F. M. *Plato's Theory of Knowledge*. The Theaetetus and Tlie Sophist of Plato translated with a running commentary. London: Routledge & Kegan Paul, 1957.
- CONTE, Marie-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULIA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190. (Coleção Clássicos da Lingüística).
- COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. revista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1977.

- CUESTA, Pilar Vazquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZÁRIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E.(Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2003. p. 29-55.
- EGGER, E. *Apollonius Dyscole: éssai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'antiquité*. Paris: Auguste Durante, 1864.
- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque. *Latim e romance na segunda metade do século XI: análise scripto-lingüística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*. Coimbra – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. 19. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1998.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino).
- FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X – Foro Real: edição e estudo lingüístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2008.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal uma época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17-45.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- GARCIA, E. Discourse without syntax. In: GIVÓN, T. (Ed.). *Syntax and semantics*, v. 12, New York: Academic Press, 1979.
- GIACOMOZZI, Gílio; VALÉRIO, Gildete; FENGA, Cláudia Reda. *Estudos de gramática*. São Paulo: FTD, 1999.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs. cognitive Packaging. In: TRAUGOUTT; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*, v. 1, Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 81-127.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v.1.
- GONÇALVES, S.C.L.; CARVALHO, C.S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇAVES, S.C.L.; LIMA-HERNADES, M.C.; CASSEB-GALVÃO, V.C. (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos & aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.
- HAIMAN, J. *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- HALL JR., Robert A. *External History of the Romance Languages*. New York: Elsevier, 1974.
- HALLIDAY, M.A.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M.A.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in spoken and written English*. Longman: Londres, 1973.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

- HALLIDAY, M.A.K. The place of functional sentence perspective in the system of linguistic description. In: DANES, F. (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.
- HALLIDAY, M. A. K. *Categories of the theory of grammar*. Word, v. 17, n. 3, p. 24-282, 1961.
- HALLIDAY, M. A. K. et al. *Linguistic sciences and language teaching*. Londres: Longman, 1964.
- HANSEN, João Adolfo. Prefácio. In: *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. São Paulo: Unicamp: Edusp, 1994. p. 15-36.
- HASAN, M. Coherence and Cohesive Harmony. In: FLOOD, J. ed. *Understanding reading comprehension*. Delaware: IRA, 1984. p. 181-219.
- HAWKINS, John A. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammaticality prediction*. London: Humanities Press, 1978.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, ULRIKE; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HERMAN, Joseph. *Le latin vulgaire*. col. "Que sais-je?" Paris: P.U.F., 1975.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Tradução de Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.
- HUDSON, R. Systemic Grammar. Review Article. *Linguistics*, v. 24, p. 791-815, 1986.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística românica*. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Editorial Gredos, 1972. Biblioteca Románica Hispánica.
- ILARI, Rodolfo. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 53-92.
- ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- IVIR, V. Functionalism in contrastive analysis and translation studies. In: DIRVER, R.; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1987, p. 471-481.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- KATO, Mary A. As formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.*, 14, número especial, p. 145-168, 1998.
- KATO, Mary Aizawa. *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo: Ática, 1974.
- KLEIBER, G. Associative anaphora and part-whole relationship: the condition of alienation and the principle of ontological congruence. *Journal of pragmatics*, v. 31, n. 3, p. 339-362, 1999.
- KOCH, I. G.V. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, I.G.V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, I.G.V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, I.G.V.; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, 14: pp. 169-190. 1998. Número especial.
- KOCH, I.G.V.; MORATO, Edwirges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). In: KOCH, I. G. V. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-149.

- KRIFKA, M. et al. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Ed.). *The generic book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- LA BROSSE, Olivier de; HENRY, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. *Dicionário de termos da fé*. São Paulo: Santuário; Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1989.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 6. ed. São Paulo: Record, 2006.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, 1986 [1942].
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calout Gulbenkian, 2004 [1967].
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. (Introdução, notas e leitura de M. L. C. Buescu.). Lisboa: IN-CM, 1983.
- LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua and Stile* 20, n. 3, 1985, p. 303-318.
- LIBERATO, Yara Goulart. A estrutura interna do SN em português. In: DECAT, M.B.N.; SARAIVA, M.E.F.; BITTENCOURT, U.O.; LIBERATO, Y.G. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001. p. 41-102.
- LIMA, Maria Luíza Cunha. Referenciação e investigação do processamento cognitivo: o exemplo do indefinido anafórico. In: KOCH, I. V.; MORATTO, E. M.; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 197-218.
- LINS, Alex Batista. *A referenciação dos artigos definidos e indefinidos em textos do português arcaico*. Comunicação individual apresentada durante a XXII Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos – Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste-GELNE. Maceió, set. 2008. 29p. (no prelo).
- LORENZO GRANDÍN, Pilar; SOUTO CABO, José Antonio. Livro de Tristan e livro de Merlin: estúdio, edición, notas e glosario. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 2001. 287p.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1989.
- LYONS, John. *Sémantique linguistique*. Tradit par Jacques Durand et Dominique Boulonnais. Paris : Librairie Larousse, 1980. v. 2. Collection Langue et Langage.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um flos sanctorum do século XIV: edições, glossário e estudo lingüístico*. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MANUAL DE ESTILO EDITORA ABRIL: como escrever bem para nossas revistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MANUAL DE ESTILO. Editora Abril. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MANUAL DE ÉTICA, REDAÇÃO E ESTILO. Jornal Zero Hora. Porto Alegre: L&M, 1994.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. O Globo. 17. ed. São Paulo: Globo, 1993.
- MANUAL DE REDAÇÃO. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARCUSCHI, L.A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARCUSCHI, L.A. *Gênero e léxico na produção textual*. Anais do I Simpósio de Língua Portuguesa e Literatura: interseções. PUC MINAS: Belo Horizonte-MG, 1º a 3 de outubro de 2003.
- MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E.K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ; DP&A, 2003. p. 17-28.

- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião José; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MARTINS, Ana Maria. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: MIRA MATEUS, Maria Helena. (Coord.). *Caminhos do português: exposição comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. Portugal: Biblioteca Nacional, 2001. p. 23-62.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e estilo – O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo – O Estado de S. Paulo*. 2. ed. São Paulo: Maltese, 1992.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989. Coleção Universitária.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. 2006. p. 221-254.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional: fundamentos da gramática tradicional, leitura crítica das gramáticas escolares e análise da sintaxe do português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Língua Portuguesa).
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil. *Revista D.E.L.T.A.* São Paulo: EDUC, v. 4, p. 85-113, fev. 1988.
- MELO, José Marques de. *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. 2. ed. São Paulo: COM-ARTE, 1974.
- MENDES VIEIRA, Margarida. Comportamento profético e comportamento retórico em Vieira. In: *Semear. Revista da Cátedra Padre Antonio Vieira de Estudos Portugueses*. PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 2, p. 87-101, 1998.
- MILNER, Jean Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.
- MOESCHLER, J. Lexique et pragmatique. *Cahiers de Linguistique Française*, v. 14, p. 7-35, 1993.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- MOSCA, Lineide do L. Salvador (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, 1997.

- NETO, José Borges. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 93-129.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A referência e sua expressão. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores, 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, p. 71-104, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *ALFA: Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.
- OLIVEIRA, Fernão d'. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.
- ORNELLAS, Sandro. Vieira do outro lado do espelho. In: *Qvinto Império. Revista de Cultura e Literatura de Língua Portuguesa*. Salvador, n. 18, 14 p., jul. 2003.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PÉCORA, Alcir. Para ler Vieira: as 3 portas das analogias nos sermões. *Floema – Caderno de Teoria e História Literária*, Vitória da Conquista-Ba., n. 1, p.29-35, 2005.
- PÉCORA, Alcir. *Sermões padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.
- PEIRCE, Charles Sanders. In: BUCHLER, John (Ed.). *The philosophy of Peirce*. New York: Harcourt and Brace, 1940.
- PENNA, Heloísa Maria Moraes Moreira. O emprego do ele-acusativo: do português brasileiro ao latim. In: COHEN, Maria Antonieta; RAMOS, Jânia M. (Org.). *O dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudanças*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2002.
- PERELMAN, Chaïm. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERINI, Mário Alberto. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2003.
- PETRI, Maria Constantino. *Argumentação lingüística e discurso jurídico*. São Paulo: Selinunte, 1994.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 165-218.
- POGGIO, Rosauta. *Processo de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- POGGIO, Rosauta. *Introdução ao estudo do latim II*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- PONS RODRÍGUEZ, Lola. El peso de la tradición discursiva en un proceso de textualización. In: *Colóquio Del Cid al Quijote*. Tübingen: Universität Tübingen, 2006.

- PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given – new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RENZI, Lorenzo (Org.). *Grande grammatica italiana di consultazione*. Bologna: Il Mulino, 1988.
- RIBEIRO FILHO, Ernesto Carneiro. *Elementos de grammatica portugueza*. 7. ed. Bahia: Livraria e Papelaria Catilina, 1932.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Prefácio de Serafim da Silva Neto. 34. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.
- RODRIGUES, Jacira Werle. *Reportagem impressa, estilo e manuais de redação: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROWER, Frei Basílio OFM. *Dicionário litúrgico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1928.
- RUSSEL, Bertrand. Descriptions. In: ROSENBERG, J. F.; TRAVIS, C. (Ed.). *Reading in the philosophy of language*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1971[1919].
- SACKS, Harvey. On the analizability of sotries by children. In: GUMPERS, J.; HYMES, D. (Ed.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Rinehart & Winston, 1972. p. 324-345.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- SALUM, I. N. A gramática de Aristóteles. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 jan. 1956.
- SALUM, I. N. A gramática dos alexandrinos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 22 jan. 1956.
- SALUM, I. N. O legado grego à nossa gramática. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 out. 1955.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: INL, 1954 [1921]. Tradução de: Language.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970[1916].
- SAVIOLI, Francisco Platão. *Gramática em 44 lições: com mais de 1700 exercícios*. São Paulo: Ática, 2002.
- SILVA, Gisele M. de O.; SCHERRE, Maria Marta P. (Org.). *Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo; COSTA, João. *Os anos 1990 na gramática gerativa*. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 131-164.
- SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1956.
- SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. O artigo como marcador argumentativo textual. In: *Estudos Lingüísticos XXI*. Anais de seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos. São Paulo: Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, 1992.
- SIVINSKI, Pe. Marcelino. Introdução ao tema da 14ª. Semana de liturgia. In: SIVINSKI, Pe. Marcelino (Org.). *Ano litúrgico como realidade simbólico-sacramental*. Cadernos de Liturgia, n. 11. São Paulo: Paulus, 2002.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI; Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Sumus, 1986.

- SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. O onde em estruturas relativas no português atual: evidências de variação e mudança. In: MUNIZ, Dinéia M. S.; SOUZA, Emília H. P. M. de; BELTRÃO, Lícia M. F. (Org.). *Entre textos, língua e ensino*. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Sala de Aula).
- SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro. A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. O onde, um item em processo de mudança. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 23-24, Salvador: EDUFBA, 1997.
- TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- TODOROV, T. *Poétique de la prose*. Paris: Seuil, 1971.
- TRASK, R. L. Dicionário de linguagem e lingüística. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdã: John Benjamins, 1991, v.1.
- VAN VALIN, R. D. Functional anaphora and syntax. Review article on Susumo Kuno: functional syntax: anaphora, discourse and empathy. *Studies in language*, v. 14, n.1, p. 169-219, 1990.
- VASCONCELOS, Suani de Almeida. Discurso político à luz da nova retórica: Chico Pinto e a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- VIEIRA, Antonio. Sermão da Sexagésima. In: PÉCORA, Alcir (Org.). *Sermões: padre Antonio Vieira* São Paulo: Hedra, 2000. p. 27-52.
- VITRAL, Lorenzo. A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Tomo I, v. VI. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 107-133.
- WARTBURG, Walther von. *Problemas y metodos de la lingüística*. Traducción de Dámaso Alonso y Emilio Lorenzo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. 4. ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2005.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WEINRICH, H. Textsyntax des französischen artikles. In : CONTE, E. *La linguistica testuale*. Milão: Feltrinelli Economica, 1976. p. 53-65.
- WEINRICH, H. *Linguistik der lüge*. Verlag Lambert Schneider, Heidelberg, 1966.
- WEINRICH, Harald. *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart, Klett, 1964. (Esta obra teve a 2. ed. modificada em 1971 e também em 1973).
- ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira (Parte II). São Paulo: Hucitec/EDUC, 1997.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. Tradução de Amalio Pinheiro (Parte I) e de Jerusa Pires Ferreira (Parte II). São Paulo: Cia. de Letras, 1993.